

ROSILENE SILVA SANTOS DA COSTA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO UM DIREITO DA CRIANÇA E DA
FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE O ATENDIMENTO A
CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 3 ANOS
EM CRECHES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO
DE ARACAJU-SE**

Tese apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Economia Doméstica,
para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2000

A Deus, que sempre esteve presente em minha vida.

À minha mãe, Geralda (*in memoriam*).

Ao meu esposo, Francisco Xavier.

Aos meus filhos, Francio Xavier e Arlene Xavier.

AGRADECIMENTO

À minha mãe, Geralda (*in memoriam*), pelo carinho, amor e incentivo, que me dedicou. Mesmo estando hoje em outra dimensão, permanece no meu coração em todos os meus passos.

Ao meu esposo, Xavier, meu porto seguro, companheiro de todas as horas, que sempre esteve ao meu lado, incentivando-me nos momentos difíceis para que eu subisse mais este degrau.

Aos meus filhos, Francio Xavier e Arlene Xavier, pelo incentivo, pela compreensão e pelo carinho, que muito contribuíram para mais esta caminhada. Orgulho-me de ser mãe de duas pessoas tão especiais.

À professora Azuete Fogaça, pela seriedade, pela orientação segura, pela acessibilidade, pela dedicação, pelo empenho e pela amizade com que conduziu este trabalho.

À professora orientadora, Neuza Maria da Silva, pelo apoio, pela acessibilidade, pela dedicação e pela consideração.

À professora conselheira, Marília Fernandes Maciel Gomes, pelo incentivo e pela valiosa contribuição prestada na realização deste trabalho.

Às professoras Maria das Dores S. Loreto e Simone Caldas T. Mafra, membros da banca examinadora, pela colaboração dispensada à melhoria deste trabalho.

A professora Eneida Pereira Gondim, pela colaboração prestada.

Às minhas colegas de Curso, pela amizade, pela cooperação e pelo espírito de luta e de solidariedade.

A todo o corpo docente do Curso de Mestrado em Economia Doméstica, e ao pessoal de apoio do DED, especialmente à Aloízia, pelo empenho e pela colaboração.

À Prefeitura Municipal de Aracaju, por intermédio da Secretaria da Ação Social e Cidadania, e às creches, pela atenção e pelo apoio dispensados, imprescindíveis para a concretização deste trabalho.

BIOGRAFIA

ROSILENE SILVA SANTOS DA COSTA, filha de Bonifácio Ferreira dos Santos e de Geralda Silva Santos, nasceu em Macapá, extinto Território Federal do Amapá, em 3 de janeiro de 1964.

Em janeiro de 1982, ingressou-se na Secretaria de Saúde do Território Federal do Amapá, como Técnica em Laboratório, onde permaneceu vinculada até novembro de 1990.

Em 1990, obteve o título de Licenciatura em Economia Doméstica, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

No período de 1990 a 1992, atuou no setor de Educação e Saúde da Secretaria de Saúde do Território Federal do Amapá, onde permaneceu vinculada até novembro de 1992.

Em 1992, iniciou o curso de Especialização em Fundamento da Prática Pedagógica da Universidade Federal de Sergipe – UFS, concluindo-o em 1994.

Em novembro de 1992, ingressou-se na Escola Técnica Federal de Sergipe-ETFSE, como Técnica em Assuntos Educacionais, onde permanece vinculada.

Em março de 1998, iniciou o Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, em nível de Mestrado, no Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, tendo defendido tese em outubro de 2000.

CONTEÚDO

	Página
RESUMO	x
ABSTRACT	xii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema e sua importância	6
1.2. Objetivos	8
1.2.1. Objetivo geral	8
1.2.2. Objetivos específicos	9
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1. A educação infantil como política pública	10
2.2. A origem da creche no Estado de Sergipe	15
2.3. A educação infantil do ponto de vista legal	17
2.4. A educação infantil do ponto de vista das necessidades e dos problemas das famílias de baixa renda	21
2.5. A presença da mulher no mercado de trabalho	25
3. METODOLOGIA	29
3.1. Área de estudo	29
3.2. População	29
3.3. Amostra	30
3.4. Coleta de dados	31
3.5. Descrição e operacionalização das variáveis analisadas	36

	Página
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1. O programa de atendimento executado nas creches municipais de Aracaju-SE: princípios, diretrizes, objetivos e aspectos relevantes	38
4.2. Alocação de recursos financeiros	40
4.3. Estrutura organizacional dessas creches.....	41
4.3.1. Procedimentos e critérios para a seleção das crianças	41
4.3.1.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC	42
4.3.2.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches	43
4.3.2. Fluxograma de rotina da creche	44
4.3.2.1. Rotinas e infra-estrutura das creches	44
4.4. Perfil dos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com as creches	49
4.4.1. Perfil dos profissionais da equipe central da SMASC	49
4.4.2. Perfil do pessoal de direção e assistência social das creches ..	49
4.4.3. Perfil dos profissionais que trabalham diretamente com as crianças nas creches	50
4.4.4. Política de pessoal	52
4.5. Percepção dos profissionais das creches no que se refere à importância e aos objetivos da instituição e do trabalho que desenvolvem, assim como das famílias das crianças atendidas	54
4.5.1. Percepção dos profissionais quanto aos objetivos da creche em relação às crianças atendidas	54
4.5.1.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC	54
4.5.1.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches	56
4.5.2. Percepção dos profissionais quanto aos objetivos da creche em relação às famílias das crianças atendidas	57
4.5.2.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC	57
4.5.2.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches	59

	Página
4.5.3. Como se dá a participação dos pais nas atividades da creche	61
4.5.3.1. Envolvimento dos pais na percepção dos profissionais da equipe central da SMASC	61
4.5.3.2. Envolvimento dos pais na percepção dos diretores e da assistência social das creches.....	62
4.5.4. A realização de atividades dirigidas aos pais e, ou, à comunidade em geral.....	63
4.5.4.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC.....	63
4.5.4.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches	63
4.5.5. Como se caracteriza um atendimento de qualidade na creche.....	64
4.5.5.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC.....	64
4.5.5.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches	66
4.5.6. Frequência das reuniões com as mães	67
4.5.6.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC.....	67
4.5.6.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches	68
4.5.7. Percepção quanto aos comentários feitos pelas mães nas reuniões.....	68
4.5.7.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC.....	68
4.5.7.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches	68
4.5.8. Mudanças adotadas no atendimento das creches estudadas a partir da LDB 9.394/96	69
4.5.9. Sistema de avaliação e acompanhamento adotado na creche	70
4.5.10. Dificuldades de caráter técnico-administrativo e pessoais encontradas na relação entre os pais e os funcionários, e entre os funcionários e as crianças	72

	Página
4.6. A realidade e a percepção dos profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches – Grupo C	75
4.6.1. Motivos que levaram essas profissionais a buscarem trabalho na creche.....	75
4.6.2. O objetivo da creche na concepção dos profissionais do Grupo C.....	76
4.6.3. Como interpretam sua função no trabalho com as crianças na creche.....	77
4.6.4. Opinião dos profissionais do Grupo C quanto ao envolvimento dos pais na creche	77
4.6.5. Sugestões dos profissionais do Grupo C quanto à melhoria do trabalho na creche.....	79
4.6.6. Percepção dos profissionais do Grupo C sobre a sua função na creche.....	81
4.6.7. Relacionamento entre as pessoas que trabalham na creche.....	82
4.6.8. Qualificação dos profissionais do Grupo C para o atendimento na creche	83
4.6.9. Dificuldades de caráter técnico-administrativo e pessoais encontradas em relação aos pais, às crianças e aos funcionários, na percepção dos funcionários do Grupo G.....	85
4.7. Perfil socioeconômico das famílias	86
4.8. Fatores que determinam a matrícula na creche.....	94
4.9. As expectativas das famílias, com relação ao atendimento oferecido pelas creches	97
4.10. Envolvimento da família no funcionamento da creche.....	102
4.11. Qualidade do atendimento na creche do ponto de vista das famílias.....	103
5. RESUMO E CONCLUSÕES	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
APÊNDICES	120
APÊNDICE A	121
APÊNDICE B	122
APÊNDICE C	125
APÊNDICE D	126
APÊNDICE E	127
APÊNDICE F.....	129
APÊNDICE G	130
APÊNDICE H	132
APÊNDICE I.....	133

RESUMO

COSTA, Rosilene Silva Santos da, M.S., Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2000. **A educação infantil como um direito da criança e da família: um estudo sobre o atendimento a crianças na faixa etária de 0 a 3 anos em creches públicas no município de Aracaju-SE.** Orientadora: Neuza Maria da Silva. Conselheiras: Azuete Fogaça e Marília Fernandes Maciel Gomes.

Os principais objetivos deste estudo foram conhecer e analisar as motivações e as expectativas das famílias de crianças usuárias de creches públicas da cidade de Aracaju, assim como as metas institucionais e as práticas educativas desenvolvidas nestas instituições, procurando identificar em que medida os objetivos e o funcionamento das instituições correspondem a uma visão da creche como espaço de políticas assistencialistas ou de políticas educacionais mais amplas. Dentro desta perspectiva, foram analisadas questões norteadoras como: o atendimento nas creches vem assumindo um caráter educativo ou ainda está predominantemente marcado pelo assistencialismo? Qual é a proposta pedagógica deste trabalho? Quais os objetivos dos programas? De que forma as políticas adotadas nas creches podem superar o caráter assistencialista, passando a ser entendida como um direito da criança e da família? Como se dá a participação das famílias no programa? As famílias procuram na creche a guarda das crianças e os cuidados quanto à higiene e

alimentação, ou visam o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social de suas crianças? Os procedimentos metodológicos utilizados para a investigação foram análises documentais, observação não-participativa nas creches e realização de entrevistas semi-estruturadas com pessoas que estão envolvidas com o programa de creches municipais em Aracaju-SE (coordenadora, diretores, chefe de divisão, pedagogas, assistente social, recreadora e crecheiras) e com as mães das crianças ali matriculadas. Neste contexto, os dados foram submetidos a análises tabulares. Os resultados mostraram que o atendimento nas creches em estudo possui característica eminentemente assistencialista e que as atividades de cunho socioeducativo são praticamente inexistentes. O cotidiano das creches evidencia não somente uma atitude de alheamento em relação à função educativa que hoje a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) exige destas instituições, como também a incapacidade de cumprir de maneira adequada até mesmo as funções tradicionais de guarda e cuidados básicos com as crianças.

Por outro lado, nas creches estudadas foram encontrados problemas decorrentes de baixos salários, deficiência de pessoal qualificado e falta de infra-estrutura, o que dificulta o cumprimento das funções que essas instituições se destinam. As conclusões do estudo confirmam que, no Brasil, apesar dos avanços verificados nos estudos relativos ao processo de desenvolvimento da criança de 0 a 3 anos e da legislação educacional em vigor, ainda predomina, tanto nas famílias usuárias, quanto no ambiente dos técnicos e especialistas atuantes nas creches, como também em nível dos setores da administração pública por elas responsáveis, a percepção destas como espaço assistencial, cuja responsabilidade maior é a guarda das crianças e, complementarmente, a compensação de algumas carências, principalmente nutricionais, impostas pela situação socioeconômica de suas famílias.

ABSTRACT

COSTA, Rosilene Silva Santos da, M.S., Universidade Federal de Viçosa, October 2000. **The infantile education as a right of the child and family: A study on attendance to children at the age group from 0 to 3 years in public day nurseries in Aracaju county-SE.** Adviser: Neuza Maria da Silva. Committee members: Azuete Fogaça and Marília Fernandes Maciel Gomes.

The main objectives of this study were to know and analyze the motivations and the expectations of the children's families who use the public day nurseries in Aracaju city, as well as the institutional goals and the educational practices developed in these institutions. So, it was tried to identify in what measurement the objectives and the operation of the institutions correspond to a vision on the day nursery as a space for either assistantialists politics or wider educational politics. Under this perspective, guiding subjects were analyzed such as: does the attendance in day nurseries has assumed an educational character or is it still mainly marked by assistantialism? What is the pedagogic proposal of this work? What are the program objectives? How the politics adopted in day nurseries can overcome the assistantialist character, so becoming understood as a right of both child and family? How is the participation of the families in the program? Do the families seek in the day nursery the children's guard and the cares relative to hygiene and feeding, or do they aim at the their children's physical,

emotional, cognitive and social development? The methodological procedures used in investigation were documentary analyses, no-participant observation in day nurseries and accomplishment of semi-structured interviews with people that are involved with the program of municipal day nurseries in Aracaju-SE (coordinator, directors, division commander, educators, social assistant, recreators and day nursery owners), as well as with the enrolled children's mothers. In this context, the data were submitted to tabular analyses. The results showed that the attendance in the day nurseries under study shows an eminently assistantialist characteristic, and the activities of social-educative character are practically nonexistent. The daily routine of the day nurseries evidences an alienation attitude in relation to the educational function that is actually required to the institutions by the Law of Guidelines and Bases (LDB), as well as the inability to adequately perform even the guard traditional functions and the basic cares with children. On the other hand, current problems of low wages, deficiency of qualified personnel and infrastructure lack were found in the studied day nurseries, what hinders the execution of the functions that those institutions are destined. The conclusions from the study confirm that, in Brazil, in spite of the progresses verified in the studies relative to the development process of the child from 0 to 3 years of age and the educational legislation in vigor, still there prevails in the user families and in the environment of the technicians and specialists acting in the day nurseries, as well as at the level of the public administration sections responsible for them, a perception of these as an assistant space from which the larger responsibility is the children's guard and complementarily the compensation of some lacks, mainly the nutritional ones, imposed by the social-economic situation of their families.

1. INTRODUÇÃO

No conjunto das características marcantes do século XX destacam-se, sem dúvida, as profundas transformações socioeconômicas geradas pela expansão do capitalismo, com conseqüências profundas sobre a estrutura familiar e, particularmente, sobre o papel da mulher nessa estrutura. No Brasil, nessa segunda metade do século, a expansão da atividade industrial, a difusão da educação escolar e dos movimentos feministas, assim como os problemas gerados pela desigualdade na distribuição da renda, podem ser fatores explicativos do fato de um número cada vez maior de mulheres se engajar no mercado de trabalho, seja em busca de sua realização pessoal e profissional, como é o caso das mulheres de mais alta escolaridade, seja para contribuir para a sobrevivência da família, que é a maior motivação no caso das mulheres dos segmentos de média e baixa renda. É importante lembrar ainda o significativo crescimento, que vem sendo registrado nas duas últimas décadas, de famílias chefiadas por mulheres, isto é, famílias que dependem inteiramente do trabalho da mulher/mãe.

Se por um lado esse é um dado positivo, pois representa a ampliação dos horizontes femininos e de sua efetiva participação em diferentes esferas da sociedade, por outro traz à tona um fato relevante, que é, a despeito dos avanços verificados, a permanência da mulher como a principal responsável pelo cuidado com os filhos. Tal situação significa, em termos práticos, que a entrada da mulher no mercado de trabalho exige a conciliação entre sua

função doméstica de proteção e cuidados com a prole e suas funções profissionais. Esta conciliação será tanto mais difícil quanto menor for a capacidade, por parte da mulher trabalhadora, de manter uma infra-estrutura doméstica que dê conta das tarefas cotidianas de uma casa e da guarda das crianças.

Em 1995, considerando apenas as áreas urbanas, 17 milhões de crianças até 14 anos de idade viviam em situação de pobreza. Elas participavam do contingente dos 40% de brasileiros mais pobres, cuja renda média *per capita* é 62 vezes menor que a do segmento mais rico – 1% da população. Tal fato significa que, naquele ano, milhões de crianças viviam sob o risco iminente da desnutrição, da mortalidade infantil, da falta de cuidados no desenvolvimento e do difícil acesso à educação pré-escolar (IBGE/PNAD, citado por ARAÚJO, 1999).

Diante desse quadro, concluiu-se que é exatamente no segmento mais pobre que se verifica a maior necessidade de participação da mulher na composição da renda familiar. Tais evidências podem ser consideradas como fatores explicativos do aumento, ao longo da década de 90, da demanda por creches públicas, que se revelam como uma das únicas estratégias possíveis, para a maioria das mulheres trabalhadoras, na conciliação do universo profissional com o universo doméstico.

Portanto, segundo DIDONET (1993, p. 49):

“Torna-se cada vez mais difícil para a família atender às necessidades de seus filhos pequenos (...) e a impossibilidade de pagar uma babá, uma empregada ou outra pessoa para tomar conta das crianças atinge a um número cada vez maior de famílias.”

No Brasil, o atendimento de crianças em creches existe há cerca de 100 anos, mas foi nas últimas décadas que se registrou uma maior pressão por expansão desse tipo de atendimento, especificamente para crianças de 0 a 6 anos. Como afirma DIDONET (1993), o crescimento das creches públicas se deu, nos últimos anos, a uma média de 10% ao ano.

Entretanto, apesar do crescimento verificado, a rede de creches públicas ainda está longe de atingir a cobertura adequada, no sentido de

garantir a matrícula de todas as crianças de 0 a 6 anos cujas mães trabalham. Este, porém, não é o único e nem o maior problema nessa área. Num momento em que se valoriza o processo de desenvolvimento da criança desde o seu nascimento e que se procura transformar a creche em uma importante etapa da educação infantil, a política de atendimento às crianças de 0 a 6 anos, no Brasil, ainda está predominantemente vinculada a uma visão assistencialista. Vista como uma instituição para os pobres, as creches, principalmente aquelas mantidas pelos poderes públicos, têm se preocupado apenas com a guarda das crianças, e não com o desenvolvimento de atividades educativas que, inclusive, as preparem para um melhor desempenho na fase de educação escolar (DEMO, 1994).

É preciso reconhecer que a permanência dessa visão assistencialista de creche, em particular da creche pública, se deve, em boa parte, ao fato de sua clientela majoritária ser proveniente das camadas de baixa renda, conforme afirma CAMPOS (1979). Boa parte das próprias famílias de baixa renda, pressionadas pelo grave problema da guarda das crianças, também tende a ver a creche como um espaço de guarda e proteção, e não como um espaço educativo, uma vez que a identifica como uma resposta à sua dificuldade, pois ela oferece às suas crianças essa guarda e essa proteção nos períodos de ausência da mãe. São essas percepções que, ao lado de uma visão tradicionalista e “conservadora” do poder público, acabam por contribuir bastante para o predomínio e, ou, a permanência da função assistencial da creche pública.

Deve-se destacar que, na contramão dessa percepção, os estudos desenvolvidos especialmente no campo da Psicologia, da Antropologia e da Psico e Sociolingüística têm reconhecido e enfatizado a importância dos primeiros anos de vida da criança, no que se refere ao seu desenvolvimento lingüístico, socioemocional e biopsicomotor. Foi este aprofundamento teórico em relação ao desenvolvimento da criança na fase de 0 a 6 anos que fundamentou a atual visão de creche como uma instituição dedicada à educação infantil. Ou seja, como prescreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1998), a creche deve desenvolver seu trabalho a partir de propostas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento integral da criança, independentemente da faixa de renda em que sua família esteja

situada. No entanto, a percepção de creche como uma instituição de educação infantil pressupõe a superação dessa visão assistencialista, ainda dominante, que reduz o atendimento em creches a uma mera estratégia de política compensatória de carências materiais e culturais (BRASIL, 1998).

Portanto, neste estudo procurou-se caracterizar e analisar as expectativas, os princípios e as percepções de usuários, técnicos e administradores públicos quanto às funções da creche, na tentativa de verificar de que modo traduzem a função da creche, se dentro de uma visão tradicional (assistencialista) ou como um espaço educativo. O estudo baseou-se na análise de fatores de ordem política, social e econômica presentes nas atividades que vêm sendo desenvolvidas pelas creches e em seus programas de atendimento formulados pelos órgãos governamentais. Além disto, procurou-se examinar as expectativas das famílias de usuários de creches públicas quanto ao atendimento desejado, bem como o grau de satisfação com os serviços efetivamente por elas prestados.

O desenvolvimento do estudo teve como base à conceituação de creche como uma instituição educativa, de grande importância para o desenvolvimento integral da criança, ainda que, dado ao grau de pobreza da população brasileira, as creches – principalmente aquelas mantidas pelos poderes públicos – respondam efetivamente pela compensação de algumas carências do segmento de mais baixa renda da população brasileira.

Portanto, diante da complexidade do problema em questão, este estudo teve as seguintes questões norteadoras:

- O atendimento nas creches vem assumindo um caráter educativo, ou ainda está predominantemente marcado pelo assistencialismo?
- Qual é a proposta pedagógica desse atendimento?
- Quais os objetivos dos programas?
- De que forma as políticas adotadas nas creches podem superar o caráter assistencialista, passando a ser entendidas como um direito da criança e da família?
- Como é a participação das famílias nos programas?
- As famílias procuram na creche a guarda e os cuidados quanto à higiene e alimentação, ou visam o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social de suas crianças?

Para responder a essas questões, o trabalho teve como principal objetivo realizar um estudo em creches públicas da cidade de Aracaju, visando conhecer e analisar as motivações e as expectativas das famílias de crianças usuárias dessas creches, assim como os objetivos institucionais e as práticas educativas desenvolvidas nessas instituições, procurando identificar como os interesses e as expectativas das famílias, tanto quanto os objetivos e o funcionamento das instituições, correspondem a uma visão da creche como espaço de políticas assistencialistas ou de políticas educacionais mais amplas.

Este estudo está organizado da seguinte forma: na primeira parte, encontra-se o referencial teórico que serviu de base à análise dos dados coletados. Procurou-se dar o devido destaque à evolução do conceito de educação infantil, a partir de um histórico da creche como instituição pública, assim como às transformações ocorridas no âmbito familiar, tanto no que se refere à estrutura familiar propriamente dita, quanto ao papel da mulher/mãe nesta estrutura. Na segunda parte, estão os objetivos e procedimentos metodológicos selecionados para o estudo, como também uma descrição do trabalho realizado. Na terceira parte, encontram-se os dados coletados, organizados de forma a permitir uma análise detalhada de todas as informações obtidas, com base no referencial teórico que orientou o estudo. A quarta e última parte é dedicada às considerações finais e as conclusões, que se encaminham para a confirmação de que, no Brasil, apesar dos avanços verificados nos estudos relativos ao processo de desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos e da legislação educacional em vigor, ainda predomina, tanto nas famílias usuárias, quanto no ambiente dos técnicos e especialistas atuantes nas creches, como também em nível dos setores da administração pública responsáveis pelas mesmas, a percepção de creche como espaço assistencial, cuja responsabilidade maior é a guarda das crianças e, complementarmente, a compensação de algumas carências principalmente nutricionais, impostas pela situação socioeconômica de suas famílias.

1.1. O problema e sua importância

A educação infantil constitui, hoje, um valioso segmento do processo educacional, o que faz supor que a demanda por creches assumirá uma importância cada vez maior perante as famílias trabalhadoras, que deverão, progressivamente, reivindicar que aquela instituição seja, mais do que um local adequado para deixar seus filhos, um ambiente que supra as necessidades físicas, sociais e cognitivas das crianças. Entretanto, segundo DIDONET (1993), no Brasil as políticas públicas de apoio à família ainda deixam muito a desejar. O que o Estado faz pelo segmento infantil é insuficiente, deixando os cuidados das crianças a cargo exclusivo da família, que, em muitas situações, se vê impossibilitada de atender às necessidades básicas de seus filhos, dado aos problemas que enfrenta cotidianamente. Alguns desses problemas estão ligados, inclusive, às próprias mudanças que vêm sendo registradas nas estruturas familiares tradicionais, já que a família extensa vem sendo progressivamente substituída pela família nuclear, o que significa menor possibilidade de ajuda dos parentes nas tarefas relativas à guarda e aos cuidados requeridos pelas crianças. Além da redução no número de membros, há de se considerar ainda o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres sem cônjuges e com filhos (DIDONET, 1993). Esta é uma realidade que impõe a necessidade de disseminar, entre a população em geral e os poderes públicos em particular, uma adequada percepção dos objetivos e das finalidades da creche que, sem perder de vista as novas demandas das famílias e das mulheres, atenda principalmente às necessidades das crianças numa importante etapa de seu desenvolvimento.

No Brasil, a creche tem sido vista, historicamente, como uma instituição que se ocupa de crianças de 0 a 3 anos de idade, cujas famílias se situam no segmento de mais baixa renda. Assim, as políticas de implantação e manutenção de creches têm sido uma das soluções recorrentes para um atendimento que objetiva combater a pobreza e resolver problemas ligados à carência das crianças daquele segmento social (DEMO, 1994).

Entretanto, a imagem de creche como uma “instituição para pobres” determina, em larga escala, que o seu atendimento seja limitado (de modo geral se reduz à alimentação e à guarda) e precário, dependente muito mais de um “espírito assistencialista” da administração a que esteja ligada, do que da consciência de um dever da sociedade para com aquelas crianças. É isto que explica, além da precariedade e dos limites das ações desenvolvidas, a escassez e, muitas vezes, a ausência de profissionais qualificados para o trabalho com crianças naquela faixa etária; a ausência de propostas técnico-pedagógicas; o alto grau de improvisação; e o descompromisso com os direitos e as necessidades das crianças e suas famílias. A reversão deste quadro exige maior atenção e ações de maior profundidade por parte de secretarias e conselhos de educação, especialmente no âmbito municipal, instância responsável por esse tipo de ação educativa e que, como tal, deve ser realizada, hoje, nos marcos do que dispõem tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, já na década de 60 o movimento feminista liderou uma luta com o objetivo de ampliar as políticas de atendimento na creche para além da classe trabalhadora. De acordo com HADDAD (1987), a idéia defendida era que os programas de atendimento às crianças menores de 6 anos fossem estendidos a todas as mulheres/mães, independentemente de sua necessidade de trabalho ou do segmento econômico a que pertencessem. Esta proposta se baseava na idéia de que a matrícula na creche era um direito da criança, o que a desvinculava de seu papel tradicional de substitutivo materno e de política compensatória dos efeitos negativos da pobreza.

Esta nova percepção da função da creche decorreu, também, de múltiplos fatores: as transformações familiares, que ocasionam mudanças de papéis no âmbito familiar; a crescente entrada das mães no mercado de trabalho; a forte influência da mídia, especialmente a televisão; a urbanização crescente das populações; e a transformação de vínculos parentais e de vizinhança. No conjunto, estes fatores criaram novos contextos para construção da identidade das crianças, os quais, segundo DIDONET (1993), precisam ser analisados em profundidade e com competência.

Segundo COSTA (1993, p.18), o Brasil caminha para o século XXI sem ter definido concretamente uma política econômica e social que atenda às necessidades básicas da população mais pobre. O seu processo de desenvolvimento segue um modelo excludente, mantendo um terço da população na subcidadania: *“é um país que se orgulha de ser a oitava economia do mundo capitalista, mas não se envergonha de ocupar o 57º lugar no ranking internacional dos benefícios sociais.”*

Nesse contexto, as políticas sociais ocupam um lugar secundário no conjunto das políticas governamentais, além de não terem conseguido ultrapassar a fase assistencialista e compensatória (DIDONET, 1993). Elas têm sido disseminadas sob o forte estigma da discriminação e da exclusão, cujos resultados são, de modo geral, de caráter imediatista, não contribuindo efetivamente para a solução definitiva dos problemas sociais aos quais tais políticas se vinculam.

Os estudiosos dessa área apontam para uma deficiência da pesquisa sobre a educação infantil e, particularmente, sobre as creches. Portanto, a relevância deste estudo está, em primeiro lugar, em discutir os objetivos e as funções educativas da creche, diante das necessidades e das características do desenvolvimento da criança desde o nascimento até os 3 anos de idade. Em segundo lugar, este trabalho também poderá contribuir para a melhoria do atendimento em creches, seja oferecendo subsídios para os programas desenvolvidos nesta área, seja apontando questões que sirvam de base para estudos posteriores, ampliando assim a dimensão da questão da educação infantil em creches como área de estudos acadêmicos.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Os principais objetivos desta pesquisa foram conhecer e analisar as motivações e as expectativas das famílias de crianças usuárias de creches públicas da cidade de Aracaju, assim como as metas institucionais e as práticas educativas desenvolvidas nestas instituições, visando identificar em que medida os interesses e as expectativas dessas famílias, assim como os

objetivos e o funcionamento das creches, estão vinculados a uma visão de creche como espaço de políticas assistencialistas ou de políticas educacionais mais amplas.

1.2.2. Objetivos específicos

O trabalho teve os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os objetivos, as diretrizes, os regimentos, a legislação e a documentação oficial local da instituição mantenedora das creches, no que se refere à concepção e à implantação dos programas de atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade, bem como os aspectos relevantes na formulação dos objetivos dos programas de atendimento à criança desenvolvidos nas creches.

- Analisar, nas creches pesquisadas, as diretrizes administrativas relativas à alocação de recursos financeiros, bem como a estrutura organizacional dessas creches, os procedimentos e critérios para seleção das crianças, o fluxograma de rotina da creche, as rotinas e a infra-estrutura das creches, o perfil dos profissionais, a política de pessoal praticada, o tipo de atendimento oferecido às crianças, além de suas percepções desses profissionais quanto à importância e aos objetivos da instituição e do trabalho que desenvolvem, assim como das famílias das crianças atendidas.

- Identificar o perfil socioeconômico das famílias das crianças, suas expectativas e a qualidade do atendimento da creche na percepção dos responsáveis pelo seu funcionamento, no que se refere aos serviços prestados e às ações educativas efetivamente desenvolvidas pelas creches.

- Analisar as informações obtidas das instâncias técnico-administrativas às quais as creches estão vinculadas e das famílias de seus usuários, procurando identificar que percepção ambos os segmentos têm da creche como instituição educativa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A educação infantil como política pública

A história da creche começa na França. A implantação da primeira creche é atribuída a Marbeau, que, em 14 de novembro de 1844¹, criou uma instituição com o fim específico de recolher crianças das ruas, instituição esta organizada com a finalidade de evitar a desgraça que se tornara o serviço das *gardeuses d'enfants*² (RIZZO, 1985; CIVILETT, 1991). Posteriormente, as propostas de implantação de creches na França e nos países da Europa tinham como maior motivação viabilizar e ampliar a participação das mulheres no trabalho industrial (KUHLMANN JUNIOR, 1991).

Nos Estados Unidos, os movimentos de reforma social do final do século XIX surgiram como reação aos terríveis problemas sociais que acompanharam o processo de industrialização e urbanização, iniciado após a Guerra Civil; estes movimentos depositavam grande esperança na atuação junto à população infantil: a criança era vista como um precioso recurso do país, que precisava ser preservado a todo custo para o futuro. A infância, principalmente a infância abandonada e miserável, tornou-se assim o

¹ Em 1801, a marquesa de Pastoret havia fundado uma creche com 12 berços, que teve porém curta duração (CIVILETT, 1991, p.36).

² Guardadoras de crianças.

principal alvo da ação dos reformadores sociais. Este período, denominado de “era da salvação da criança” (*childsaving era*), foi acompanhado por medidas como a proibição do trabalho infantil, a proteção da saúde da criança, a assistência à infância abandonada etc. (CAMPOS, 1979).

Os movimentos feministas norte-americanos desempenharam um papel importante na reformulação do significado da creche, com relação ao enfoque que a considerava como um programa social para mães pobres que trabalhavam. A partir da atuação desses movimentos, passou-se a defender a idéia de que a creche deveria atender a todas as mulheres, independente de sua necessidade de trabalho ou de sua situação econômica (HADDAD, 1989, p. 116).

De acordo com os estudos feitos por CIVILETT (1991), no Brasil, os primeiros artigos sobre creche datam de 1879, publicados no periódico *A MÃE DE FAMÍLIA*, destinado às mães burguesas e às “senhoras fluminenses”, os quais foram escritos pelo Dr. K. Vinelli, que definia a creche como

“um estabelecimento de beneficência que tem por fim receber todos os dias úteis e durante as horas de trabalho, as crianças de dois anos de idade para baixo, cujas mães são pobres, de boa conduta, e trabalham fora do seu domicílio.”
(CIVILETT, 1991, p. 36).

Ainda de acordo com esse autor, a segunda finalidade da creche no Brasil seria a de liberar as mulheres pobres para o trabalho, ampliando assim a oferta de mão-de-obra. Além disto, a creche poderia também fornecer à classe dominante um ganho secundário, uma vez que representava um lugar privilegiado de controle das classes dominantes sobre as classes populares. Os principais congressos sobre assistência social, realizados no final de século passado e início do século atual, defendiam o atendimento à infância por entidades assistenciais, “considerando o atendimento à infância não como um direito do trabalhador, mas como uma dádiva dos filantropos” (KUHLMANN JUNIOR, 1991, p.20). De outro lado, o tema da institucionalização das creches gerava ainda controvérsias em relação à defesa do papel materno nos aspectos médico e

jurídico: o primeiro em defesa da amamentação e o segundo por se temer que ocorresse o abandono de menores.

No entanto, a implantação de creches e de outras instituições dedicadas às crianças, apesar de ser considerada por alguns autores como um “*mal necessário*”, para outros representava:

“...a sustentação dos saberes jurídico, médico e religioso no controle da política assistencial que se elaborava. Cada saber apresenta suas justificativas para a implantação de creche, asilo e jardim de infância e seus agentes promoviam a constituição de associações assistenciais privadas. Essas influências se articulavam tanto na composição das entidades, como na organização de congressos sobre os temas da assistência, da higiene, da educação etc.” (KUHLMANN JÚNIOR 1991, p. 20).

Essas instituições foram então difundidas internacionalmente, como parte de um conjunto de medidas que conformam uma nova concepção assistencial, a “assistência científica”, abarcando aspectos como alimentação e habitação dos trabalhadores e dos pobres. A grande marca dessas instituições foi, então, sua postulação como “modernas” e “científicas” – termos bastante utilizados na era da exaltação do progresso e da indústria, a partir da segunda metade do século XIX (KUHLMANN JUNIOR, 1991).

Entretanto, apesar de o discurso sobre a creche no Brasil já existir há alguns anos, foi somente em 1899 que surgiram as primeiras propostas de instituições pré-escolares. Segundo KUHLMANN JUNIOR (1991), em 13 de novembro de 1899 foi inaugurada a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, a primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro; ela surgiu por meio de iniciativas empresariais, para atender aos filhos dos operários do setor têxtil.

Em 24 de março de 1899, Arthur Moncorvo Filho criou o Instituto de Proteção à Infância – IPAI, no Rio de Janeiro. Em 1929, o IPAI contava com 22 filiais em todo o País, devendo ser ressaltado que 11 delas mantinham creches (Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Juiz de Fora, Niterói, Petrópolis, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santos e São Luís). O IPAI tinha como objetivo:

“Inspeccionar e regulamentar a lactação; inspecionar as condições de vida das crianças pobres (alimentação, roupas, habitação, educação, instrução e etc.); dispensar proteção às crianças abandonadas; auxiliar a inspeção médica nas escolas e indústrias; zelar pela vacinação; difundir meios de combate à tuberculose e outras doenças comuns às crianças; criar jardim de infância e creche; manter o “Dispensário Moncorvo”, para tratamento de crianças pobres; criar um hospital para crianças pobres; auxiliar os poderes públicos na proteção as crianças necessitadas; criar sucursais nos bairros do Rio de Janeiro; concorrer para que fossem criadas, nos hospícios e casa de saúde, escolas para imbecis, idiotas etc.; criar filiais nos outros estados; propagar a necessidade de leis protetoras da infância e também da regulamentação da indústria das amas-de-leite; finalmente “aceitar, favorecer, auxiliar e propagar qualquer idéia em proveito da caridade, maximé em prol da infância” (Moncorvo Filho, citado por KUHLMANN JUNIOR, 1991, p. 21).

Em 1919, Moncorvo Filho fundou o Departamento da Criança no Brasil - DCB, reconhecido como de utilidade pública municipal, em 1920, e contemplado na Exposição Internacional de 1922 com o “Grande Prêmio”. O DCB foi responsável pela realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e, também, pela organização do Museu da Infância, inaugurado pela Policlínica Geral do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1922 (KUHLMANN JUNIOR, 1991).

Até 1930, as concepções higienistas, assistenciais e trabalhistas³ foram responsáveis por um atendimento incipiente às camadas mais pobres da população. A partir de 1930, o Estado centralizou a sua organização e a infância passou a ser uma de suas áreas de preocupação (NICOLAU, 1986).

De acordo com CAMPOS et al. (1995), em 1942 foi criada a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), tendo como objetivo inicial amparar os convocados para a II Guerra Mundial e suas famílias. Porém, desde a sua criação, suas metas previam sua atuação como instituição destinada a desenvolver serviços de assistência social. Ao longo de sua

³ O movimento sindical ganhou força por volta de 1920 (NICOLAU, 1963).

existência, a LBA desenvolveu múltiplas ações e colecionou, paralelamente, vários aspectos problemáticos, dentre os quais se destacam: sua abrangência territorial e o grande número de funcionários que empregava; o caráter de emergência e predominantemente assistencial de seu atendimento; a diversidade na qualidade de atendimento que os equipamentos conveniados ofereciam; a insuficiência do financiamento *per capita* para a manutenção da criança; a fragilidade das estatísticas, inadequadas para a elaboração de diagnósticos necessários à formulação de planos; e, finalmente, sua própria atuação, uma vez que a instituição não conseguia desempenhar uma função normatizadora e coordenadora, em nível nacional, dos programas de creches, mas, ao mesmo tempo, explorava politicamente esses programas, repassando verbas diretamente às instituições e aos municípios, ou mantendo creches por ela administradas diretamente.

Paralelamente à LBA, o governo federal também manteve, a partir dos anos 40, programas assistenciais/educacionais destinados a menores na faixa etária de 7 a 18 anos, oriundos de famílias de baixa renda. O Serviço de Assistência aos Menores – SAM foi criado nos anos 40, vinculado ao Departamento Nacional da Criança/Ministério da Educação e Saúde e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (NICOLAU, 1986). O SAM foi extinto em 1964, e substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada naquele mesmo ano, por intermédio da Lei nº 4.513, de 1 de dezembro de 1964.

De acordo com a Lei nº 4.513/64 que a criou, cabia à FUNABEM *“formular e implantar a política nacional de bem-estar do menor, mediante o estudo do problema, o planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política.”* (RAMOS, 1993, p.25).

Em 1977, a LBA e a FUNABEM foram incorporadas ao SIMPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, fato que concorreu para uma expansão significativa da cobertura dos serviços prestados por esses órgãos. O número de crianças atendidas em creches-casulo vinculadas à LBA passou de 135 mil em 1978 para 320 mil em 1981; no mesmo período, o número de menores assistidos pela FUNABEM passou de

741 mil para 1.358.000 (Teixeira, citado por CAMPOS, 1992).

A questão do atendimento a crianças e adolescentes incorporou novos conceitos e novos objetivos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 204, que determina que:

“...as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e o estabelecimento de normas gerais à esfera federal; (...) participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (Congresso Nacional - Constituição Federal de 1988).

Nesse mesmo sentido, o art. 227 também é de extrema importância, na medida em que estabelece que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Congresso Nacional – Constituição Federal de 1988).

2.2. A origem da creche no Estado de Sergipe

A primeira creche do Estado de Sergipe foi criada na década de 50, pela Legião Brasileira de Assistência, e recebeu o nome de Darcy Vargas, esposa do então presidente da República, Getúlio Vargas. Inicialmente, a creche foi criada para atender aos filhos dos soldados que foram lutar na II Grande Guerra. Posteriormente, passou a atender às crianças oriundas de famílias carentes e, em sua grande maioria, a filhos de empregadas domésticas.

A origem das creches municipais de Aracaju está ligada diretamente à inserção da mulher no mercado de trabalho. Elas surgiram principalmente por reivindicações das camadas populares de baixa renda, associações de moradores, Igreja e grupos organizados da sociedade civil.

Considerando que naquela época não existia no Brasil uma política consistente no âmbito das creches, esse atendimento era basicamente deixado, pelos poderes públicos, a cargo da sociedade. Até a promulgação da Constituição de 1988 não havia uma legislação que reconhecia os direitos e definia as responsabilidades nesse campo. O que havia eram ações em instituições nas instâncias federais, estaduais e municipais que atendiam, de forma precária e desarticulada, a uma pequena parcela das crianças. Portanto, essas ações se reduziam, em sua grande maioria, ao repasse de subvenções às creches criadas, que eram administradas pela população nos bairros periféricos e nas favelas das grandes cidades (FILGUEIRAS, 1994).

A Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SMASC), tem sob sua administração direta 18 creches, com capacidade para atender a 1.165 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, no horário das 6 às 18 horas, de segunda à sexta-feira. Em janeiro do ano 2000 estavam matriculadas, nessas creches, 405 crianças na faixa etária de 0 a 3 anos.

No início, as creches municipais de Aracaju eram coordenadas por técnicos de nível superior, geralmente assistentes sociais e, preferencialmente, aqueles que contribuíram com seu trabalho de organização comunitária para implantação das creches nos bairros. Hoje, estas coordenações passam por acordos (indicações políticas) predeterminados durante os períodos de campanha eleitoral. De acordo com SILVA (1999), essa vinculação da administração das creches aos interesses político-eleitorais acaba por determinar uma grande rotatividade na administração dessas instituições, portanto, ao longo do tempo, o despreparo e a ausência de compromisso com o trabalho contribuem para o enfraquecimento do vínculo entre a creche e a comunidade.

2.3. A educação infantil do ponto de vista legal

A Constituição Brasileira de 1988, no que diz respeito a crianças e adolescentes, pode ser tomada como um divisor de águas na legislação nacional. A legislação pré-constitucional relativa ao assunto caracterizava-se por uma abordagem centralizadora, prevendo a formulação e a execução de políticas compensatórias à falência das políticas sociais básicas (RAMOS, 1993). O inciso IV do artigo 208 da Constituição Brasileira de 1988 determina que o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creches às crianças de 0 a 3 anos de idade, o que incluiu a creche no capítulo da Educação. Assim, pode-se concluir que, do ponto de vista legal, a atual legislação brasileira se contrapõe ao histórico assistencialismo do governo, em relação ao atendimento às crianças e aos jovens excluídos das políticas sociais básicas, por considerá-lo ineficiente para sanar os maiores problemas enfrentados no país, tais como: habitação, alimentação, saúde, educação, desemprego e lazer. Do ponto de vista jurídico, na Constituição Federal de 1988 a criança passa de “ser carente” a “sujeito de direitos exigíveis”, o que, segundo COSTA (1993), pode ser considerado um avanço em direção ao exercício da cidadania.

Nesse âmbito, a Constituição de 1988 se diferencia das anteriores também por reconhecer a importância da educação infantil como um direito da criança, e não como uma ação assistencial, uma vez que a oferta desse tipo de educação nela figura como um dever do Estado.

Entretanto, embora se tenha avançado bastante na luta pelo reconhecimento dos direitos da criança da faixa etária de 0 a 6 anos, no que se refere à educação em creches e pré-escolas, ainda há muito que se fazer para que se possa superar o estigma da criança pobre como um exclusivo objeto de políticas assistenciais.

Um marco também de grande significação para o atual debate sobre educação infantil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, já que no país a expressão “educação infantil” aparece, pela primeira vez, em uma lei nacional da educação. Na Lei nº 9394/96 a educação infantil é objeto de um

destaque que não se registrava nas legislações anteriores, sendo tratada inclusive numa seção específica, e definida como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (Lei de Diretrizes e Bases 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 29).

A mesma lei também estabelece que a educação infantil seja oferecida em duas etapas: creches para crianças de até 3 anos de idade e pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos. Portanto, a distinção entre creche e pré-escola é feita exclusivamente pelo critério de faixa etária, sendo ambas instituições de educação infantil, com o mesmo objetivo de desenvolvimento da criança em seus diversos aspectos (BARRETO, 1998), conforme se pode observar nos artigos 30 e 31 do referido texto legal:

“A educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade.” (Lei 9.394/96, art. 30).

“Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.” (Lei 9394/96, art. 31).

A LDB (Lei nº 9.394/96) traz ainda, nas Disposições Transitórias, um artigo de extrema importância para a educação infantil (o art. 89), que afirma que *“as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de 3 anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.”* Assim, as instituições de educação infantil devem integrar o Sistema Municipal de Ensino, o Sistema Estadual de Ensino ou o Sistema Único de Educação (BARRETO, 1998 p.24).

Em atenção a essas determinações legais, o Ministério da Educação homologou, em junho de 2000, as Diretrizes Operacionais Para a Educação Infantil, que estabelecem regras para o atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos em creches, destacando que se trata de um período muito importante no desenvolvimento da criança e valorizando questões como a socialização, nutrição, higiene e saúde, além de considerar imprescindível o caráter educativo das instituições que se dedicam ao atendimento daquela faixa etária.

De outro lado, a partir de 1995, as instituições pré-escolares e a população na faixa etária de 0 a 6 anos passaram a fazer parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, do IBGE, possibilitando, desta forma, o acesso às estatísticas relativas ao contingente de crianças que freqüentam creches e pré-escolas. Segundo os dados da PNAD (IBGE, 1995), explicitados no Quadro 1, 25% das crianças na faixa de 0 a 6 anos freqüentam a creche ou a pré-escola, devendo ser ressaltado que, dessas crianças, 17,3% pertenciam à faixa etária de 0 a 3 anos e 82,97% estavam na faixa de 4 a 6 anos. Nesse mesmo grupo, as crianças oriundas de famílias que recebiam acima de dois salários mínimos *per capita* representavam 43,1%; no caso das crianças oriundas de famílias que recebiam até meio salário mínimo *per capita*, esse total era de 19,2%. No conjunto das crianças de 0 a 6 anos, atendidas em creches e pré-escolas, 37,4% eram oriundas de famílias com menor renda; os 70,6% restantes correspondiam a crianças de família com renda mais alta (IBGE, citado por BARRETO, 1998). Essa baixa participação na pré-escola de crianças oriundas de famílias de menor renda é devido, pelo menos nos centros urbanos, ao fato de na rede de pré-escolas a participação do setor público ainda ser menor do que a do setor privado, o que limita, por questões financeiras, o acesso da maioria das crianças de 0 a 6 anos à pré-escola.

Outro instrumento legal de grande importância no debate sobre o atendimento à criança é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que responsabiliza a União, os Estados e os municípios pelo atendimento a crianças e jovens que pertencem a classes sociais menos favorecidas. Considerando os problemas da infância como uma questão que deve ser do interesse de toda a sociedade, o Estatuto abre espaço para uma participação

Quadro 1 - Brasil: Crianças de 0 a 6 anos de idade que freqüentam creche e pré-escola, por classes de rendimento familiar *per capita*, segundo grupos de idade – 1995

Faixa Etária	%	Até ½ SM	+ de ½ a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Sem Renda	Sem Declarar
0 a 6 anos	25,1	19,2	23,4	28,2	43,1	14,2	29,9
0 a 3 anos	7,6	5,1	5,7	7,4	19,0	4,1	9,9
4 a 6 anos	47,8	37,4	46,4	53,8	70,6	37,9	54,5

Fonte. IBGE-PNAD (1995).

social mais ampla, trazendo diferentes segmentos da sociedade não só para o debate, como também para uma participação mais direta no conjunto das políticas de atendimento a crianças e adolescentes. De acordo com COSTA (1993), este seria um grande passo em direção à cidadania das crianças brasileiras.

Nesse âmbito, dentre os aspectos importantes a serem destacados no Estatuto da Criança e do Adolescente, está a regulamentação de diretrizes constitucionais, que dizem respeito aos direitos da criança e do adolescente. Com base no artigo 88 da Constituição Federal, o Estatuto prevê a municipalização do atendimento, bem como assegura a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações, por meio da criação e da atuação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores, em todos os níveis da administração pública, das ações governamentais relativas à população menor de 18 anos (COSTA, 1993).

Além das iniciativas governamentais, existem esforços significativos de múltiplas organizações não-governamentais que atuam na defesa dos direitos da criança. São exemplos significativos a Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar, os programas financiados por entidades estrangeiras como a *Van Leer*, as Pastorais da Criança e do Menor e os programas do UNICEF- Fundo das Nações Unidas Para a Infância (DEMO, 1994).

O UNICEF mantém no Brasil um Programa de Cooperação, que se destina a promover, assegurar e defender os direitos fundamentais das

crianças e dos adolescentes, no que diz respeito aos direitos civis, políticos e sociais (UNICEF, 1999). Esse programa, denominado “O Direito de ter Direito”, procura promover uma crescente conscientização da sociedade brasileira quanto ao fato de que milhões de pessoas, em especial as crianças, encontram-se em situação de sobrevivência extremamente precária e em ambientes socioeconômicos que não oferecem condições de atendimento às suas necessidades básicas. Mais que isto, procura mostrar que esse é um fato inaceitável, tanto em termos de justiça social como para construção de uma sociedade democrática (UNICEF, 1999).

2.4. A educação infantil do ponto de vista das necessidades e dos problemas das famílias de baixa renda

No Brasil, as últimas décadas do século XX vêm sendo marcadas por um empobrecimento crescente da população. Tal fato se deve, em grande parte, a um processo bastante intenso de concentração de renda, ao alto índice de desemprego estrutural e conjuntural, assim como aos baixos salários pagos à maioria da população trabalhadora. Desta maneira, grande parte da classe trabalhadora não tem condições econômicas para suprir suas necessidades mínimas de sobrevivência. No conjunto, esses fatores concorrem para a formação e a continuidade de um grande contingente da população em situação de pobreza e de miséria e que, conseqüentemente, vivem em péssimas condições de habitação, alimentação, saúde etc.

Em 1989, 77% dos brasileiros residiam em áreas urbanas e um terço deles se encontrava abaixo da linha da pobreza. Dentre estes últimos, o grupo que mais se sobressaía era aquele composto por mulheres com filhos e sem cônjuge. Naquele mesmo ano, cerca de 40% da população urbana residia em domicílios classificados como pobres e 12% apresentava uma pobreza estrutural; 21% era de pobres recentes e 6% era constituída por pobres que não tinham suas necessidades básicas satisfeitas (Lopes, citado por GOLDANI, 1994).

De acordo com DIDONET (1993), neste final de século, seja nos países desenvolvidos, seja nos subdesenvolvidos, a disparidade entre ricos e pobres, entre os salários mais altos e os mais baixos e, conseqüentemente,

entre o tipo e a qualidade do consumo é uma das maiores já observadas no mundo moderno. O choque da diferença agride mais do que a relativa homogeneidade da pobreza. Considerando os recursos científicos e tecnológicos e os níveis de produtividade da economia moderna, o autor afirma que é inaceitável que uma criança passe fome, em qualquer parte do mundo; porém é mais grave ainda que uma criança passe fome diante de uma mesa farta, simplesmente porque lhe negam comida.

Nesse cenário de desigualdade social, a situação da criança no Brasil é caótica: apesar de alguma melhoria ter sido registrada nos últimos cinco anos, o quadro que se apresenta sobre mortalidade, desnutrição e morbidade ainda é alarmante, assim como os programas de atendimento à criança não têm surtido os efeitos desejados. Nesse processo, assume extrema relevância, conforme citado anteriormente, o fato de a distância entre ricos e pobres estar aumentando cada vez mais. Tal situação significa que não estão sendo adotadas políticas sociais adequadas, que conduzam à equidade e, conseqüentemente, à justiça social. Todos os esforços para aumentar o número de crianças em centros de atendimento e para auxiliar as famílias no atendimento das necessidades de seus filhos conseguem apenas reduzir parte dos males causados por políticas socioeconômicas excludentes, que acabam se revelando, ao contrário do que o discurso oficial afirma, como instrumentos de aprofundamento do processo de concentração de renda (DIDONET, 1993).

No que se refere a um desejado processo de mobilidade social, no qual a educação escolar é um elemento fundamental, o quadro descrito em nada colabora para que ele se efetive. As condições pessoais de desenvolvimento e aprendizagem de milhões de crianças brasileiras são afetadas pelos problemas decorrentes da pobreza e das disparidades socioeconômicas, além da discriminação gerada por razões político-ideológicas. A recessão produz impactos mais fortes sobre as famílias dos extratos inferiores de renda, que se vêem impossibilitadas de atender às necessidades básicas de seus filhos pequenos (DIDONET, 1993).

Segundo CUNHA (1991), um dos principais fatores que afetam o desempenho escolar é a fome. Outro fator importante é a diferença de cultura das classes sociais que, aliada ao conjunto de estereótipos da

criança pobre que está presente na percepção que os professores têm dela e que influenciam negativamente o trabalho pedagógico por eles desenvolvidos, acaba por prejudicar o desempenho escolar dos mais carentes.

A situação de fome, assim como suas respectivas conseqüências, não implica apenas a fase da primeira infância, quando as crianças, desde o seu nascimento, não recebem os alimentos na quantidade e qualidade mínimas necessárias ao seu bom desenvolvimento. Estes problemas começam muito antes, quando elas ainda estão no útero materno e, em muitos casos, até mesmo antes de serem concebidas, quando suas mães, ainda crianças, enfrentam a situação de fome (CUNHA, 1991).

Um dos problemas mais graves que assolam a humanidade, hoje, é a fome e a desnutrição. O Brasil enfrenta, também, outros graves problemas, como a distribuição desigual de renda e o grande desperdício de alimentos, uma vez que toneladas de alimentos vão para o lixo todos os dias, enquanto milhões de pessoas não conseguem sequer suprir suas necessidades mínimas de calorias e proteínas. Como conseqüência, dentre outros fatores, o país tem uma taxa de mortalidade infantil que ainda hoje atinge patamares inaceitáveis. De acordo com dados do PRONAICA⁴ (1999), a taxa de mortalidade infantil (TMI) apresentou queda significativa na década de 80: em 1980 ela era de 75 por mil; em 1987 caiu para 45 por mil (IBGE, 1990; IPAD, 1988). Entretanto, a mortalidade infantil no Brasil ainda se manteve em níveis bem superiores à média dos países da América Latina, que, no final daquela década, era de 25 por mil.

Muitas crianças pobres brasileiras têm sua vida adulta antecipada de forma brutal, ao serem submetidas a longas jornadas de trabalho em condições precárias, em troca de salários extremamente baixos, devido não só à pouca ou até mesmo nenhuma qualificação que possuem, mas, principalmente, ao nível de miséria em que suas famílias se situam. Portanto, qualquer quantia por ela auferida, por menor que seja, assume grande significado. De acordo com SABOIA (1996), em 1990 77% das crianças que trabalhavam cumpriam jornadas superiores a 40 horas semanais; 81% recebiam até meio salário mínimo por mês; 48% tinham

⁴ Programa Nacional de Atenção Integral à Criança.

menos de quatro anos de instrução; e 48% exerciam atividades não-qualificadas na agricultura, como empregados domésticos.

Ainda segundo o autor, o trabalho infanto-juvenil está ligado à pobreza: quanto mais baixa é a renda da família, maior é o índice de menores no mercado de trabalho. Em 1990, 23% das crianças que viviam em famílias pobres (com renda de até meio salário mínimo *per capita*) estavam trabalhando; já nas famílias com renda acima de dois salários mínimos *per capita*, a participação de crianças que trabalhavam era de 5%.

Para agravar ainda mais esse quadro crítico, à criança que trabalha é negado o direito de freqüentar a escola, instituição onde, em princípio, dentre outros benefícios, elas poderiam obter melhores chances de vida futura, por meio de uma melhor qualificação para o ingresso no mercado de trabalho na idade adulta, em condições mais favoráveis. Segundo SABOIA (1996), em 1990, somente 60% das crianças que pertenciam às famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo dedicavam-se exclusivamente aos estudos; 14% trabalhavam e estudavam; e 12% tinham abandonado os estudos, estando somente trabalhando. Por outro lado, 92% das crianças oriundas de famílias com renda *per capita* maior que dois salários mínimos dedicavam-se exclusivamente ao estudo.

Como pode ser observado, a situação da criança no Brasil, particularmente da criança pobre, já é bastante conhecida nos meios profissionais dedicados a este segmento da população. As estatísticas são amplamente repetidas, e em várias situações tornou-se lugar comum a citação de dados sobre mortalidade, desnutrição, morbidade, repetência e evasão escolar, abandono etc. De tanto serem repetidos, os dados, por mais graves, alarmantes ou catastróficos que sejam, parecem ter perdido sua força de mobilização da população e das autoridades. Quer se trate de insensibilidade gerada pela rotina, quer de auto-anestesia como mecanismo de defesa, quer de cansaço com diagnósticos incompletos, que ficam apenas na fase dos dados estatísticos, o certo é que a maioria das pessoas já não se sente mais tocada pelos números, a ponto de pressionar os organismos responsáveis pela formulação e implantação de políticas ou

programas mais efetivos voltados para as crianças, principalmente para aquelas vindas dos segmentos mais carentes⁵ (DIDONET, 1993).

Por outro lado, muitas famílias de baixa renda, em face de tal realidade e da pouca atenção da sociedade, assumem uma postura de submissão diante das autoridades públicas e do educador, quando começam a freqüentar a creche, em função da grande importância que a vaga obtida representa para elas. Segundo VITÓRIA e ROSSETT-FERREIRA (1993), para que a creche efetivamente se comprometa a desenvolver um papel social transformador, será necessário que ela parta do princípio de que todas as famílias merecem a mesma qualidade de atendimento, independentemente de sua condição social ou de suas habilidades para se relacionar com a instituição educacional.

2.5. A presença da mulher no mercado de trabalho

A trajetória da creche está intimamente ligada às modificações do papel da mulher na sociedade e à sua crescente inserção no mercado de trabalho. Esses fatos contribuíram para que as mulheres se organizassem para reivindicar locais adequados onde pudessem deixar as crianças, enquanto estivessem trabalhando.

Em 1º de maio de 1943 foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, por intermédio do Decreto-Lei nº 5.452, que determinou que:

“...os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação.”
(RAMOS, 1993, p. 30).

A Constituição Federal atual, em seu artigo 7º, inciso XXV, ampliou significativamente o que a CLT já havia determinado em 1943, ao estabelecer como direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita, em creches e pré-escolas, aos filhos e dependentes entre 0 e 6 anos de idade (BRASIL, 1993).

⁵ Na opinião de DIDONET (1993), talvez se deva revalorizar os estudos de caso, nos quais é possível colocar maiores doses de realismo e concretude na descrição dessas situações.

Segundo GOLDANI (1994), nas últimas décadas deste século ocorreu um aumento significativo da participação da mulher no mercado de trabalho remunerado, independentemente do estágio do ciclo de vida que esteja sendo considerado. Entre 1960 e 1990, a participação feminina na força de trabalho cresceu de 16 para 39%. Constatou-se, também, uma mudança no perfil da mulher trabalhadora, em termos de estrutura etária e *status* marital.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1970, 18,2% da população feminina estava no mercado de trabalho naquele ano, o que correspondia a cerca de seis milhões e duzentas mil mulheres. Destas, 81% concentravam-se nas camadas mais pobres da população, recebendo até dois salários mínimos mensais; 77% eram analfabetas ou possuíam apenas instrução primária; e 10% eram chefes de famílias. Por outro lado, os dados da PNAD, de 1973, indicaram que 48% das mulheres que trabalhavam estavam na faixa etária mais fértil: de 20 a 39 anos de idade, de onde se deduz que seus filhos ainda estão, na maioria dos casos, na faixa etária de maior vulnerabilidade, que envolve as fases de educação escolar e pré-escolar (PNAD, citado por CAMPOS, 1979).

A participação das mulheres na composição mão-de-obra teve um aumento de 26,6% no censo de 1980; esse crescimento foi fortemente marcado pelo avanço da industrialização e do crescimento econômico ocorrido na década de 70 e que vem sendo registrado ao longo das décadas de 80 e 90. No censo de 1981, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina representava 32,9% da PEA total; essa participação subiu para 39,2 em 1990. Na PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar de 1995, a participação da mão-de-obra feminina já representava 48,1% do contingente da população que estava no mercado de trabalho naquele ano.

Quanto à idade das mulheres, na década de 70 a maior concentração daquelas que exerciam atividades profissionais estava na faixa de 20 a 24 anos. No entanto, na década de 80, esta tendência se alterou: a atividade das mulheres passou a ser elevada nas faixas etárias subseqüentes, e atingiu significativamente o segmento das mulheres de 30 a 39 anos, etapa esta em que mais da metade das mulheres brasileiras estava no mercado de trabalho, o que, por sua vez, representou uma mudança significativa no perfil da força de trabalho feminina. Destaca-se que estas mudanças não foram

verificadas na Região Sudeste, onde a maior participação feminina no mercado de trabalho continuou concentrada na faixa etária dos 20 aos 24, com um declínio relativo na faixa posterior (BRUSCHINI, 1994).

De acordo com a autora, a inserção das mulheres no mercado de trabalho difere em relação ao setor de atividade econômica analisado, e ainda é afetada pelo seu estado conjugal. É verdade que a indústria emprega mais mulheres jovens e solteiras; entretanto, este é um fenômeno que se registra predominantemente na Região Sudeste. Já no caso das mulheres casadas e das mais velhas, as oportunidades de emprego existentes se concentrariam mais em setores como serviços, atividades sociais e administração pública, e, provavelmente, a maior absorção desse contingente de mulheres ocorre na Região Nordeste (BRUSCHINI, 1994). Pode-se deduzir, ainda, que este é o contingente de mulheres que se dispõem a enfrentar dificuldades próprias à conciliação entre as responsabilidades profissionais e as necessidades familiares (FIBGE, Censo 1980 e 1990, citado por BRUSCHINI, 1994). Segundo a autora:

“A presença de filhos, porém, é fator que mais interfere na participação feminina no mercado de trabalho. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família e a insuficiência de equipamentos coletivos como as creches limitam a saída da mulher para o mercado de trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. Contudo, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias muito pobres ou nas chefiadas por mulheres, outros arranjos como a rede de parentesco ou de vizinhança poderão ser acionados para olhar as crianças enquanto a mãe vai trabalhar.” (BRUSCHINI, 1994, não-paginado)

Desde a segunda metade do século XX, as famílias brasileiras vêm passando por modificações, como a diminuição no tamanho e uma maior diversificação nos arranjos domésticos e familiares, em virtude do aumento nas taxas de divórcio, separação e recasamento. Dentre as explicações para as modificações nas estruturas familiares, destaca-se o aumento das

famílias chefiadas por mulheres, que no período de 1960 a 1990 passaram de 10 a 20% do total de famílias brasileiras. Em 1981, 9,6% das crianças pertenciam a esse tipo de família; em 1986 já eram 11,4% e em 1989 chegaram a 13%. Mais agravante ainda é o fato de que essas mulheres que chefiam suas famílias sem o auxílio do cônjuge recebem, em média, salários menores do que aqueles recebidos pelas mulheres chefes de famílias que possuem cônjuges. Em países desenvolvidos esse fato se deve à modernização e à industrialização, assim como às maiores opções que se apresentaram para as mulheres adultas; em países em desenvolvimento as causas estão associadas às más condições de vida, que geram instabilidade nas relações pessoais (GOLDANI, 1994).

No mesmo período (1960-1990), houve também um incremento da participação de esposas e filhos tanto no mercado de trabalho, como na renda monetária familiar, o que tem levado a uma progressiva redefinição nos padrões de hierarquia e socialização familiar, com uma maior participação de todos os membros da família nas decisões familiares. Neste contexto, o modelo de família no qual predomina somente o poder paterno e marital tende a ser superado, o que, de certa forma, já se observa no texto da Constituição de 1988, no qual, para efeito de proteção, é considerada como “família” tanto a união estável entre homem e mulher, quanto o grupo constituído por qualquer um dos pais e seus descendentes.

De todo modo, considerando que é cada vez maior o contingente de mulheres que são levadas a ingressar no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência de suas famílias, deduz-se, sob esta perspectiva, que a creche representa uma demanda concreta e inadiável, uma vez que dela depende uma necessária liberação da mulher para o mercado de trabalho (VITÓRIA e ROSSETT-FERREIRA, 1993). Desta forma, por serem equipamentos sociais, instituições como a creche vêm se tornando uma necessidade incontestável para uma proporção cada vez maior da nossa população. Embora historicamente tenham sido vinculadas ao atendimento de crianças de baixa renda, à medida que os costumes e as necessidades sociais se modificam elas precisam também se modificar, adequando seus objetivos e suas atividades a essas novas demandas sociais.

3. METODOLOGIA

3.1. Área de estudo

O presente estudo foi desenvolvido nas creches municipais da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, Região Nordeste do Brasil. Em 1996, o município de Aracaju contava com 428.194 habitantes, sendo 200.369 homens e 227.825 mulheres; a população de 0 a 4 anos de idade totalizava 38.083, sendo 19.240 e 18.843 do sexo masculino e feminino, respectivamente. Em 1999, segundo dados do IBGE, sua população total representava 26,36% da população geral do Estado de Sergipe (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ARACAJU, 1999).

3.2. População

A Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) mantém em funcionamento, sob sua administração direta, um total de 18 creches, todas localizadas no perímetro urbano da cidade. Estas creches estão sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SMASC), prestando atendimento a um total de 910 crianças na faixa de 0 a 6 anos. Deste total registrado no mês de janeiro de 2000, 405 crianças pertenciam à faixa de 0

a 3 anos de idade⁶. Em 1999 foi atendido um total de 608 famílias nas creches municipais de Aracaju, devendo-se ressaltar que, em muitos casos, essas famílias possuíam mais de um filho na creche.

3.3. Amostra

Tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Aracaju administra diretamente uma rede de 18 creches, cuja clientela tem características socioeconômicas bastante homogêneas, e na impossibilidade de trabalhar com toda a população de usuários das creches municipais, este estudo foi realizado em três dessas 18 creches, alcançando um total de 62 usuários e suas respectivas famílias, tendo assim uma representatividade de 18% do total de crianças matriculadas na referida rede de creches.

A escolha das três creches obedeceu aos seguintes critérios: a) estarem ligadas à administração pública do município de Aracaju-SE; e b) atenderem à clientela com características de baixa renda, que comumente depende da ação do poder público nessa área.

Embora a proposta inicial do estudo fosse desenvolver a investigação em duas creches municipais em Aracaju, foi necessária a inclusão de uma terceira, para que se garantisse o alcance de uma amostra representativa do universo abrangido pela pesquisa. A escolha das unidades a serem pesquisadas foi intencional, tendo em vista o cuidado de constituir uma amostra bastante homogênea. Cabe destacar que a intencionalidade na seleção das creches que foram objeto da pesquisa não determinou nenhum viés em relação aos objetivos do estudo, uma vez que todas as creches municipais de Aracaju seguem uma mesma linha de ação, estão localizadas na periferia da cidade, próximo ao contingente da população de baixo poder aquisitivo, e atendem a uma clientela bastante homogênea, especialmente no que se refere ao perfil socioeconômico das famílias usuárias.

As características básicas dessa clientela usuária das creches podem ser resumidas da seguinte forma: são famílias de baixa renda, cujos provedores – pai ou mãe - exercem profissões pouco qualificadas, como

⁶ Esses dados foram adquiridos da chefe da Divisão da Criança em janeiro do ano 2000.

empregadas domésticas, trabalhadores autônomos, pedreiros, pescadores etc.; sem contar aqueles que na época do estudo estavam desempregados.

As amostras dos segmentos pesquisados foram constituídas da seguinte maneira: grupo A – grupo formado por profissionais da administração central da SMASC, que respondem por cargos que estão diretamente ligados às creches, e que foi composto pela Coordenadora Técnica de Assistência Social, Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente, Chefe da Divisão de Atendimento à Criança e duas pedagogas. Os grupo B e C foram integrados por profissionais que atuam diretamente nas creches. No grupo B foram agrupados os profissionais que exercem cargos como assistente social, diretores e, ou, encarregados pela parte administrativa da creche. Do grupo C participaram 11 profissionais (recreadoras/serventes) que atuam diretamente com as crianças nas creches. Por último, o grupo D foi integrado por 62 mães⁷ responsáveis por crianças da faixa etária de 0 a 3 anos, matriculadas nas creches onde o estudo foi desenvolvido.

3.4. Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu durante os meses de janeiro, fevereiro e março do ano 2000. De acordo com os objetivos definidos, foram utilizados instrumentos específicos de coleta de dados para cada grupo de entrevistados, instrumentos estes que integram o conjunto de anexos, que se encontram no final desta tese.

No total, foram entrevistados 22 profissionais cujas funções estão ligadas às creches, sendo cinco da administração central da SMASC, seis compostas pelos diretores das creches e 11 profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches que serviram de base à pesquisa, assim como foi feita a observação não-participativa nas creches.

⁷ A pesquisa não se restringia apenas às mães; poderia ser realizada com o pai ou responsável pelas crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade. Entretanto, em todas as entrevistas realizadas, somente foi encontrada a mãe como responsável pela criança na creche.

Na etapa de coleta de dados referentes às famílias das crianças, foram entrevistadas 62 mães, que representam 18% do total de crianças da de 0 a 3 anos que estavam matriculadas em janeiro de 2000 nas creches municipais de Aracaju, uma vez que 11 dessas mães tinham, na ocasião, dois ou mais filhos na faixa etária inferior a três anos, matriculados nas creches pesquisadas.

Para atender aos objetivos propostos, foi realizada uma análise de documentos e outros materiais disponíveis na SMASC, como: Manual das Creches, Jornal Ação⁸, Relatório de Atividades da SMASC, Relatório de Atividade Pedagógica e o Plano de Trabalho das atividades executadas no ano de 1999 nas creches municipais de Aracaju. Estes dois últimos foram elaborados pelos técnicos do Setor Pedagógico da SMASC. Foi também consultado o Anuário Estatístico do Município de Aracaju – 1999, adquirido da SEPLAN-DEP⁹. Nas creches foram consultados documentos como: modelos de formulários de Fichas de Evolução Diária da Criança (Apêndice A), prontuário da criança na creche (Apêndice B), declaração de comprovação de que a mãe da criança está trabalhando (Apêndice C), termo de responsabilidade dos pais (Apêndice D). Nas creches pesquisadas não foram encontrados relatórios das atividades por elas realizadas.

O desenvolvimento do estudo envolveu, basicamente, o seguinte processo:

- Levantamento de documentos, para identificação dos princípios, dos objetivos e das normas e diretrizes dos programas municipais de atendimento a crianças pertencentes à faixa etária de 0 a 3 anos, com o intuito de verificar se os aspectos por eles privilegiados refletem a creche como uma instituição assistencial ou como uma instituição educativa; e identificar se os programas seguidos nas creches estão condizentes com as propostas em nível da SMASC.

- Levantamento de informações referentes às percepções dos profissionais ligados às creches e das famílias usuárias. Foram realizadas

⁸ Órgão informativo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, publicado no mês de março do ano 2000.

⁹ Secretaria Municipal de Planejamento – Departamento de Estudos e pesquisas.

entrevistas semi-estruturadas¹⁰ (Apêndice E) com os profissionais que respondiam por cargos ligados às creches no âmbito da SMASC (grupo A¹¹, composto pela Coordenadora, Diretora, Chefe da Divisão de Atendimento à Criança e duas pedagogas). Nas creches foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Apêndice E) com os profissionais que integram o grupo B¹², formado por diretores, encarregados e assistente social. Foram entrevistados também 11 profissionais que atuam diretamente com as crianças de 0 a 3 anos de idade nas creches estudadas, os quais foram classificados no grupo C (Apêndice F). Por último, foram realizadas ainda entrevistas com as mães das crianças usuárias das instituições pesquisadas, cujas respostas estão relatadas no grupo D. Foram realizadas também observações não-participativas na rotina de funcionamento das creches. Em algumas situações, os períodos de permanência nas creches foram utilizados também para a realização das entrevistas com os profissionais daquelas instituições, bem como com as mães de algumas das crianças matriculadas.

- Levantamento de informações, a fim de identificar o perfil socioeconômico das famílias, suas expectativas em relação aos programas desenvolvidos nas creches e em relação à qualidade do seu atendimento, além dos fatores determinantes da decisão de matricular seus filhos na creche. Para obtenção dessas informações, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com as mães (Apêndice G). Neste caso, em especial, a maior parte das entrevistas foi realizada na própria residência das responsáveis pelas crianças, normalmente em horário noturno, uma vez que, por causa dos compromissos profissionais, a maioria destas mães só estava em casa à noite. Apenas em alguns poucos casos as entrevistas foram feitas na própria creche, no horário de entrada e, ou, saída das crianças; isto ocorreu em virtude da pouca disponibilidade de horário de um grupo de mães que também encontravam dificuldades em conciliar os horários de trabalho com a rotina doméstica. É importante destacar que, no caso das mães que foram

¹⁰ Estas entrevistas constituíram um importante instrumento na obtenção de informações a respeito do tema em questão. Para tanto, foi elaborado um roteiro para cada segmento entrevistado, de acordo com o que se pretendia investigar.

¹¹ Profissionais que são responsáveis pela supervisão e elaboração dos programas executados nas creches municipais de Aracaju.

entrevistadas no ambiente da creche, pode-se observar que elas não se sentiram à vontade para responder às perguntas, principalmente quando as respostas poderiam envolver alguma crítica ao trabalho desenvolvido na creche.

As etapas referentes ao desenvolvimento deste estudo foram:

1) Inicialmente, a investigação foi desenvolvida pela PMA/SMASC, órgão no qual as creches estão subordinadas. Seguindo a hierarquia dos cargos da Secretaria, as entrevistas foram realizadas na seguinte ordem: com a Coordenadora Técnica de Assistência Social e Cidadania (CTASC), a Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente (DDCA), a Chefe da Divisão da Criança (CDC) e as pedagogas (grupo A). Estas profissionais ocupam cargos ligados à administração geral das creches da rede municipal de Aracaju e, portanto, são responsáveis pela linha de ação desenvolvida nas creches e pela supervisão dessas instituições. Nesta instância, foram obtidos dados sobre o número de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos que estavam matriculadas nas creches municipais.

2) A etapa seguinte foi realizada nas creches. A primeira a ser visitada foi a Creche Benjamim Alves de Carvalho, que está localizada no bairro Coroa do Meio, uma área próxima a manguezais, na qual grande parte das residências dos usuários das creches foi construída em área de invasão. Em seguida, foram a Creche Prof^a Neuzice Barreto Lima, situada no bairro Getúlio Vargas, e, posteriormente, a Creche Dr. José Machado de Souza, localizada no bairro José Conrado de Araújo. Estas duas creches se situam em bairros ou regiões onde se verifica uma grande concentração de habitações coletivas, como quartos de vilas, onde residem muitas famílias usuárias das creches. Nesta etapa, no ambiente das creches, foram investigados documentos como os prontuários das crianças e os documentos exigidos pela administração das creches no ato da matrícula da criança. Nesta fase, foi realizado o contato com os diretores das creches e feito também o levantamento dos endereços das famílias das crianças matriculadas.

¹² Profissionais que atuam nas creches como diretores e assistente social.

Esta etapa compreendeu ainda a realização de entrevistas semi-estruturadas com os diretores, encarregados e assistente social das creches (grupo B), buscando informações a respeito dos objetivos da instituição, a função que atribuíam às creches, a forma de ingresso no cargo que exerciam, a participação, ou não, em programas de treinamento para trabalhar com crianças de 0 a 3 anos, quais as dificuldades que encontram no trabalho etc.

Ainda como parte da segunda etapa, foram realizadas observações, seguindo um roteiro básico preestabelecido (Apêndice H), que tinham por objetivo conhecer a rotina da creche. Além do cotidiano das instituições, foram observadas também a infra-estrutura, a disponibilidade de equipamentos e a existência de recursos materiais, como brinquedos e jogos educativos adequados a crianças menores de 3 anos. Em seguida, procedeu-se às entrevistas semi-estruturadas (Apêndice F) com os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches (grupo C). Estas entrevistas foram extremamente significativas para obtenção de informações sobre como chegou àquela função, sua formação profissional, seu nível de escolaridade, os cargos para os quais foram inicialmente contratados e os cargos que exerciam na época, a percepção sobre sua função na creche, o que faltaria para a melhoria do trabalho na creche, os treinamentos recebidos ligados ao trabalho com crianças de 0 a 3 anos etc.

Na etapa seguinte, a terceira, foram realizadas entrevistas (Apêndice G) com as mães das crianças matriculadas nas creches pesquisadas, para obtenção de dados que se referiam tanto ao perfil socioeconômico das famílias quanto aos aspectos referentes à qualidade do atendimento prestado pela creche onde seus filhos estavam matriculados, às expectativas e percepções da função da creche e ao grau de satisfação com o atendimento recebido.

Todos os depoimentos foram gravados e transcritos literalmente, buscando-se, com isto, preservar a fidedignidade das opiniões dos entrevistados.

3.5. Descrição e operacionalização das variáveis analisadas

- Objetivos dos programas das creches do ponto de vista oficial: a análise documental foi realizada com o intuito de proporcionar a identificação dos princípios, dos objetivos e das diretrizes dos programas municipais de atendimento a crianças de 0 a 3 anos.

- Aspectos privilegiados na formulação dos objetivos e conteúdos dos programas: verificou-se, por meio dos objetivos, das normas e das diretrizes de execução dos programas de atendimento em creches, se os aspectos por eles privilegiados refletiam a percepção da creche como uma instituição de assistência social ou como uma instituição educativa.

- Percepção dos profissionais das creches no que se refere à importância e aos objetivos da instituição e do trabalho que desenvolvem, assim como das famílias das crianças atendidas: estas informações foram obtidas mediante entrevistas com os profissionais das creches pesquisadas, identificando as atividades que desenvolvem, suas percepções das políticas implementadas pela Prefeitura, bem como das repercussões dessas políticas para seus usuários e suas famílias.

- Características socioeconômicas das famílias: foram consideradas as seguintes características:

- Estrutura familiar: foi dada pelo tipo de família: extensa, nuclear, monoparental.
- Número e idade dos membros da família.
- Estado civil: casado ou solteiro.
- Escolaridade: último ano ou série escolar concluída pelos membros da família.
- Ocupação: ocupação principal dos pais das crianças.
- Renda familiar: medida em número de salários mínimos¹³ e envolvendo o total de rendimentos recebidos pela família do entrevistado.

¹³ Foi considerado o salário mínimo (R\$: 136,00 (cento e trinta e seis reais) que vigorava no mês de referência da realização da pesquisa, ou seja, janeiro do ano 2000).

- As expectativas das famílias com relação aos programas: foram realizadas entrevistas com as mães das crianças, nas quais foram obtidas informações, por meio de perguntas fechadas e abertas, sobre o que a família esperava do atendimento oferecido pela creche e em que medida suas expectativas estão sendo, ou não, atendidas.

- Qualidade do atendimento na creche do ponto de vista das famílias: nesta variável foi verificada a satisfação das famílias com relação ao tipo de atendimento na creche. Foi perguntado à mãe se estava ou não satisfeita com o atendimento na creche, e porquê.

- Fatores que determinam a matrícula na creche: foi perguntado às mães das crianças os motivos que as levaram a matricular seus filhos na creche, bem com a importância da vaga na creche para a família da criança atendida.

- O grau de convergência e divergência das percepções identificadas: a partir das informações obtidas nos documentos legais, das entrevistas com os profissionais das creches e das entrevistas com as famílias dos usuários, verificou-se a existência de convergência, ou não, entre as percepções ali refletidas e aquela considerada atualmente a mais adequada, que situa a creche no âmbito das instituições educacionais, sendo, portanto, uma instituição que deve se dedicar ao atendimento integral da criança e que deve ser vista como um direito dela e de sua família, e não como um “favor” do poder público.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. O programa de atendimento executado nas creches municipais de Aracaju-SE: princípios, diretrizes, objetivos e aspectos relevantes

O programa de atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade, formulado e executado pela Prefeitura Municipal de Aracaju, tem como principal objetivo assegurar a estas crianças um desenvolvimento biossociopsicopedagógico adequado. O programa também tem como metas: a capacitação de recreadores das creches, para que possam desenvolver atividades que propiciem o desenvolvimento integral da criança; o suporte técnico-pedagógico às creches, visando o desenvolvimento das crianças; a sensibilização e mobilização das famílias, com vistas a um engajamento nas ações; e o assessoramento ao grupo de pais (Ofício nº 03/99/SMASC/DCA¹⁴).

Além do objetivo proposto para atendimento integral à criança de 0 a 6 anos, o programa visa também maior integração entre a criança e sua família e os funcionários, buscando manter um vínculo afetivo permanente entre eles. Desta forma, os pais são vistos como colaboradores e co-responsáveis por todo o processo de manutenção e funcionamento da creche (Manual de Creche, p.8, 1996).

¹⁴ Departamento da Criança e do Adolescente.

Entretanto, de acordo com o Jornal Ação, órgão informativo da SMASC, *“... as mães que não têm condições de cuidar dos seus filhos durante o dia, geralmente por motivo de trabalho, têm nas creches da Prefeitura o apoio necessário para exercerem com tranquilidade a sua labuta diária.”* O informativo destaca ainda que a clientela atendida é composta de crianças carentes na faixa de 0 a 6 anos, e que as creches proporcionam-lhes a guarda, assistência médica, alimentação, atividades de estimulação essenciais e atividades educacionais. Como se pode observar, a ênfase do informativo está nas funções tradicionais da creche, nas quais predominam o caráter assistencial.

Apesar dos objetivos propostos, que explicitariam as concepções e intenções da SMASC no que se refere ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos, os documentos internos da SMASC apontam, por outro lado, a carência de recursos para o atingimento de tais objetivos. De acordo com os aspectos psicopedagógicos contemplados na formulação dos programas, o seu desenvolvimento implicaria, por exemplo, uma maior disponibilidade de recursos materiais e humanos qualificados; como tal não ocorre, a proposta de atingir tais objetivos fica bastante comprometida.

Segundo o relatório das atividades desenvolvidas nas creches, elaborado pelos técnicos da SMASC, o principal objetivo da instituição é contribuir para o desenvolvimento integral das crianças na faixa etária de 2 a 6 anos, mediante a realização de atividades pedagógicas que auxiliem o seu desenvolvimento físico, afetivo e social. Como se observa, a proposta pedagógica da SMASC não cobre a faixa etária de 0 a 2 anos, embora esta fase seja atualmente reconhecida como de extrema importância para o desenvolvimento da criança (SMASC, nov. 1999).

Ainda de acordo com esse relatório, as atividades pedagógicas desenvolvidas nas creches propiciariam às crianças o desenvolvimento psicomotor e seriam devidamente adequadas à realidade de cada uma delas. Todavia, o mesmo documento explicita a dificuldade de execução de tais atividades, por problemas como:

- Falta de funcionários nas creches, o que obriga as recreadoras a fazerem tanto o trabalho pedagógico como o trabalho de crecheira.

- Falta de interesse, por parte de alguns diretores de creche, pelo desenvolvimento de atividades pedagógicas, na medida em que não percebem a creche como um espaço educativo.

- Falta de profissionais especializados, como: professores ou estagiários de educação infantil, educação física e psicologia, que poderiam fornecer suporte técnico ao trabalho pedagógico nas creches.

- Escolha inadequada de algumas recreadoras, principalmente as que exercem cargos de confiança, seja por falta de compromisso com a proposta pedagógica, seja por não gostarem de trabalhar com crianças.

- Existência de funcionários com idade mais avançada ou com problemas de saúde, fatores que dificultam a realização de atividades recreativas pedagógicas com as crianças.

- Morosidade na aquisição e distribuição do material didático necessário para a execução das atividades pedagógicas.

- Baixo nível de escolaridade de boa parte da equipe das creches (recreadoras e crecheiras), o que dificulta tanto o desenvolvimento da proposta pedagógica, quanto a própria capacitação desses profissionais para o trabalho em creches.

4.2. Alocação de recursos financeiros

No que se refere ao financiamento do programa, as creches municipais são mantidas por meio de convênio entre os governos federal, estadual e municipal. Entretanto, desde a criação do Fundo Municipal de Assistência Social, em 1996, não se registra qualquer contribuição financeira do governo estadual. A Prefeitura Municipal de Aracaju recebe do governo federal R\$17,00 por mês para cada criança matriculada na creche, somando um total de R\$ 204,00 ao ano, por criança. Por ser insuficiente, este montante é complementado com recursos municipais, para viabilizar a manutenção das crianças na creche. O setor financeiro da SMASC não soube informar o montante relativo especificamente às creches, uma vez que este gasto é computado no conjunto dos gastos assistenciais.

4.3. Estrutura organizacional dessas creches

De acordo com o Manual de Creches da PMA, para concretização dos objetivos propostos as creches contam oficialmente com um quadro de funcionários, constituído da seguinte maneira:

Diretor: profissional de nível superior, com experiência na área administrativa.

Assistente Social: profissional da área de serviço social, apto por formação para desenvolver as ações técnicas de assistência social.

Pedagogo: profissional de pedagogia, com especialização na área de Orientação Educacional.

Professor: profissional do magistério, com nível médio.

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil: profissional com o ensino fundamental completo, devidamente treinado para auxiliar o professor na realização das atividades pedagógicas.

Auxiliar Administrativo: profissional com o ensino médio completo, com experiência comprovada em datilografia.

Técnico em Economia Doméstica: profissional com o ensino médio completo, com formação na área de economia doméstica.

Merendeira: profissional com o ensino fundamental incompleto, com experiência comprovada no preparo de alimentos.

Servente: profissional com o ensino fundamental incompleto, que apresenta aptidão física para acompanhar as atividades de higiene e conservação da estrutura física da creche e dos equipamentos utilizados, bem como para colaborar eventualmente no cuidado com as crianças ou em outras atividades que se façam necessárias.

Lavadeira: profissional com o ensino fundamental incompleto, que tenha aptidão física para desempenhar as atividades de higienização das roupas da creche.

4.3.1. Procedimentos e critérios para a seleção das crianças

Os documentos exigidos para matricular as crianças nas creches são: xerox da certidão de nascimento, cartão de vacina, atestado médico, uma

foto ³/₄, e declaração de que as mães estão trabalhando e a ficha de avaliação da criança e da família.

4.3.1.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC

Considerando as respostas apresentadas por 40% dos componentes do grupo A (Quadro 2), todas as creches municipais de Aracaju atendem a crianças oriundas de famílias carentes, considerando o que rege a Lei Orgânica da Assistência Social¹⁵, como é afirmado por uma entrevistada:

“É o que está na Lei de Organização da Assistência Social, ou seja, as pessoas consideradas miseráveis, excluídas do processo produtivo, independente de estarem trabalhando ou não. As creches do município são garantidas para pessoas carentes.” (depoimento da diretora do DCA).

Sob esse aspecto, é importante lembrar que, embora a história das políticas sociais no Brasil mostre que a quase totalidade deste tipo de instituição tenha sido criada com o objetivo de atender às crianças oriundas de famílias de baixa renda, a Constituição de 1988, no artigo 208, inciso IV; o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990; e a LDB 9.394/96, no título III, artigo 4º, objetivam mudar esta prática, reconhecendo a educação infantil como um direito de todas as crianças, independentemente da situação econômica de suas famílias.

Para 40,0% das profissionais (Quadro 2), um dos critérios para matrícula das crianças nas creches é que a mãe comprove estar trabalhando, como explicita o relato a seguir:

“As mães que trabalham têm que trazer um atestado de onde ela está trabalhando, é realizada uma entrevista, e visita domiciliar pra ver se a mãe está realmente trabalhando (...).” (depoimento de pedagoga).

¹⁵ Na Seção III, artigo 23. Parágrafo Único. “Na organização dos serviços será dada prioridade à infância e adolescência em situação de risco pessoal e social, objetivando cumprir o disposto no artigo 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990” (LOAS, 1998, p.23).

Quadro 2 - Critérios para seleção das crianças segundo os profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, os diretores e a assistente social das creches, Aracaju-SE, 2000

Critérios para Seleção das Crianças	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
Todas as crianças oriundas de famílias carentes (de acordo com a LOAS ¹⁶)	2	40,0	1	16,7
Mães que comprovam estar trabalhando	2	40,0	2	33,2
Todas as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, mas a preferência é da mãe que trabalha	1	20,0	1	16,7
Mães sem recursos para alimentar seus filhos	-	-	1	16,7
Mães desajustadas mentalmente e, ou, deficiente fisicamente	-	-	1	16,7
Total	5	100,0	6	100,0

4.3.3.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches

De acordo com o Quadro 2, dentre os critérios para seleção das crianças que são atendidas nas creches, o que apresentou maior porcentual (33,3%) foi a exigência de comprovação de que a mãe da criança esteja efetivamente trabalhando. De acordo com o depoimento de uma profissional, o que importa é

“...realmente observar se as mães têm necessidade de trabalhar, que elas trabalhem realmente, ai você sabe, a gente pode fugir da regra, porque elas dizem que trabalham, trazem um atestado, de repente sai do trabalho, (...) a gente tem que estar sempre em busca (...), renovando o atestado de trabalho.” (depoimento da assistente social).

¹⁶ Lei de Organização da Assistência Social.

Dentre as respostas dadas pelas profissionais entrevistadas, uma em especial chama a atenção, porque embora escape aparentemente da percepção explicitada no depoimento anterior, na verdade reforça claramente uma relação entre o atendimento oferecido nas creches e a questão do assistencialismo e da compensação de carências materiais básicas para a sobrevivência da criança. De acordo com esse depoimento, as creches são para atender às mães que trabalham, mas

“...dependendo da condição da mãe, a gente admite, mesmo que ela não esteja trabalhando, não é justo que essa mãe não trabalhe e essa criança fique em casa passando fome.” (depoimento da assistente social).

4.3.2. Fluxograma de rotina da creche

Do ponto de vista das determinações da PMA, todas as creches devem seguir uma rotina de atividades preestabelecida, como mostra o fluxograma da página seguinte.

4.3.2.1. Rotinas e infra-estrutura das creches

Considerando as finalidades institucionais previstas na atual legislação, a rotina em instituições infantis deve funcionar de modo a facilitar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, estando adequada à criança, ou seja, criando um ambiente que considere as necessidades de cada faixa etária, bem como de suas famílias. As crianças menores têm características de crescimento e desenvolvimento físico variadas, conseqüentemente as atividades desenvolvidas nas creches devem permitir o acompanhamento deste processo.

Para que sejam atingidos os objetivos propostos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, devem ser estabelecidos tratamentos didáticos para as atividades desenvolvidas, de modo que

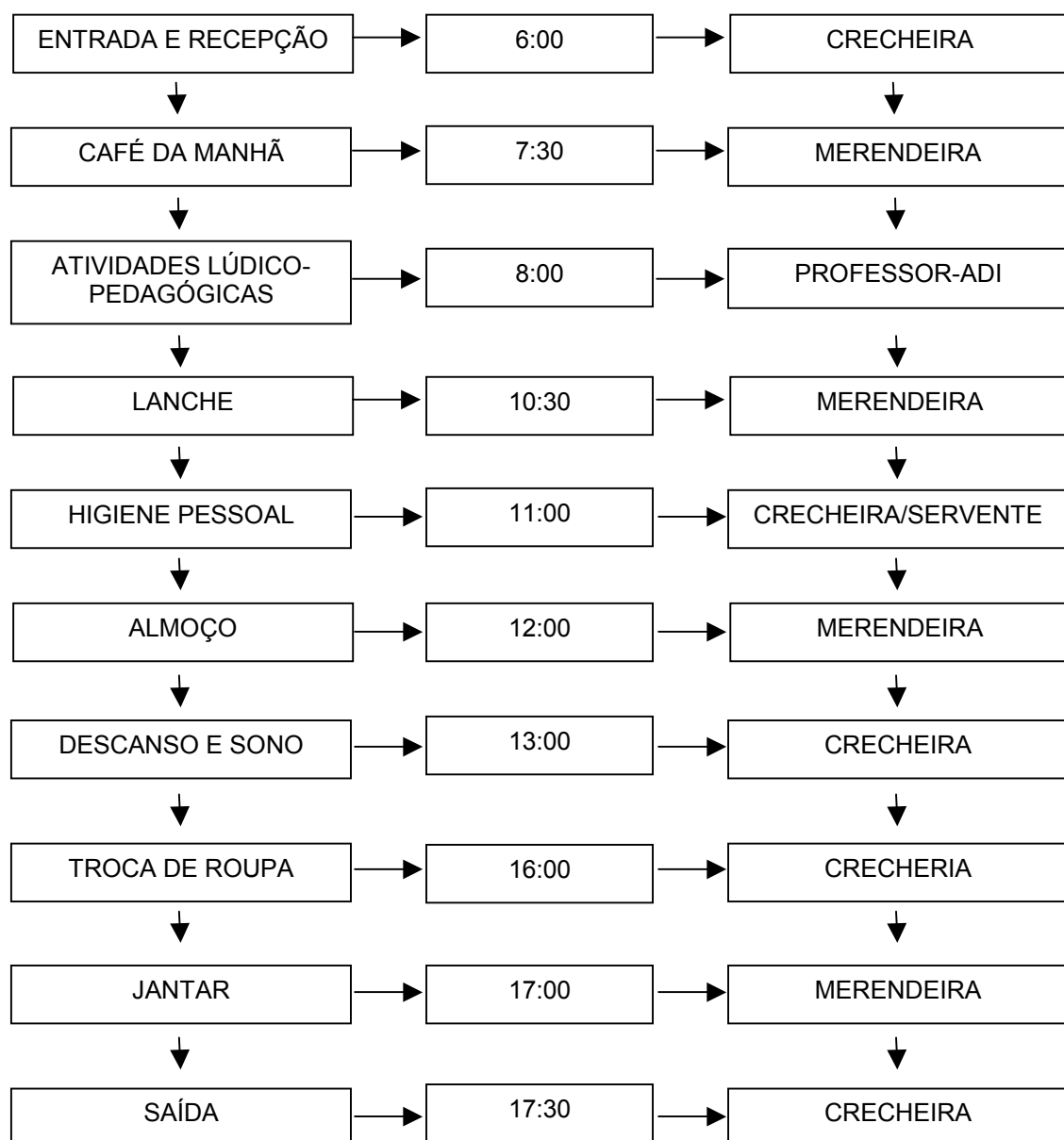


Figura 1 – Rotina de atividades.

coerência entre os objetivos e os conteúdos das atividades seja garantida. Além disto, para que esse caráter educativo esteja assegurado, a estruturação das atividades e a distribuição do espaço físico devem se apoiar na organização das crianças de acordo com as duas faixas etárias que compõem a etapa de educação infantil: de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos. De acordo com o referencial curricular, a educação infantil

“... se concretiza em dois âmbitos de experiências – formação pessoal e social e conhecimento de mundo – que são constituídos pelos eixos de trabalho: Identidade e Autonomia; Movimento; Artes Visuais; Música; Linguagem Oral e Escrita; Natureza e Sociedade e Matemática.” (MEC. 1998. p. 43).

As informações sobre a rotina das creches foram obtidas a partir de observações realizadas nas três instituições selecionadas, nos horários de entrada e saída das crianças, quando a mãe, o pai ou outro membro da família a trazia ou pegava, e durante o período normal de funcionamento das creches. As observações tiveram como base um roteiro preestabelecido (Apêndice F), para que não se perdesse de vista os aspectos relevantes a serem observados.

As três creches estão instaladas em centros comunitários, onde são realizadas atividades sociais voltadas para o idoso e para a comunidade em geral. Elas funcionam diariamente, de segunda à sexta-feira, no horário de 6 às 18 horas; o limite de tolerância para a entrada da criança na creche é até as 7h15. Observou-se, em uma delas, que não é permitida a entrada dos pais nas suas dependências internas¹⁷. Quando as crianças chegam às creches, suas roupas são trocadas¹⁸ pelo uniforme da instituição. Esta troca é feita pelas pessoas da família que conduzem as crianças, e só depois disto é que as funcionárias assumem suas funções, levando-as para as salas, onde elas permanecem o dia todo. Observou-se ainda que algumas mães retiram os calçados das crianças quando as deixam na creche. A explicação

¹⁷ A entrada das mães só é permitida quando elas vão trabalhar por meio período, uma vez por mês na creche.

¹⁸ A troca de roupa da criança é realizada em uma bancada rebaixada, que fica no corredor na frente da sala de administração.

para tal atitude é que, quando as crianças perdem os sapatos, as funcionárias não sabem dizer onde eles estão. Com isto, as crianças permanecem descalças o dia todo, na creche.

Em uma das creches estudadas observou-se a existência de uma estrutura física razoável, contando com quatro salas, Berçário I, Berçário II, Maternal I e Maternal II, onde poderiam ser agrupadas crianças por faixa etária. Entretanto, em virtude da falta de funcionários, as crianças na faixa de 2 a 6 anos de idade são colocadas em uma mesma sala e sob os cuidados de uma única profissional. As outras duas creches contam com apenas três salas, onde são distribuídas crianças até 6 anos de idade. Em duas das creches estudadas, verificou-se a existência de áreas de lazer, com *play-grounds*, que são usados tanto pelas crianças que estão na creche quanto pelas da pré-escola.

No que se refere à infra-estrutura de pessoal, o quadro básico de funcionários que garantem o funcionamento da creche é composto por um diretor, uma assistente social¹⁹, uma assistente em administração, cozinheiras, merendeiras, recreadoras²⁰ e serventes²¹. A jornada de trabalho é variável: as cozinheiras, merendeiras, serventes e recreadoras trabalham por turmas, que são distribuídas tanto em jornadas diárias de 6 horas, quanto em jornadas de 12 horas em dias alternados.

Apesar da existência de um quadro funcional básico, as creches apresentam uma grande deficiência no número de funcionários, principalmente daqueles que atuam diretamente com as crianças. Com isto, o que se constata é uma sobrecarga muito grande para os funcionários que exercem estas funções: em alguns momentos, durante o período da observação das rotinas das creches, foram encontrados grupos de 16 a 20 crianças em cada sala, com apenas uma funcionária encarregada de cuidar de todas elas. Esta situação se agrava nos períodos de maior incidência de férias de servidores, quando o próprio atendimento fica, de modo geral,

¹⁹ Em apenas uma das creches estudadas foi encontrada Assistente Social, lotada na mesma.

²⁰ Em apenas uma das creches em estudo foi encontrada uma recreadora.

²¹ Nas instituições estudadas os profissionais que trabalham diretamente com as crianças são todos contratados como serventes.

bastante comprometido. Esta percepção se confirma com o relato de uma das mães entrevistadas:

“Atualmente as funcionárias dos berçários estão em férias e a creche só recebe as crianças se ficarem duas mães, uma para cada berçário, para tomar conta das crianças e quando as mães não querem, ou não podem ficar, temos que trazer as crianças de volta para casa. Porque duas funcionárias estão doente e duas estão de férias.”

Quanto à organização do espaço interno, foi observada a permanência de crianças de 2 a 6 anos de idade em uma mesma sala, situação normalmente geradora de problemas, devido aos diferentes níveis de desenvolvimento e de interesses manifestados pelas crianças. Este é um fato agravado ainda pela inexistência de uma programação de atividades lúdicas ou pedagógicas. Com a exceção da existência, em dois casos, de *play-grounds* para atividades de lazer, nenhuma das creches estudadas dispunha de jogos educativos, instrumentos sonoros, ou qualquer outro tipo de brinquedo. Este fato se confirmou no depoimento de uma das crecheiras encarregadas de cuidar das crianças:

“...Não tem brinquedinhos, não tem mais nada... mas já teve. Eles destroem, jogam fora, deixam aí à vontade... não ligam; ‘nêgo’ leva... não tem brinquedo na creche...”

Não se registrou qualquer preocupação com a adaptação da criança ao ambiente da creche e nem qualquer atenção especial àquelas que apresentam dificuldades de adaptação. No caso dos bebês, o procedimento regular é colocá-los nos berços, de onde somente são retirados na hora do banho e, em alguns casos, na hora da alimentação; ainda que os bebês se mostrem inadaptados - quando choram muito e até rejeitam a alimentação – os procedimentos são mantidos e, segundo depoimento de uma crecheira, isto ocorre porque *“...se colocar a criança no colo, ela pode ficar ‘mal-acostumada’...”*

As três creches dispõem, além de berços para os bebês, de colchões grandes onde as crianças brincam e repousam. Todavia, foi observada também uma grande deficiência de roupas de cama; a falta de lençóis acaba por tornar desconfortável o uso desses colchões, o que também prejudica tanto as atividades de lazer quanto o sono nos momentos dedicados ao repouso.

4.4. Perfil dos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com as creches

4.4.1. Perfil dos profissionais da equipe central da SMASC

Considerou-se importante traçar um breve perfil das coordenadoras, diretoras de departamentos, chefes de divisão e pedagogas que atuam no órgão central ao qual as creches estão diretamente vinculadas, assim como dos diretores, das assistentes sociais, das recreadores e das crecheiras que trabalham nas creches. Na composição deste perfil, foram considerados principalmente a idade, o nível de escolaridade, a forma de ingresso neste tipo de trabalho e o tempo de serviço na área.

Do total de funcionárias que integram a equipe que trabalha na SMASC (grupo A), órgão ao qual as creches são subordinadas, 60% estavam na faixa etária de 30 a 35 anos e 40% tinham acima de 50 anos. Quanto à formação profissional, 60% eram pedagogas e 40% assistentes sociais. Todos os membros da equipe são servidoras efetivas da PMA, e os cargos que ocupam são de confiança, portanto não fazem parte de um plano de carreira, já que são providas por designação direta da administração central. Em 80% dos casos, essas profissionais possuem entre 12 e 15 anos de serviço.

4.4.2. Perfil do pessoal de direção e assistência social das creches

Considerando os dados coletados, 50,0% dos profissionais do grupo B (diretores de creche, encarregados e a assistente social) têm acima de 50 anos. Quanto à escolaridade, em 50% dos casos a formação escolar é de

nível superior completo e os demais têm o nível médio completo. Da mesma forma que ocorre com os cargos da equipe central, o cargo de direção da creche também é considerado de confiança, preenchido então por indicação do Secretário da SMASC. Deve-se destacar que, no caso específico da assistente social, sua designação não é para atendimento exclusivo da creche: na verdade, ela é responsável por esse tipo de atendimento nos Centros Comunitários, em todas as ações neles desenvolvidas, incluindo-se aí as creches.

4.4.3. Perfil dos profissionais que trabalham diretamente com as crianças nas creches

O perfil dos profissionais “crecheiras” foi traçado a partir dos dados relativo a faixa etária, escolaridade e tempo de serviço.

De acordo com os dados do Quadro 3, 27,3% dos profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches (grupo C) estavam na faixa etária de 36 a 40 anos, e na data da realização da pesquisa, 27,3% dos entrevistados (Quadro 3) estavam com idade superior a 51 anos.

Quadro 3 – Faixa etária das crecheiras - Aracaju - SE, 2000

Faixa Etária	Nº	%
De 30 a 35 anos	1	9,0
De 36 a 40 anos	3	27,3
De 41 a 45 anos	2	18,2
De 46 a 50 anos	2	18,2
Acima de 51 anos	3	27,3
Total	11	100,0

Nesse grupo de profissionais foi encontrada apenas uma recreadora, cuja escolaridade era o ensino médio completo e que estava exercendo suas atividades em uma sala com crianças a partir de 3 anos de idade. As demais “crecheiras” são, na verdade, servidoras contratadas pela PMA como serventes, e que são designadas para trabalhar nas creches no atendimento

direto às crianças. Dessas, 54,5% possuem níveis de escolaridade que variam da 4ª à 7ª série do ensino fundamental, seguidos de 18,2% cuja escolaridade, vai da 1ª à 3ª série do ensino fundamental (Quadro 4). De acordo com o relato de uma dessas profissionais,

“...o que está no meu contra-cheque é servente, mas como me botaram pra tomar conta de criança... diz que, quem vem pra trabalhar na Prefeitura, o que botar tem que fazer, quem é servente tem que fazer de tudo. Aqui eu cuido mesmo das crianças: dar banho, dar comida, botar eles pra brincar, tem aqueles colchões grandes, que a gente abre, e bota eles pra brincar...”

Quadro 4 – Grau de escolaridade das crecheiras por anos de estudo concluído. Aracaju-SE, 2000

Anos de Estudo	Nº	%
Menos de 1 ano	1	9,1
De 1 a 3 anos	2	18,2
De 4 a 7 anos	6	54,5
De 8 a 10 anos	1	9,1
11 anos ou mais	1	9,1
Total	11	100,0

Das profissionais entrevistadas, 54,5% afirmaram não ter passado por qualquer treinamento específico para trabalhar com crianças na faixa de 0 a 3 anos de idade. O restante (45,5%) afirmou ter participado de algum treinamento, porém o fez há mais de dois anos. Como se pode constatar, são servidoras de baixa escolaridade, ao que se soma a falta de um investimento maior por parte do poder público, no sentido de qualificar esses profissionais para o exercício do trabalho com crianças de 0 a 3 anos de idade. Tal realidade contraria frontalmente as disposições da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que em seu art. 62 determina que:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e

institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.” (LDB nº 9.394/96)

4.4.4. Política de pessoal

Outro aspecto analisado nas creches pesquisadas diz respeito à política de pessoal praticada, em termos de cursos de capacitação, na percepção dos profissionais da equipe central da SMASC. A maioria dos técnicos da equipe central da SMASC respondeu que são promovidos cursos de capacitação para o pessoal que trabalha nas creches; entretanto, segundo o relato de uma profissional,

“Existem pessoas que valorizam o nosso trabalho, você vê que estão ali porque gostam de treinar, apesar de serem leigas, não terem formação, mas elas gostam do trabalho que fazem, e funciona, não como deveria, mas funciona, tem um andamento melhor.” (depoimento de pedagoga).

Considerando as informações obtidas, 40,0% dos componentes do grupo A afirmaram que a parte pedagógica é repassada para as recreadoras em treinamentos realizados uma vez por mês (Quadro 5). Entretanto, um dos depoimentos colhidos apresenta certa ambigüidade, na medida em que confirma a existência dos treinamentos, mas destaca a baixa freqüência dos funcionários e a dificuldade em convocá-los para estas atividades:

“(...) tem um encontro entre os pedagogos e funcionários de creche, mas essa freqüência é mínima, porque nós temos um contingente reduzido de funcionários, então não dá pra sair, e nem dá para todos os meses fechar a creche e todo mundo ir para a capacitação.” (depoimento de pedagoga).

Nos treinamentos são dados conceitos básicos para trabalhar com crianças, brincadeiras, musicalização, coordenação motora, artes manuais etc. Mas, conforme um depoimento registrado, como a prioridade da SMASC, com relação à criança, é com a parte assistencial, a parte pedagógica é colocada sempre em segundo plano, o que resulta em muitos problemas.

Quadro 5 - Promoção de cursos de capacitação para o pessoal que trabalha na creche, na percepção dos profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, dos diretores e da assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Promoção Cursos de Capacitação	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
É realizado um treinamento por mês com os funcionários da creche	2	40,0	-	-
Sim	3	60,0	2	33,3
Às vezes	-	-	1	16,7
Promove, mas já faz um ano que não tem	-	-	2	33,3
Sim, de 3 a 4 vezes ao ano	-	-	1	16,7
Total	5	100,0	6	100,0

“Não existe continuidade de governo. Na creche Neuzice Barreto, tinha uma recreadora, mas ela foi exonerada, e não colocaram outra no lugar. (...) Existem muitos coordenadores²² que acham que a parte pedagógica não precisa de gente, e a gente tem uma dificuldade muito grande de trabalhar com elas, principalmente essas pessoas que atuam nas creches, que fazem esses trabalhos pedagógicos, porque elas não têm respaldo dos diretores, existem alguns diretores que dão esse respaldo, mas são uma minoria”. (depoimento de pedagoga).

Assim, apesar de todos os entrevistados terem afirmado a existência de programas de treinamento/capacitação dos funcionários, principalmente no que se refere ao preparo para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, o que se pode observar é que os entraves à efetiva realização e continuidade desses treinamentos são muito grandes, o que faz com que, na prática, seus efeitos sejam mínimos. O trabalho pedagógico é muito prejudicado, porque *“as pessoas que trabalham nas creches não têm*

²² Diretores de creches.

condições de acompanhar totalmente um trabalho com criança em relação à parte pedagógica.” (depoimento de pedagoga).

Na visão de 33,3% dos diretores e da assistência social, embora os treinamentos existam formalmente no programa de atividades das creches, de fato havia um ano que não eram realizados (Quadro 5). É interessante destacar o depoimento de uma diretora de creche, que ressalta a pouca eficácia destes treinamentos:

“Logo que elas fazem, ele surte um efeito positivo, mas depois volta tudo como era antes... Trabalhar com crianças é difícil, e a maioria já é bem adulto, mais de 50 anos;...a gente vai lá, mostra o erro delas, mas elas não admitem que estão errando...”

4.5. Percepção dos profissionais das creches no que se refere à importância e aos objetivos da instituição e do trabalho que desenvolvem, assim como das famílias das crianças atendidas

4.5.1. Percepção dos profissionais quanto aos objetivos da creche em relação às crianças atendidas

4.5.1.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC

As entrevistas realizadas com as profissionais que atuam na equipe central da SMASC revelaram que a percepção dominante entre elas é de que o objetivo das creches é cuidar das crianças enquanto a mãe trabalha.

Além disso procura, por meio de um trabalho pedagógico, contribuir para a formação da criança, tanto na sua preparação para o futuro, em termos de socialização, quanto para o ingresso no ensino fundamental, em termos do desenvolvimento de algumas noções básicas à etapa da alfabetização. Essa percepção está refletida no relato de uma dessas profissionais:

“... para não deixar que a criança fique ociosa, a gente trabalha numa lei muito de recreação, onde a gente passa algumas atividades recreativas para as pessoas que trabalham nas creches, pra que essas crianças não cheguem a ficar ociosas na creche. O objetivo maior é não existir ociosidade, e como diziam antigamente, não é para as creches parecerem um depósito de crianças. A gente trabalha muito nessa linha. Não estamos avançando muito, porque os profissionais que atuam nas creches não são qualificados pra trabalhar diretamente com crianças; são professores totalmente leigos, que tem só o 1º grau, mesmo incompleto, e não tem assim uma psicologia, um domínio maior para controlar essas crianças, com relação a tudo, ao jeito de falar, até no acompanhamento delas para com as crianças, e essas são as dificuldades que a gente tem.” (depoimento de pedagoga).

Como se pode observar no Quadro 6, apenas duas técnicas fizeram referência ao aspecto educativo da instituição; enquanto isto, todas as profissionais da equipe central destacaram as funções socializantes e recreativas da creche. Para 60% delas, os objetivos das creches com relação às crianças atendidas estão também associados à assistência social e compensação de carências, conforme explicitados nos depoimentos relatados a seguir:

“...É que a criança chegue a partir das 6 horas e às 18 horas todas têm que ir para casa; a creche é a continuação da casa.” (chefe da DCA).

“...elas têm atividades pedagógicas, recebem carinho, porque tem maior afeto na creche do que na própria casa.” (chefe da DCA).

“... A creche é superimportante, tanto para a criança, como para mãe que trabalha.” (CTAS).

“ ... é também aquela força (para a mãe que trabalha) que precisa, porque às vezes a alimentação, o vestuário, a mãe não tem condições, e lá (na creche) ela tem a alimentação e a parte pedagógica; e médico: quando é necessário as crianças são atendidas porque têm preferência(...)” (chefe do DCA).

Quadro 6 - Objetivos da creche com relação à criança na percepção dos profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, dos diretores e da assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Objetivos da Creche com Relação às Crianças	Profissionais da SMASC N.5 Grupo A					Diretores das creches N. 6 Grupo B					
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	6
Assistencialista/compensatória	X	X	X			X	X	X	X	X	X
Substituta/materna						X	X				
Socializante/recreativa	X	X	X	X	X						
Educativa				X	X						

Das profissionais entrevistadas, 40% (Quadro 6) afirmaram que os objetivos das creches são promover a socialização das crianças e favorecer a realização de atividades recreativas e educativas, como afirma uma profissional da SMASC que trabalha com a parte pedagógica do atendimento às crianças:

“a gente visa, além de acabar com a ociosidade, visa também uma preparação da criança para o futuro, quando ela sai dali (da creche) ela vai para a escola ...ela já tem noções básicas de educação.” (depoimento de pedagoga).

4.5.1.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches

O que se pode observar, a partir dos depoimentos coletados, é que na percepção de 100% dos profissionais que compõem o grupo B (Quadro 6) a creche continua a ser uma instituição de caráter assistencialista, porque é um compensatório das carências socioeconômicas das famílias das crianças. Destaca-se que, além desta percepção, duas diretoras de creche acham que a instituição tem também, entre seus objetivos, a função de substituir a mãe. Estas percepções se confirmam em depoimentos como os que se seguem:

“...Tomar conta (das crianças) porque as mães precisam trabalhar hoje a Prefeitura não exige que a mãe trabalhe, basta ser pobre.” (depoimento de diretora de creche).

“...dar o melhor atendimento que a gente puder.” (depoimento de diretora de creche).

“...Cuidar dos meninos - porque elas (as mães) precisam - na alimentação principalmente, porque o tempo está difícil, e muitas colocam na creche por falta de comida; elas não falam mas, dá pra ver no ato da matrícula que é isso mesmo. O pai está desempregado, a mãe desempregada, então eles colocam por isso, porque tem três refeições e tem lanche.” (depoimento de diretora de creche).

4.5.2. Percepções dos profissionais quanto aos objetivos da creche em relação às famílias das crianças atendidas

4.5.2.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC

Uma das principais características do segmento da população atendida pelas creches é a grande dependência de cuidados familiares, especialmente aqueles normalmente assumidos pelas mães. Diante deste contexto é importante ressaltar que, ao elaborar os objetivos dos programas de atendimento à criança de 0 a 3 anos, sejam consideradas não apenas as condições familiares, mas também um desejável envolvimento de sua família.

De acordo com as informações coletadas, para 40% (Quadro 7) dos profissionais da SMASC responsáveis pela elaboração e pelo acompanhamento da execução dos programas, as creches devem ter, entre seus objetivos, o de estabelecer uma parceria com as famílias, ainda que não explicitem o que entendem por “parceria”. Para esta equipe, é necessário:

“(...) que haja uma relação muito próxima entre creche e família, muito embora isso não venha sendo conseguido com êxito, por causa da rotatividade dos políticos...” (depoimento da CTAS).

Na continuidade desse depoimento, o que se destaca é a dificuldade de alcançar tal objetivo, considerando principalmente a descontinuidade dos programas de atendimento elaborados, diante da rotatividade no exercício do cargo titular da SMASC.

“... a Secretaria é eminentemente política, esse já é o terceiro Secretário. Cada secretário que entra, há uma mudança também das pessoas, e aí fica difícil a continuidade. O secretário atual fica até dia 31/3/2000, depois vamos ter um novo secretário, e quando ele estiver conhecendo a secretaria, ele já vai estar saindo, porque no próximo ano, é um novo prefeito.” (depoimento da Diretora do DCA).

As entrevistas seguintes demonstram que, mesmo quando se reportam à questão da família, permanece a percepção da creche como uma resposta aos problemas socioeconômicos familiares, principalmente no caso das mães que precisam trabalhar. De acordo com 40% dos entrevistados (Quadro 6) do grupo A, o objetivo das creches municipais de Aracaju-SE, em relação à família da criança, é criar as condições necessárias para que as mães possam trabalhar, como revela o depoimento que se segue:

“A mãe deixa a criança na creche pra poder trabalhar, p’ra ganhar o pão de cada dia; ... porque às vezes essa nossa clientela é uma clientela muito pobre, onde todos os pais trabalham fora e precisam deixar a criança na creche; ... o maior objetivo é esse, em buscar sobrevivência.” (depoimento de pedagoga).

Note-se que, das cinco técnicas entrevistadas, apenas uma deu destaque para a função de orientação da família com relação à saúde, à educação e à socialização da criança. O depoimento que se segue explicita os objetivos da creche:

“...Orientar as mães a respeito dos problemas que elas tem, tanto na parte de saúde, seja na parte educacional. A gente orienta a mãe, sobre como ela pode resolver aquela situação, e conseguir resolver seus problemas, ...o setor competente onde ela possa resolver os problemas dela.” (chefe da DAC).

“... Acompanhamento em casa: às vezes ela tem problemas com os filhos, com o marido, e não sabe como resolver; a gente ouve, orienta para que ela siga em frente. A secretaria não tem condições de colocar uma assistente social em cada creche; nas creches que não têm assistente social, elas são encaminhadas para a Assistente Social da Divisão de Atendimento à Criança.” (chefe do DAC).

4.5.2.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches

Segundo o Quadro 7, nas entrevistas realizadas com integrantes do grupo B constatou-se que, para 83% deles, os objetivos das creches em relação às famílias das crianças são: a) dar às mães condições favoráveis ao trabalho fora de casa; b) guardar as crianças; e c) dar assistência e alimentação.

Quadro 7 - Objetivos da creche com relação às famílias das crianças na percepção dos profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, dos diretores e da assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Objetivos da Creche com Relação às Famílias das Crianças	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das creches Grupo B	
	N	%	N	%
Estabelecer uma parceria entre a creche e a família	2	40,0	-	-
Orientar a família com relação à saúde, educação e social	1	20,0	1	16,7
Favorecer condições a mãe para que ela possa trabalhar	2	40,0	5	83,3
Total	5	100,0	6	100,0

Os depoimentos dados também refletem a percepção dos profissionais, por exemplo:

“...elas passam o dia todo na creche e têm café, almoço, lanche, jantar e tomam banho.” (diretora de creche).

“A gente sabe que os objetivos para a creche são diferentes, tem que ter acompanhamento pedagógico, e aqui a gente tenta fazer o máximo possível, não temos pedagogo, mas a gente treina os funcionários pra que eles saibam lidar com as crianças.” (depoimento da assistente social).

Na concepção desses profissionais (grupo B), por meio da realização de seu trabalho eles estão ajudando às famílias dessas crianças porque, ao deixar as crianças na creche, elas têm a oportunidade de trabalhar, sabendo que seus filhos estão sendo “bem guardados”. De acordo com o relato de uma profissional, as creches

“...prestam às famílias uma educação social, efetua reunião com elas (mães). Nós temos um trabalho para que a mãe conheça a creche, para que ela valorize o trabalho. E aquelas que podem, não é obrigatório, mas somente aquelas que podem, que são diaristas, são convidadas para trabalhar na creche por meio turno, uma vez por mês; ela dá assistência ao filho dela e ajuda a tia a cuidar dos outros; ajuda nas tarefas da creche, e tem uma função social e educativa. O trabalho é espontâneo; nós fizemos uma reunião e elas aceitaram.” (depoimento de diretora de creche).

Ainda com referência à percepção quanto aos objetivos da creche em relação às famílias usuárias, o que se percebe também é uma estreita conexão entre os objetivos percebidos e o perfil socioeconômico daquelas famílias. Esta conexão está presente nos depoimentos de 100% dos entrevistados deste grupo funcional, quando afirmam, quanto à situação socioeconômica das famílias usuárias, que ela

“...é a mais baixa, pobre demais, muito carente. Muitas mães, sozinhas e desempregadas, moram em quartos porque não têm como pagar uma casa. A maioria não ganha nem o salário mínimo, e muitas que nos procuram, nós nem esperamos que ela arranje emprego para matricular a criança na creche; sua situação é tão precária que nós ficamos logo com a criança, que é para dar oportunidade à mãe de ‘se virar’²³.” (depoimento da assistente social).

4.5.3. Como se dá a participação dos pais nas atividades da creche

4.5.3.1. Envolvimento dos pais na percepção dos profissionais da equipe central da SMASC

O envolvimento dos pais com a creche se dá da seguinte maneira: as mães são convidadas para trabalhar um dia no mês, por meio período, na creche onde seu filho esteja matriculado. Nesse dia, realizam as atividades rotineiras de manutenção da creche, como cuidar das crianças, ajudar no preparo dos alimentos, bem como fazer todo o serviço de limpeza da área física da creche. Além disto, participam de reuniões mensais, oportunidade em que, de acordo com os depoimentos de 60% dos funcionários da administração central (grupo A), são discutidos os problemas inerentes ao funcionamento interno da creche.

É importante observar que as crecheiras, funcionárias que atuam no atendimento direto e cotidiano às crianças, não participam dessas reuniões. Segundo a Coordenadora Técnica de Assistência Social, tal fato ocorre em virtude dos problemas gerados pelas reclamações feitas pelas mães em relação ao atendimento oferecido aos filhos por aquelas funcionárias. A estratégia comumente adotada é, então, realizar reuniões separadas: as mães se reúnem com as diretoras das creches e as crecheiras se reúnem com a assistente social, para resolução de problemas internos. Os pais são convidados também a participar de eventos programados pela creche, como o Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Dia de Natal etc.

²³ Procurar emprego.

4.5.3.2. Envolvimento dos pais na percepção dos diretores e da assistência social das creches

Segundo o Quadro 8, para 50,2% das profissionais que integram o grupo B, a participação dos pais se dá por meio de seu trabalho durante meio período na creche, uma vez no mês. Segundo uma profissional,

“a gente faz questão de ter um dia ou meio período para que a mãe veja como a criança é tratada na creche e ajude a gente. Agora mesmo, a merendeira tá de férias, a servente tá lá na cozinha, aí a gente precisa de mãe pra limpar(...)” (depoimento de diretora de creche).

Quadro 8 – Participação dos pais segundo os profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, os diretores e a assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Forma de Participação dos Pais nas Atividades	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
É solicitada à mãe que ajude na creche por meio período, uma vez por mês e em reuniões mensais	3	60,0	-	-
Sim, mas não somos correspondidos	1	20,0	1	16,6
No planejamento que fizemos agora, em que talvez a gente possa incluir uma participação maior	-	-	1	16,6
Sim, eles trabalham por meio período na creche	1	20,0	3	50,2
Sim, quando tem um mutirão	-	-	1	16,6
Total	5	100,0	6	100,0

Como se pode observar, neste caso, a participação é entendida muito mais como uma estratégia de enfrentamento da escassez de recursos humanos para o funcionamento rotineiro da creche, do que como um processo de gestão compartilhado. É muito mais o uso de uma mão-de-obra,

visto quase como uma obrigação da mãe, em retribuição ao atendimento que a creche dá ao seu filho. Esta é uma perspectiva que nega a educação infantil como um direito, para o qual o serviço público deve se aparelhar adequadamente e tem a obrigação de oferecê-lo a qualquer criança, e tende a consolidar sua imagem de benesse, de favor, ao qual a mãe deve obrigatoriamente retribuir com seu trabalho.

4.5.4. A realização de atividades dirigidas aos pais e, ou, à comunidade em geral

4.5.4.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC

Em relação à realização, nas creches, de atividades dirigidas aos pais, os depoimentos dos profissionais da equipe central da SMASC que foram entrevistados se mostraram contraditórios: de acordo com a chefe da DAC, a creche não realiza atividades dirigidas para a comunidade (Quadro 9), segundo afirmou: “...*Já tivemos, hoje não temos.*” Entretanto, outros não souberam responder com precisão se estas atividades são realizadas ou não: “*Eu acho que sim, a assistente social deve trabalhar isso.*” Apenas 20,0% dos que responderam citaram, com absoluta certeza, atividades que a creche realiza, dirigidas à família dos usuários:

“...Basicamente é no Dia dos Pais, das Mães, da Avó etc., porque a gente envolve a família como um todo, palestras, assim que elas pedem, alguns filhos maiores. Fora aquelas coisas rotineiras, o Dia das Crianças...” (depoimento da CTAS).

4.5.4.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches

De acordo com 66,6% dos componentes do grupo B (Quadro 9), as creches não realizam, diretamente, atividades que envolvem a comunidade como um todo. Embora uma diretora de creche tenha afirmado que “...*tem feito um atendimento ao idoso, trabalhos manuais, grupos de oração etc.*”, o que se *pode* constatar é que esse tipo de trabalho é realizado, na verdade, pelo centro comunitário, em cujo espaço físico a creche está instalada.

Quadro 9 – Especificação das atividades dirigidas à comunidade, segundo as profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, os diretores e a assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Realização de Atividades	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
Sim, no Dia dos Pais, Dia das Mães e Dia das Crianças. Palestras que elas pedem	1	20,0	1	16,7
Cursos e palestras	-	-	1	16,7
Não	2	40,0	4	66,6
Não sabe	2	40,0	-	-
Total	5	100,0	6	100,0

4.5.5. Como se caracteriza um atendimento de qualidade na creche

4.5.5.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC

Para 60,0% dos componentes do grupo A (Quadro 10), um atendimento de qualidade em creches pode ser caracterizado como um atendimento que envolve o desenvolvimento físico, a sociabilidade e a educação das crianças, portanto a creche tem de ter condições materiais e funcionários qualificados. Os relatos das profissionais mostram que as creches municipais em questão ainda precisam percorrer um longo caminho para oferecer à criança e, por extensão, à sua família um atendimento de qualidade. Segundo o depoimento da diretora do DCA:

“(...) na verdade, na nossa creche as pessoas ainda não entenderam que a creche é um espaço educativo para crianças. Ainda é aquela concepção antiga de um local apenas de guarda, onde a mãe deixa o filho com segurança, ele come, toma banho etc.; ainda não é um espaço educativo.”

Outra profissional, falando a respeito da importância de se ter recursos humanos qualificados, destaca:

“Primeiro, eu acho que é a capacitação do pessoal, (...) nosso pessoal não é capacitado, a gente sente muitas dificuldades na condução de crianças que apresentam problemas individuais.” (depoimento da CTAS).

Quadro 10 - Caracterização de um atendimento de qualidade, na percepção dos profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, dos diretores e da assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Características de Atendimento de Qualidade na Creche	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
Um trabalho pedagógico conjunto com a família da criança, a partir daí pensar em alimentação e educação, para a criança ter prazer em vir para a creche	1	20,0	-	-
Que tivesse melhor infra-estrutura e mais funcionários na creche	-	-	1	16,6
Um atendimento que mantenha: o físico, a sociabilidade e a educação, com condições e funcionários qualificados	3	60,0	1	16,6
O atendimento da creche é muito bom, depois passamos por essa reforma (no prédio)	-	-	3	50,2
Não soube responder	1	20,0	1	16,6
Total	5	100,0	6	100,0

De acordo com a Coordenadora Técnica da Assistência Social (CTAS), para implementação de políticas educacionais adequadas, que atendam aos direitos e às necessidades das crianças de 0 a 6 anos, é fundamental que, na elaboração dos programas das creches, seja valorizada a qualidade profissional dos recursos humanos. Este seria um dos fatores mais importantes para a melhoria dos padrões de qualidade de atendimento a esse contingente da população que, independentemente de sua condição socioeconômica, merece, como cidadão, um atendimento digno:

“Outra coisa é achar que pobre, por ser pobre, tem que tratar com miséria; ... qualquer coisa para o pobre tá bom. Essa visão é muito presente e eu acho primordial a capacitação do pessoal.” (depoimento da CTAS).

A mesma profissional considerou também importante a questão dos baixos salários que esses profissionais recebem. Segundo ela, *“... como o funcionário já não é bem remunerado, ele transfere isso para a criança.”*

Para 20,0% dos profissionais integrantes do grupo A, um atendimento de qualidade deve ser pautado em um trabalho pedagógico conjunto com *“a família da criança; a partir daí, pensar em alimentação e educação, para a criança ter prazer em vir para a creche”*, como retrata uma profissional. E uma outra complementa ainda que:

“a creche precisa de pessoas, (...) para trabalhar todo o desenvolvimento da criança, entender aquela fase da criança, e essas pessoas que trabalham nas creches não têm conhecimento, não têm fundamentação teórica, não têm condições para trabalhar com crianças. Elas trabalham, elas têm uma força de vontade muito grande, mas elas não têm um conhecimento maior, como lidar com crianças em diversas situações.” (depoimento de pedagoga).

4.5.5.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches

Na visão de 50,2%, dos componentes do grupo B (Quadro 10), o atendimento da creche em que estão atuando é muito bom, e isto se deve à reforma do prédio da creche, que foi realizada recentemente. Segundo afirma uma profissional:

“Eu acho que nosso atendimento só não chega quase a 100%, porque aí é querer demais. Mas, graças a Deus, depois que passamos por essa reforma do prédio, vamos chegar a pelo menos a 90%; a meta é essa.” (depoimento de diretora de creche).

A mesma profissional dá ênfase também à necessidade da creche contar com mais funcionários; segundo ela: *“O número de funcionários é insuficiente, o certo é dois funcionários em cada sala, porque são muitas crianças pra uma só pessoa tomar conta”*. E ainda complementa, citando a questão da qualificação necessária ao tipo de trabalho desenvolvido nas creches: *“a falta de capacitação do pessoal também atrapalha, se tivesse gente capacitada e gente até mais nova”*.

4.5.6. Frequência das reuniões com as mães

4.5.6.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC

De acordo com 60,0% dos entrevistados do grupo A, de modo geral as reuniões realizadas com as mães ocorrem mensalmente. Entretanto, quando necessário, elas podem ocorrer em caráter de urgência. É importante observar que 40,0% dos entrevistados não souberam responder a este item, porque não participam das reuniões com as mães (Quadro 11).

Quadro 11 – Frequência das reuniões com as mães, segundo os depoimentos dos profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, dos diretores e da assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Frequência das Reuniões	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
Mensalmente ou em caráter de urgência	3	60,0	4	66,6
De 4 a 5 vezes por ano, ou quando tem necessidade	-	-	1	16,7
Não respondeu	2	40,0	1	16,7
Total	5	100,0	6	100,0

4.5.6.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches

Neste grupo (grupo B), 66,0% dos entrevistados deram respostas idênticas à da maioria dos integrantes do grupo A, ou seja, a frequência das reuniões com as mães é mensal ou em caráter de urgência. Vale ressaltar que nenhuma das profissionais dos dois grupos entrevistados soube explicitar quais as situações que são consideradas como “casos de urgência”, ou quais são as necessidades que justificariam essas reuniões extraordinárias (Quadro 11).

4.5.7. Percepção quanto aos comentários feitos pelas mães nas reuniões

4.5.7.1. Percepção dos profissionais da equipe central da SMASC

Quanto a este aspecto, para 60,0% dos componentes do grupo A (Quadro 12), as mães reclamam quando têm algum problema com seus filhos na creche. Como exemplo, segue-se o depoimento da chefe da DAC:

“Às vezes elas reclamam da alimentação, mas o cardápio é feito todo pela nutricionista, seguindo toda uma dieta alimentar e, até o organismo se acostumar, as crianças estranham um pouco, porque não estão habituadas a essa alimentação; e as mães reclamam, mas elas têm que entender”.

Considerando o depoimento de duas profissionais, as mães reclamam também da carência de funcionários para atuar diretamente com as crianças nas creches.

4.5.7.2. Percepção dos diretores e da assistência social das creches

Para 33,3% dos profissionais do grupo B (Quadro 11), as mães reclamam da falta de manutenção necessária ao bom funcionamento da creche e da falta de funcionários para cuidar das crianças na creche.

Quadro 12 - Comentários das mães sobre a creche na opinião dos profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, dos diretores e da assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

As Mães Fazem Algum Comentário da Creche	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
Reclamação quando tem algum problema com seu filho na creche	3	60,0	1	16,7
Não participam de reuniões com as mães	2	40,0		-
Falam da falta de manutenção adequada, de falta de funcionários etc.	-	-	2	33,3
Falam da importância da creche para deixar a criança enquanto estão no trabalho e que esperam contar com a creche no ano que vem	-	-	2	33,3
Até o momento não	-	-	1	16,7
Total	5	100,0	6	100,0

Também para 33,3% desse grupo, as mães falam do importante papel que a creche representa para elas, como um espaço onde elas podem deixar as crianças enquanto estão no trabalho, sendo sua maior preocupação demonstrada quando elas revelam que esperam poder contar com a creche no ano seguinte. As profissionais reconhecem que esta é uma necessidade das famílias atendidas, em virtude da situação financeira que elas vivem, numa luta constante pela sobrevivência.

4.5.8. Mudanças adotadas no atendimento das creches estudadas a partir da LDB 9.394/96

Na percepção dos profissionais da equipe central da SMASC, a nova legislação educacional ainda não provocou mudanças nas creches; todavia, segundo o relato da Coordenadora Técnica de Assistência Social, estas mudanças estão sendo planejadas:

“Estamos mudando; ainda não dá você ter a cara dessa mudança, e dizer que aqui a lei já está acontecendo, porque nós tivemos o prazo até 23 de dezembro de 1999 pra entregar as creches, mas a gente sabe tudo; é uma prefeitura só, o Prefeito é um só. Então, a Secretaria de Educação não teve condições de absorver ainda todas as creches; então a gente tá passando paulatinamente... A LDB a gente já está aplicando, intensificando a parte pedagógica. Nós já temos uma comissão, Secretaria de Educação e Secretaria da Ação Social, para essa parte... O ano 2000 a gente denomina como o ano de transição... a gente tá passando aos poucos para a Educação, e essa comissão é que vem intensificando as ações para que isso aconteça.”

Na visão de 66,6% dos diretores e da assistência social das creches (Quadro 13), ainda não ocorreram as mudanças que deveriam ter sido adotadas a partir da publicação da LDB 9.394/96:

“Em relação à LDB, pra gente lá na creche, ela não é seguida assim ao pé da letra, porque lá elas não dão educação escrita... a educação lá é só oral, a escrita, quando chega a idade, nós já temos um vínculo com o pré-escolar, então eles ficam um período na creche e outro eles vão para a escolinha... os que não têm idade ainda da escola, porque só pegam a partir de 3 anos, então tem a pessoa que faz a recreação e a gente observa o grupo, para que não haja maus-tratos. Se zela e orienta. Nós temos deficiência de funcionários, criança é pesado para se trabalhar(...)” (depoimento de diretora de creche).

4.5.9. Sistema de avaliação e acompanhamento adotado na creche

Outro aspecto referente ao tipo de atendimento prestado pela creche está relacionado ao sistema de avaliação e acompanhamento. Conforme afirmou 60,0% da equipe central da SMASC entrevistada, nas creches não são adotadas quaisquer estratégias de avaliação e de acompanhamento do desenvolvimento das crianças. Segundo o depoimento da diretora do DCA, *“A avaliação e acompanhamento do desenvolvimento da criança não é feita. Deveria, mas não é feito.”*

Quadro13 - Mudanças observadas nas creches a partir da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/9, na visão dos profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, dos diretores e da assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Mudanças Adotadas a Partir da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
Passou a aceitar todas as crianças e a ter melhor recurso pedagógico			1	16,7
Não houve mudanças ainda	5	100,0	4	66,6
Não sabe			1	16,7
Total	5	100,0	6	100,0

Em uma das entrevistas realizadas, a chefe da Divisão da Criança afirma, quanto a este item, que “(...) *a gente conversa muito com as crianças, procura ouvi-las, dá carinho e tudo*”, confundindo, evidentemente, a atenção que naturalmente deve ser dada à criança com um processo metódico de avaliação e acompanhamento dos resultados do trabalho desenvolvido pela creche. Entretanto, a mesma profissional fala também da existência de um trabalho pedagógico na creche, e que, segundo ela:

“(...) as crianças desempenham trabalhos que são expostos. Cada criança tem sua pastinha, (...) tem umas que são mais adiantadas do outras, e a gente procura ver se consegue ingressá-las logo na pré-escola, e aquelas que não conseguem, continuam na creche, desempenhando seus trabalhos.”

Na visão de 66,7% dos diretores e da assistência social (Quadro 14), existe um sistema de avaliação nas creches, porém esses profissionais não souberam dizer como é realizada essa avaliação.

Dentre os entrevistados, 33,3% (Quadro 14) identificaram o sistema de avaliação com a observação das mudanças verificadas nas crianças, principalmente aquelas relacionadas às condições físicas, ou de saúde:

“Não tem uma avaliação definida. A gente avalia na questão física, ou seja, como a criança entrou aqui, e como ela se desenvolveu, ‘engordou’...” (depoimento de assistente social).

Quadro 14 - Sistema de avaliação adotado nas creches, conforme a percepção dos profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, dos diretores e da assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Sistema de Avaliação Adotado na Creche	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
É repassado, mensalmente, em relatório onde são apontados pontos positivos e negativos no funcionamento da creche	1	20,0	-	-
A avaliação e o acompanhamento do desenvolvimento da criança na creche não são feitos	3	60,0	-	-
Observação das mudanças de comportamento	1	20,0	2	33,3
Tem, mas não soube responder			4	66,7
Total	5	100,0	6	100,0

4.5.10. Dificuldades de caráter técnico-administrativo e pessoais encontradas na relação entre os pais e os funcionários, e entre os funcionários e as crianças

Cada um dos profissionais da equipe central da SMASC apontou uma das cinco primeiras alternativas de dificuldades apresentadas (Quadro 15). Assim, do ponto de vista porcentual, essas alternativas tiveram frequências idênticas (20,0%). O destaque, no caso dessa equipe, é que, apesar de nenhum dos técnicos ter mencionado a alternativa “A falta de comunicação dos pais e dos funcionários”, uma das técnicas, ao abordar as maiores dificuldades de caráter técnico-administrativo e pessoais encontradas, faz alusão direta ao relacionamento entre pais e funcionários:

“...é muito confusa essa relação do funcionário com a comunidade. A comunidade acha que o funcionário tem obrigação de cuidar de seus filhos na creche. Os pais em geral querem deixar os filhos doentes na creche, e a gente sabe que a creche é para criança sadia(...). A gente já vem combatendo bastante isso aí, então, é por conta dessa dificuldade que nós ainda não conseguimos superar essa relação família e funcionário...” (depoimento da DCA).

Quadro 15 - Dificuldades de caráter técnico-administrativo e pessoais encontradas em relação aos pais, às crianças e aos funcionários na percepção dos profissionais que atuam na coordenação das creches municipais na SMASC, dos diretores e da assistente social das creches. Aracaju-SE, 2000

Dificuldades de Caráter Técnico-Administrativo e Pessoais	Profissionais da SMASC Grupo A		Diretores das Creches Grupo B	
	N	%	N	%
Enfrenta dificuldades no relacionamento entre crecheiras e mães	1	20,0	-	-
Com relação ao número reduzido de funcionário para atender ao grande numero de crianças	1	20,0	-	-
Enfrenta dificuldades ocasionadas pela intromissão na indicação pela administração na colocação e retirada de pessoal	1	20,0	-	-
Falta participação dos servidores nos treinamentos	1	20,0	-	-
Dificuldades socioculturais e na formação educacional dos servidores	1	20,0	2	33,3
A falta de comunicação dos pais e dos funcionários	-	-	1	16,7
Não tem dificuldades	-	-	3	50,0
Total	5	100,0	6	100,0

Em relação às dificuldades decorrentes da existência de um número reduzido de funcionário para atender a um grande número de crianças, registrou-se um depoimento que estabelece uma correlação entre este tipo de dificuldade e a falta de participação dos servidores nos treinamentos, como afirma uma profissional:

“(...) a gente sente muitas dificuldades com relação à participação das pessoas, ... os próprios coordenadores não deixam elas irem, porque não tem quem fique com as crianças, são poucas funcionárias, as crianças não podem ficar sozinhas, a dificuldade maior é essa ...” (depoimento de pedagoga).

Outra afirmação que merece atenção é aquela ligada à questão do baixo nível sociocultural dos funcionários que lidam diretamente com as crianças, pois o depoimento obtido a relaciona à dificuldade de realização de atividades educativo-culturais dedicadas às crianças das creches; assim, as

limitações dos funcionários acabam por determinar as limitações no planejamento e execução das atividades:

“(...) elas não querem ler, até porque muitas vezes não tem condições de ler, não querem escrever, elas querem atividades assim, de pintar e desenhar.”
(depoimento de pedagoga).

A essas dificuldades na realização da orientação pedagógica dos funcionários que atuam junto às crianças acrescentam-se as dificuldades no relacionamento com os pais das crianças que, segundo um depoimento,

“...só têm envolvimento com a creche com relação a se a criança se alimentou naquele dia, se a criança se machucou, se existe alguma anormalidade... Eles não priorizam a parte pedagógica, porque na verdade, a gente faz um trabalho com professores totalmente leigos e eles não sabem repassar isso para os pais; a gente faz reunião com elas, com diretores, pra ver se conseguem passar isso para os pais, mas eles lá dentro²⁴, porque eles acham que não sabem o fundamento, o objetivo maior e a importância da parte pedagógica na creche, não valorizam tanto.”
(depoimento de pedagoga).

Com base na visão dos diretores e da assistência social das creches, constata-se que, dentre as alternativas de explicação para os problemas enfrentados, apenas uma delas foi apontada tanto por profissionais do grupo A quanto por profissionais do grupo B: é aquela que diz respeito à falta de comunicação entre pais e funcionários. Entretanto, conforme se vê no Quadro 15, cabe ainda destacar que metade dos profissionais do grupo afirmou não encontrar qualquer problema nas suas atividades cotidianas nas creches. Observa-se que as pessoas que assim responderam são exatamente aquelas que se encontravam há pouco tempo na administração das creches.

²⁴ Nas creches.

Na visão de 33,3% dos componentes do grupo B, as suas maiores dificuldades estão ligadas à formação sociocultural e educacional dos profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches:

“(...) eu acho que as pessoas que trabalham na creche deveriam ser qualificadas, porque lidar com crianças é muito delicado.” (depoimento de diretora de creche).

Essa mesma profissional destacou ainda o fato de essas funcionárias enfrentarem muitas dificuldades, que acabam por interferir no seu trabalho na creche:

“...O salário é baixo, ganham pouco demais, têm problemas com marido, com filhos; ...o dinheiro mal dá pra pagar o aluguel...” (depoimento de diretora de creche).

4.6. A realidade e a percepção dos profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches - Grupo C

4.6.1. Motivos que levaram essas profissionais a buscarem trabalho na creche

Para 100% das funcionárias das creches, a necessidade de trabalhar e a oportunidade que surgiu foram os motivos mais apontados para estarem realizando este tipo de trabalho.

“...Eu precisava trabalhar, e foi na creche que consegui.” (depoimento de crecheira).

“...Nenhuma razão me levou... eu vim pra cá porque me botaram, mas eu não vim procurar... eu vim transferida da Educação para a Ação Social.” (depoimento de crecheira).

4.6.2. O objetivo da creche na concepção dos profissionais do Grupo C

Para 72,7% das profissionais do grupo C (Quadro 16), a função da creche se resumia a cuidar bem das crianças, oferecendo os cuidados básicos na ausência da mãe. Neste sentido, pode-se observar em seus depoimentos que elas se sentem um pouco “mãe” dessas crianças. Ao mesmo tempo, esses depoimentos evidenciam a percepção do papel da creche como uma entidade assistencial, compensatória das carências domésticas, inclusive afetivas:

“...No momento a gente é a mãe; a responsabilidade da gente é como mãe. É dar banho neles, a comida, botar pra dormir; ...quando à tarde eles acordarem, dar o lanche deles, pra depois dar o banho neles e ir pra casa deles.” (depoimento de crecheira).

“...A crecheira tem que cuidar das crianças bem, dar um pouco de educação, como se fosse um filho... só que não pode bater, beliscar, mas como um filho a gente pode educar, dar carinho... no filho a gente pode ainda dar um tapinha, mas no da creche não pode, que vai botar ele fora de orientação.” (depoimento de crecheira).

Quadro 16 – Relação dos objetivos da creche na concepção dos profissionais que cuidam das crianças. Aracaju-SE, 2000

O Objetivo da Creche na Concepção dos Profissionais que Atuam com as Crianças nas Creches	N	%
Cuidar das crianças (dar banho, alimentar, botar para dormir etc.)	8	72,7
Cuidar e educar	1	9,1
Não sabe	2	18,2
Total	11	100,0

Destaca-se o fato de, dentre as entrevistadas, 18,2% não terem sabido responder qual é o objetivo da creche, o que pode significar um despreparo desses profissionais para as funções que realizam.

4.6.3. Como interpretam sua função no trabalho com as crianças na creche

De acordo com o Quadro 17, 81,8% dessas profissionais gostam do que fazem e acham que suas responsabilidades de trabalho são: guardar as crianças, tomar conta, vigiar e oferecer cuidados básicos na ausência da mãe, como mostra o comentário de uma crecheira, quando diz que sua função é “...*cuidar bem delas, dar banho, vestir, calçar, dar lanche na hora certa, água.*” Nota-se que, das 11 profissionais entrevistadas, apenas uma declarou explicitamente que não gosta do que faz e outra crê que suas funções se resumem a brincar com as crianças.

Quadro 17 – Interpretação das crecheiras quanto à sua função no trabalho com as crianças nas creches. Aracaju-SE, 2000

Como Interpretam sua Função no Trabalho com as Crianças na Creche	N	%
Cuidar bem das crianças e gosta do que faz	9	81,8
Cuidar das crianças, mas não gosta do que faz	1	9,1
Brincar com eles	1	9,1
Total	11	100,0

4.6.4. Opinião dos profissionais do Grupo C quanto ao envolvimento dos pais na creche

No que se refere ao envolvimento dos pais, na visão de 63,6% dos profissionais que trabalham diretamente com as crianças nas creches (Quadro 18), esse envolvimento é pequeno, pois os pais²⁵ só vêm a creche quando são convocados para algum trabalho ou para alguma reunião, e, mesmo assim, não o fazem de boa vontade:

²⁵ Normalmente quem acompanha a criança na creche é mãe.

“Os pais só participam ou se envolvem com a creche quando são convidados, mas mesmo assim eles vem reclamando.” (depoimento de crecheira).

Quadro 18 – Envolvimento dos pais na creche na opinião das crecheiras. Aracaju-SE, 2000

Opinião a Respeito do Envolvimento dos Pais na Creche	N	%
Vêm apenas quando são convocados	7	63,6
A preocupação dos pais é deixar as crianças na creche	3	9,1
Quando têm algum problema ou reclamação, eles vêm para falar com a diretora	1	27,3
Total	11	100,0

Outra profissional revela que os pais, praticamente não têm nenhum envolvimento com a creche e relaciona esta percepção à carência de pessoal para o atendimento direto às crianças:

“(...) no ano passado mandaram chamar as mães para dar um dia e as mães vinham, agora esse ano eu não sei, até aqui não apareceu nenhuma mãe, mas no ano passado cada mãe vinha dar um dia p’ra ajudar, porque tem poucos funcionários, eu mesma estou no berçário com 21 meninos (...).” (depoimento de crecheira).

Segundo 27,3% das entrevistadas, os pais procuram a creche quando estão preocupados ou querem fazer alguma reclamação (Quadro 18); neste caso eles falam com a diretora. Quanto a isto, os comentários feitos revelam certo descontentamento com o fato de os pais procurarem a direção para encaminhar suas reclamações ou explicitar seu descontentamento:

“Eles reclamam na direção sobre qualquer coisa que a criança fale... Eles não falam com a gente, eles falam com a diretora.” (depoimento de crecheira).

Segundo uma crecheira, deveriam ser realizadas reuniões com os pais, bem como envolver mais a família, procurando dar maior apoio a esta.

Desta maneira, estaria também contribuindo para ajudar a criança no seu desenvolvimento:

“Deveria ter reunião com os pais todos os meses ,...haveria necessidade de psicólogo, porque tem pais muito problemáticos; muitas vezes o problema aparentemente está na criança, mas não está (de fato) na criança, está no pai. ...deveria ter um apoio a essa família (...), um ponto de apoio à família, para que a gente consiga o melhor para a criança.” (depoimento de recreadora).

4.6.5. Sugestões dos profissionais do Grupo C quanto à melhoria do trabalho na creche

Dentre os profissionais que trabalham com as crianças nas creches (grupo C), 45,4% responderam que para melhorar o seu trabalho é necessário aumentar a mão-de-obra, pois o número de crianças é muito elevado para a quantidade de funcionários que as creches dispõem (Quadro 19). Normalmente, a distribuição dessas crianças varia entre 16 e 20, para cada funcionária; segundo as entrevistadas, este é um número muito alto, porque elas ficam sobrecarregadas de trabalho:

“... tem dias que tem 18, 20 (crianças) para tomar contar sozinha; ...poderiam ser ao menos duas para cada turma; ...na hora de dar banho, eu estou dando banho em um e os outro estão aqui se desesperando.” (depoimento de crecheira).

Outra profissional que também reclama da sobrecarga de trabalho soma a esse fator questões pessoais, problemas de saúde que enfrenta, e, a seu ver, o trabalho que exerce os agrava ainda mais:

“ (Seria preciso)...outra crecheira pra me ajudar, que eu não aguento não; tenho problema de coluna, quando saio daqui, saio torta; ...dar banho sozinha, enxugar, fazer tudo sozinha...” (depoimento de crecheira).

Quadro 19 – Sugestões para melhoria do trabalho na creche. Aracaju-SE, 2000

O Que Falta Para Melhorar o Trabalho na Creche	N	%
Melhor infra-estrutura	3	27,3
Melhores salários	1	9,1
Mais funcionários	5	45,4
Sair da creche, não tem paciência para trabalhar com crianças	1	9,1
Mais treinamento e participação das pessoas que cuidam das crianças nas reuniões	1	9,1
Total	11	100,0

Para essas profissionais, o trabalho que exercem nas creches é uma tarefa difícil, não só porque lidam com as crianças em atividades específicas (dar banhos, comida etc.), mas porque exercem outras atividades simultâneas, como o serviço de limpeza em geral da creche. Como relata uma crecheira:

“...Deveria ter mais gente pra trabalhar, pra cuidar das crianças, porque além de cuidar das crianças, a gente tem que lavar, tem que varrer, dar comida, arrumar e entregar a criança na hora de ir embora. Se tivesse mais gente, nós poderíamos dar mais atenção, carinho, higiene a elas.”

Uma outra profissional complementa que:

“Eu acho assim: quem lidar com crianças tem que saber como é lidar com crianças... E com limpeza é totalmente diferente. ...Eu acho que deviam ser separadas essas duas coisas: quem tá lidando com criança, cuidar de criança, e a limpeza a servente fazer. Eu acho uma coisa errada a gente tá lidando com criança, e ainda fazer a limpeza.” (depoimento de crecheira).

As creches precisariam também melhorar sua infra-estrutura, pois ajudaria bastante no sentido aprimorar a execução do trabalho de seus funcionários, bem como de oferecer maior conforto para as crianças. Esta é

a percepção de 27,3% das profissionais que, como se observa em seus depoimentos, reconhecem que as creches possuem uma infra-estrutura deficitária, com recursos humanos e materiais precários (Quadro 19):

“Falta muita coisa ...o colchão aí ...deveria ter pelo menos um lençol p’ra cobrir, p’ra eles poderem dormir; ...eles dormem no plástico duro, isso aí esquenta demais. ...Às vezes, à tarde, quando eles estão dormindo, eu deito com a cabeça no colchão e o corpo no plástico e eu não suporto... imagine eles, que são crianças. ...Eu disse até que se um dia o secretário aparecer aqui na creche eu vou pedir a ele um lençol pra cobrir o colchão, porque as crianças não aguentam não; ...é muito quente. ...Falta muita coisa, porque aqui, o cano do banheiro tá esculhambado, entupido, tá sem prestar o banheiro.” (depoimento de crecheira).

“Falta brinquedo, uma sala mais ventilada, pros meninos se refrescarem, porque faz muito calor; ...eles sentem muito calor quando vão dormir.” (depoimento de crecheira).

Uma outra funcionária relata que na creche faltam recursos básicos, necessários à higiene das crianças:

“...lençol, roupinha, sabonete; ...há um tempo atrás não estavam tomando banho com sabonete; era sabão de coco. ...E eu acho que tá errado eles tomaram banho com sabão de coco; tinha que ser sabonete apropriado pra eles. ...E outra coisa errada: é um sabonete só p’ra todas as crianças. ...Às vezes tem um com problema de pele, como já teve aqui, e eu peguei.” (depoimento de crecheira).

4.6.6. Percepção dos profissionais do Grupo C sobre a sua função na creche

Na visão da maioria dos entrevistados do grupo C (81,8%), sua função na creche é cuidar das crianças e brincar com elas (Quadro 20):

Quadro 20 - Função da creche na percepção dos profissionais do grupo C. Aracaju-SE, 2000

Função da Creche	N	%
Cuidar das crianças e brincar com elas	9	81,8
Cuidar das crianças	1	9,1
Brincar, contar historinhas etc.	1	9,1
Total	11	100,0

“Eu sou crecheira, eu tomo conta de crianças, dou banho, dou comida, remédio se tiver, boto pra dormir e dou carinho”. (depoimento de crecheira).

Observou-se a existência freqüente de desvio de função entre as profissionais que atuam diretamente com as crianças, fato este que se evidencia nos depoimentos a seguir:

“O que está no meu contra cheque é servente, mas como me botaram pra tomar conta de crianças... Diz que quem vem pra trabalhar na Prefeitura, o que botar tem que fazer; ...quem é servente tem que fazer de tudo.” (depoimento de crecheira).

“Atualmente eu sou crecheira, mas eu sou merendeira, porque eu tenho alergia a sabão, eu fico no berçário e brinco com eles.” (depoimento de crecheira).

4.6.7. Relacionamento entre as pessoas que trabalham na creche

Para a maioria dos entrevistados do grupo C (81,8%), o relacionamento entre eles é bom. Embora não tenham esclarecido o que entendem como “bom relacionamento”, afirmaram que não tinham problemas ou dificuldades para trabalhar com seus colegas (Quadro 21). Entretanto, para 18,2% essa questão de relacionamento precisa melhorar, porque

Quadro 21 – Qualidade do relacionamento entre as pessoas que trabalham na creche, na percepção das crecheiras - Aracaju - SE, 2000

Relacionamento Entre as Pessoas Que Trabalham na Creche	N	%
É bom	9	81,8
Precisa melhorar	1	18,2
Total	11	100,0

“umas pessoas são maravilhosas, outras não. Eu não mexo com ninguém, eu não gosto de piada, eu não gosto de disse-me-disse, mas tem funcionário que é demais ...você precisa suportar muito (...).”
(depoimento de crecheira).

“(o relacionamento é) ...péssimo, uma querendo ser melhor do que a outra; outra fica olhando o horário que você chega, fica cochichando; ...fica uma reunião de quatro ou cinco e querem ser melhor do que os outros.” (depoimento de crecheira).

4.6.8. Qualificação dos profissionais do grupo C para o atendimento na creche

Apesar da importância que tem a formação profissional adequada para o bom desempenho do trabalho realizado com as crianças atendidas nas creches, 45,5% dos profissionais entrevistados (Quadro 22) não passaram por qualquer treinamento que os qualificassem a exercer as atividades com as crianças, como pode ser visto nos depoimentos das crecheiras que se seguem:

“Não, nunca fui treinada.”

“Não, nunca participei. Quando estava em outra creche teve (treinamento), mas eu não participei; ...quem participa é o recreador”.

Quadro 22 – Frequência do treinamento das crecheiras, para a realização do trabalho na creche. Aracaju-SE, 2000

Fez Treinamento para Realizar esse Trabalho	N	%
Sim, há um ano	1	9,1
Sim, há oito anos	1	9,1
Sim, há três anos	2	18,2
Sim, há dois anos	1	9,1
Não	5	45,5
Total	11	100,0

Do total de entrevistados, 18,2% (Quadro 22) afirmaram que o último treinamento pelo qual passaram já fazia mais de três anos:

(treinamento); ...desde o começo eu já estava ligada, porque eu passava a ferro antes. Depois eu fui pra cozinha, passei a cuidar de criança; ...tem uns três anos que fui treinada.” (depoimento de crecheira).

É importante considerar que apenas uma das entrevistadas reconheceu suas limitações para o exercício das atividades ligadas às crianças; esta funcionária entende que todas precisariam participar de treinamentos, para se qualificarem melhor para o trabalho que executam. Para ela,

“...as crianças deveriam ser acompanhadas pelos professores realmente. As pessoas, mesmo de berçário, deveriam ser qualificadas realmente, não ser aquele chamado que eu estranho um pouco, crecheira, mas, assim profissionalmente. Isso não quer dizer que teríamos que desistir das pessoas que já estão mas, sim, preparar essas pessoas para serem aproveitadas. ...seria um incentivo de estudar,...porque até chegar aqui nessa sala de três anos é uma formação muito séria, então deveria ter um profissional mais valorizado, e com direitos a cursos, a formação melhor. ...eu acho que é o que falta dentro da creche. Como, por exemplo, uma creche costuma ser acompanhada de pedagogos, auxiliar de enfermagem, médicos todos os meses, um pessoal do lado da saúde acompanhando as creches...” (depoimento da recreadora).

4.6.9. Dificuldades de caráter técnico-administrativo e pessoais encontradas em relação aos pais, às crianças e aos funcionários, na percepção dos funcionários do grupo C

A primeira observação importante quanto a este item é que os depoimentos dos funcionários que integram este grupo C contradizem as percepções dos profissionais que integram os grupos A e B. As profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches afirmaram não ter quaisquer dificuldades de relacionamento com a parte administrativa, com seus colegas de trabalho, com as crianças e nem com suas respectivas famílias; esta afirmação é feita por 90,9% do grupo C (Quadro 23).

Quadro 23 - Dificuldades de caráter técnico-administrativo e pessoais encontradas em relação aos pais, às crianças e aos funcionários, na percepção das crecheiras. Aracaju-SE, 2000

Dificuldades	N	%
Nenhuma	10	90,9
Relacionamento por parte dos outros que não têm respeito com os colegas de trabalho	1	9,1
Total	11	100,0

Observa-se ainda que uma das funcionárias do grupo C parece atribuir grande importância ao trabalho que executa, pois reclama do fato de o contato com os pais ser muito reduzido e da necessidade de ter reunião com eles, pois, na sua visão, são as crecheiras que estão mais inteiradas do cotidiano das crianças, porque são elas que lidam diariamente com as mesmas:

“Nunca a gente tem uma reunião com os pais, só a ‘chefe’ que tem; ...mas a gente mesmo não. Acharia que era uma boa idéia, que quem tá lidando com as crianças durante o dia é nós, não é a ‘chefe’ não. É agente que sabe o dia-a-dia deles.”
(depoimento de crecheira).

A mesma funcionária fala ainda que “*deveria ter mais união*” e, conseqüentemente, um melhor relacionamento no trabalho. Segundo ela, para que isto ocorra, todos deveriam passar por um treinamento com o intuito de

“...saber como se trata seu colega. Todo mundo aqui tem que respeitar todo mundo, e não querer julgar que é melhor do que o outro. Todo mundo aqui é igual, (...), eu acharia que o exemplo deveria partir da direção, (...) e eu estou querendo sair daqui por causa disso.” (depoimento de crecheira).

4.7. Perfil socioeconômico das famílias

O perfil familiar corresponde ao resultado de um levantamento realizado por meio de uma entrevista semi-estruturada com 62 mães das crianças. Vale ressaltar que a previsão era de que a entrevista não se restringisse às mães, envolvendo também os pais ou outros responsáveis pelas crianças. Entretanto, não foi encontrado nenhum caso em que o pai fosse o responsável pela matrícula da criança na creche, o que determinou que todas as entrevistas fossem realizadas com as mães.

Os dados levantados foram relativos a: número de membros na família, número de filhos, números de filhos na creche, idade, estado civil, escolaridade, ocupação, regime de trabalho, contrato de trabalho, tempo de trabalho no emprego atual, renda dos pais, bem com o total da renda familiar e renda *per capita*. A análise dos dados sobre o perfil da família revelou que a maioria delas (69,3%) era composta de três a cinco membros (Quadro 24).

Quanto aos tipos de famílias encontradas, os dados revelam que 53,2% eram monoparentais, constituídas por mulheres com filhos (Quadro 25). É interessante ressaltar que esse resultado está muito acima dos dados registrados nacionalmente – do total de famílias brasileiras, 14,6% são formadas por mãe com filhos²⁶. Esse contingente da população faz parte dos grupos sociais mais vulneráveis à pobreza, vulnerabilidade esta que está

²⁶ Pesquisa sobre Padrões de Vida - 1996 – 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, p.27.

Quadro 24 - Número de membros residentes no domicílio. Aracaju-SE, 2000

Número de Membros	N	%
Até 2	4	6,5
De 3 a 5	43	69,3
De 5 a 7	8	12,9
De 7 a 10	4	6,5
+ de 10	3	4,8
Total Geral	62	100,0

Quadro 25 - Tipo de família usuária da creche. Aracaju-SE, 2000

Tipos de Família	N	%
Monoparental	33	53,2
Nuclear	24	38,7
Extensa	5	8,1
Total Geral	62	100,0

ligada a questões de gênero (SOUZA, 1998). Os dados revelaram também que 38,7% das famílias estudadas eram nucleares (Quadro 25).

Quanto ao número de filhos residentes no domicílio com suas famílias, os dados do Quadro 26 evidenciam que pouco mais da metade das famílias pesquisadas (51,6%) têm apenas um filho no domicílio, enquanto 29,0% delas têm dois filhos. No conjunto, as famílias apresentam uma média de 1,8 filho, média bem inferior à das Regiões Nordeste e Sudeste juntas, que de acordo com o IBGE (1998) é de 2,3 filhos residentes com suas famílias.

No que se refere ao número de filhos matriculados nas creches (Quadro 27), a maioria das famílias pesquisadas (66%) possui apenas um filho e 31% tem dois filhos nesta situação.

Quadro 26 - Responsáveis pelas crianças por número de filhos. Aracaju-SE, 2000

Número de Filhos	Número Absoluto	%
1	32	51,6
2	18	29,0
3	8	12,9
4	3	4,9
5	0	0,0
6	1	1,6
Total Geral	62	100,0

Quadro 27 - Responsáveis pelas crianças por número de filhos na creche - Aracaju -SE, 2000

Número de Filhos na Creche	N	%
1	41	66,0
2	19	31,0
3	2	3,0
Total	62	100,0

Conforme pode ser verificado no Quadro 28, 37,1% das mães tinham de 21 a 25 anos, seguidas por 27,0% que possuíam entre 26 e 30 anos. No caso dos pais, 32% estavam na faixa de 21 a 25 anos, seguidos por 17% que tinham de 31 a 35 anos. O Quadro 29 mostra ainda dois dados interessantes. O primeiro é relativo às mães: 13% delas estão na faixa de 15 a 20 anos, ou seja, são mulheres muito jovens; entre os pais, 20,6% estão na faixa de 40 a 50 anos, ou seja, idade em que se pressupõe que os filhos já estejam com mais idade, na adolescência ou na juventude.

Quadro 28 – Faixa etária das mães e dos pais das crianças da creche.
Aracaju-SE, 2000

Faixa Etária	Mãe		Pai	
	N	%	N	%
De 15 a 20	8	13,0	2	7,0
De 21 a 25	23	37,1	9	31,0
De 26 a 30	17	27,0	4	13,8
De 31 a 35	7	11,3	5	17,2
De 36 a 40	3	5,0	2	7,0
De 41 a 45	3	5,0	3	10,3
De 46 a 50	1	1,6	3	10,3
Mais de 50	0	0,0	1	3,4
Total Geral	62	100,0	29	100,0

Em relação ao grau de instrução, os dados do Quadro 29 mostram que 67% das mães entrevistadas possuíam o ensino fundamental incompleto e que 13% tinham o ensino médio completo. Entre os cônjuges das entrevistadas, 59% possuíam o ensino fundamental incompleto e 17% possuíam o ensino fundamental completo. Observa-se que, no que se refere ao ensino médio completo, a diferença entre os percentuais de mães e de pais com este nível de escolaridade é de apenas um ponto; entretanto, no que se refere ao ensino superior, dentre as mães, duas delas tinham o ensino superior completo, enquanto nenhum dos maridos ou companheiros chegou a este nível de ensino, completo ou incompleto.

Quanto à situação ocupacional, os dados revelam que, segundo a classificação do IBGE, a maioria das mães (95,0%) está enquadrada no nível 5 das ocupações, o que significa que, dentre elas, as profissões mais encontradas eram referentes às ocupações não-qualificadas, como empregadas domésticas, faxineiras etc. A maioria dos pais (83,0%) também se enquadrava nesta categoria de ocupações não-qualificadas, exercendo funções como autônomos, auxiliar de serviços gerais, pedreiros etc. (Quadro 30).

Quadro 29 - Escolaridade das mães e dos pais das crianças freqüentadoras das creches. Aracaju-SE, 2000

Nível de Escolaridade	Mãe		Pai	
	N	%	N	%
Analfabeto	3	5,0	2	7,0
Ensino fundamental incompleto	42	67,0	17	59,0
Ensino fundamental completo	5	8,0	5	17,0
Ensino médio incompleto	3	5,0	1	3
Ensino médio completo	8	13,0	4	14,0
Superior incompleto	-	-	-	-
Superior completo	1	2,0	-	-
Total	62	100,0	29	100,0

Quadro 30 - Ocupação das mães e dos pais das crianças freqüentadoras das creches. Aracaju-SE, 2000

Grupos de Ocupação ²⁷	Mãe		Pai	
	N	%	N	%
Grupo 5	59	95,0	24	83,0
Grupo 4	2	3,0	3	10,0
Grupo 3	1	2,0	2	7,0
Total	62	100,0	29	100,0

No que diz respeito à situação no mercado de trabalho, os dados do Quadro 31 revelam que a grande maioria das mães (77,0%) e dos pais (82,0%) estava empregada à época da pesquisa.

A pesquisa revelou também que, dentre as mães que estavam trabalhando, 75,0% tinham trabalho fixo, como mensalistas, e 25,0% trabalhavam eventualmente, como diarista. Entretanto, pode-se observar que 77,0% dessas mães que estavam trabalhando não tinham a carteira profissional assinada. É interessante observar que esta não é uma situação

²⁷ A descrição dos grupos de ocupação encontram-se no Apêndice I.

Quadro 31 - Ocupação das mães e dos pais das crianças freqüentadoras das creches. Aracaju-SE, 2000

Situação no Mercado de trabalho	Mãe		Pai	
	N	%	N	%
Empregado	48	77,0	22	82,0
Desempregado	14	23,0	5	18,0
Total	62	100,0	29	100,0

específica das mulheres/mães pesquisadas; este fenômeno também se registra no caso dos pais/maridos das mulheres entrevistadas, e de maneira mais aguda, pois dentre eles, embora 83% estivessem trabalhando, 59,0% eram trabalhador eventual/diarista e 69,0% não tinham carteira de trabalho assinada.

Considerando os dados do Quadro 32, constata-se que o grupo pesquisado situa-se no contexto da baixa renda: 78,3% dos pais e 98,0% das mães recebiam, no máximo, um salário mínimo e meio. Desagregados por nível de remuneração, esses dados evidenciam que a maioria das mães (62,0%) situava-se na faixa de mais de meio salário mínimo até um salário mínimo; 21,7% recebiam mais de um a um salário mínimo e meio e apenas 2,0% delas recebiam mais de um salário mínimo e meio. Em contrapartida, 15,0 % das mães recebiam até meio salário mínimo. Entre os pais a situação era um pouco menos dramática: a maioria deles (39,2%) situava-se na faixa de mais de um a um salário mínimo e meio, seguida de perto dos que recebiam mais de meio a um salário mínimo (34,8%). Observe-se que, na faixa de mais de um salário mínimo e meio, a presença masculina é maior do que a feminina (21,7% contra 2%, respectivamente). Estes dados são extremamente importantes, principalmente quando se leva em conta, conforme pode ser observado no Quadro 25, que 53,2% das mulheres pesquisadas são chefes de família, o que significa que seus filhos dependem inteiramente da baixa remuneração que estas mães recebem.

Quadro 32 - Faixa de renda das mães e dos pais das crianças da creche.
Aracaju-SE, 2000

Faixa de Renda	Mãe		Pai	
	N	%	N	%
Até meio salário mínimo	7	15,0	1	4,3
Mais de meio a um salário mínimo	30	62,0	8	34,8
Mais de um a um salário mínimo e meio	10	21,0	9	39,2
Mais de um salário mínimo e meio	1	2,0	4	21,7
Total	48	100,0	23	100,0

Quanto ao tempo de permanência no emprego, 52,0% das mães que estavam trabalhando na época da pesquisa tinham até seis meses no trabalho; entre os pais, 46,0% se encontravam na mesma situação (Quadro 33). Observa-se, entretanto, que a alta rotatividade no emprego é um aspecto verificado tanto para as mães quanto para os pais, porém essa rotatividade atinge mais às mulheres. Os dados obtidos mostram que 27,0% dos pais estavam no mesmo emprego há mais de cinco anos, enquanto apenas 8,0% das mães encontravam-se na mesma situação.

Quadro 33 - Tempo de trabalho dos pais e das mães das crianças da creche.
Aracaju - SE, 2000

Tempo de Trabalho	Mãe		Pai	
	N	%	N	%
Até 6 meses	25	52,0	10	46,0
Mais de 6 meses a 1 ano	6	13,0	2	9,0
Mais de 1 ano a 2 anos	8	17,0	0	0,0
Mais de 2 anos a 5 anos	5	10,0	4	18,0
Mais de 5 anos	4	8,0	6	27,0
Total	48	100,0	22	100,0

Do ponto de vista da renda familiar, a distribuição das famílias entrevistadas é bastante equilibrada: 32% recebem uma renda mensal de mais de um a dois salários mínimos; 31% recebem mais de meio a um salário mínimo e 30% recebem mais de dois a cinco salários mínimos. Estes dados situam a maioria das famílias pesquisadas na faixa de baixa renda, o que confirma os critérios de seleção da SMASC (Quadro 34).

Quadro 34 - Nível de renda total das famílias usuárias das creches. Aracaju-SE, 2000

Total da Renda Familiar	N	%
Até meio salário mínimo	4	6,0
Mais de meio a um salário mínimo	19	31,0
Mais de um a dois salários mínimos	20	32,0
Mais de dois a cinco salários mínimos	18	30,0
Mais de cinco salários mínimos	1	2,0
Total	62	100,0

Para 41,0% das famílias entrevistadas, a renda *per capita* familiar é de um quarto a meio salário mínimo, o que significa uma renda *per capita* bastante baixa. Porém, para 38,0% do conjunto de famílias, a renda *per capita* é ainda menor: menos de um quarto do salário mínimo (Quadro 35). Como se pode observar, são famílias que, segundo CAMPOS et al. (1995), encontram-se na situação de pobreza absoluta. Esta é uma situação na qual, segundo os autores, “em torno de 20,0% das crianças brasileiras de até seis anos aí estariam incluídas.” (p.84). Tal situação se verifica, majoritariamente, entre as crianças nordestinas de 0 a 6 anos, que representam, por sua vez, 40,0% das crianças brasileiras nesta faixa de idade.

Estudos realizados no Brasil indicaram que as crianças que vivem em ambientes pobres, de baixa renda, baixa escolaridade, habitação precária, alimentação deficiente etc. podem apresentar atraso no desenvolvimento cognitivo, social e emocional, ao serem comparadas com as crianças da mesma faixa etária que vivem em melhores ambientes (MEC, 1982).

Quadro 35 - Renda *per capita* das famílias usuárias das creches. Aracaju-SE, 2000

Renda <i>Per Capita</i>	N	%
Menos de um quarto de salário mínimo	23	38,0
Mais de um quarto a meio salário mínimo	25	41,0
Mais de meio a um salário mínimo	10	16,0
Mais de um a dois salários mínimos	2	3,0
Mais de dois a cinco salários mínimos	1	2,0
Total	62	100,0

4.8. Fatores que determinam a matrícula na creche

A luta cotidiana pela sobrevivência, que determina os compromissos com a vida profissional, é responsável por boa parte das dificuldades que as famílias enfrentam, atualmente, para assumir a educação e os cuidados com as crianças menores, especialmente nas famílias nas quais as mães precisam trabalhar. Este tem sido, historicamente, o maior motivo para a matrícula de crianças pequenas em creches, públicas ou privadas, no Brasil.

Considerando os dados apurados, verificou-se que essa é uma realidade que se confirma no grupo pesquisado: 89,0% das mães entrevistadas afirmaram que matricularam seus filhos nas creches porque precisavam trabalhar, e viam na creche a melhor alternativa para garantir que a criança receba carinho, cuidado e alimentação, portanto a mãe pode trabalhar sem maiores preocupações em relação ao filho pequeno (Quadro 36).

Segundo uma mãe entrevistada, a decisão de matricular o filho na creche se deve, antes de mais nada, a criar condições para

“... poder trabalhar, porque aqui (em casa) não tem quem olhe ele; ...às vezes eu trabalho, e às vezes não, mas eu deixo ele lá porque não é toda vez que a gente tem alimentação pra dar, né? ...e já diminui o gasto em casa. Às vezes não tem café da manhã e lá ele já toma o café e eu vou trabalhar tranqüila ...e não tenho condições de pagar para tomar conta.”

Quadro 36 - Motivos que levaram as mães a matricular a criança na creche. Aracaju-SE, 2000

Motivos Alegados	Nº Absoluto	%
Porque precisa trabalhar	55	89,0
Por causa da alimentação	04	6,0
Porque não consegue controlar/ dominar a criança	01	2,0
Porque precisa trabalhar e por causa da alimentação	02	3,0
Total geral	62	100,0

Portanto, para 98,0% das mães (Quadro 37) a creche é um local onde elas deixam seus filhos em segurança, enquanto buscam alguma fonte de renda para a família; neste sentido, elas reconhecem a importância da instituição para a sobrevivência e, ou, melhoria de condições de vida de suas famílias, mas reclamam do atendimento recebido nas creches, o qual consideram que poderia ser melhor. Quanto ao atendimento em relação às mães, uma mãe usuária diz que:

“ A creche me ajuda porque fica com os meninos, eu boto eles lá, vou fazer minha faxina. Por que se não for a creche, como eu ia trabalhar, deixar esses dois meninos trancados? ...não tinha como, me ajuda muito por causa disso, eu só quero que elas dê um pouco mais de atenção às mães, porque mãe não é cachorro não. A gente tá lá porque precisa, precisa mesmo de lá, eu não vou deixar esses meninos trancados pra chegar 5:00, 5h30. Quando eu chegar tá morto, já tocou fogo em tudo, do jeito que esse daí é.”

Observa-se que as expectativas das mães em relação ao papel da creche estão ligadas à necessidade de conciliar o papel de mãe à garantia de uma renda ou de complementação da renda familiar. Neste sentido, a creche é vista pelas próprias mães como uma substituta, como uma alternativa à ausência materna.

Quadro 37 - Expectativa das mães com relação aos programas desenvolvidos nas creches. Aracaju-SE, 2000

Expectativa das Famílias com Relação aos Programas Desenvolvidos (nº 62)	N	%
Local para se alimentar	46	74,0
Local para aprender as coisas	22	35,0
Local para conviver com outras crianças	17	27,0
Local para a criança ter onde ficar enquanto a mãe trabalha	61	98,0

Vale ressaltar que, no Quadro 37, foram computadas mais de uma resposta de cada entrevistada. É importante observar que para 74,0% das mães entrevistadas as creches são também, de certa forma, uma estratégia de complementação da renda familiar, ou de ganhos indiretos, uma vez que a alimentação que a criança recebe representa efetivamente um gasto a menos no, geralmente, apertado orçamento familiar. Os depoimentos das mães revelaram que a carência alimentar que essas famílias vivem representa um peso substancial na decisão de colocar ou não as crianças na creche.

“ Se continuar assim como está, ela (a creche) se preocupando assim, crescendo a creche(espaco físico) para ter mais crianças aqui, para os pais terem mais possibilidade de trabalhar, ter onde deixar, (a criança e ter) alimentação direitinho para as crianças, porque tem muitas mães que não tem nem o que dá para a criança comer em casa, e trazendo para a creche, sabe que vai ter algo para a criança comer, a criança em casa não tem o que comer, vai ficar o dia todo sem se alimentar, e isso (a alimentação) é muito importante também, e na creche tem(alimentação).” (depoimento de uma mãe).

Segundo documento do MEC (1982), de modo geral, nas famílias mais carentes, o pai fica com a maior parte dos alimentos, porque a percepção familiar é de que ele precisa de saúde e força para poder trabalhar e, com isto, garantir o sustento da família. Assim, ao mesmo tempo

em que garante à criança o acesso a uma alimentação que, em princípio, seria mais completa do que aquela recebida em casa, esses serviços oferecidos pelas creches ajudam as famílias na sua estratégia de investimento na saúde do provedor principal, por meio da destinação de uma maior porção dos alimentos disponíveis no ambiente doméstico.

4.9. As expectativas das famílias, com relação ao atendimento oferecido pelas creches

Apesar de ser verdadeira a necessidade de aumento da oferta de vagas para atender a todas as famílias que queiram matricular suas crianças nas creches públicas estudadas, alguns depoimentos de mães usuárias revelam que elas também têm uma visão tradicional, assistencial, das funções da creche.

“...Às vezes muitas mães procuram vagas, elas querem que a gente espere uma vaga, só que às vezes tem mãe que não tá levando nem a criança direito pra creche, ...aí, se tivesse, fizesse, por acaso, uma avaliação para ver quem está trabalhando e quem não está, aí daria a vaga para quem está precisando... Porque tem tantas mães que pagam para tomar conta de seus filhos, e tem tanta gente na creche que não trabalha e coloca o filho só pra ficar vadiando.”

Como se pode observar, falta a essas mães a percepção de que a creche, mais do que um direito das mulheres que trabalham, é atualmente um direito de todas as crianças, independentemente das necessidades pessoais e profissionais de suas mães.

Apesar da valorização da creche como alternativa segura ao espaço doméstico, as mães esperam que a creche dê uma assistência mais ampla às crianças; esta assistência deveria envolver mais do que a guarda e a alimentação, compreendendo outros tipos de atividades e cuidados.

“... lá não tem quase nenhuma atividade com as crianças, brinquedo.. alimentação ...apesar de que a alimentação tinha, mas não a que deveria ter ...mais frutas ...que fosse mais organizado ...um lugar para guardar as coisas das crianças.”

Além disso, as mães acham que, na creche, as crianças poderiam receber orientação e cuidados de profissionais mais capacitados. De acordo com o depoimento de uma mãe,

“...a creche deveria ter pessoas mais cuidadosas, mostrando com educação o que eles têm que fazer, o que não tem... em casa a gente em casa tem e dá educação, mas daí eles vão pra creche, e tem uma pessoa mal-educada, tem algumas que dizem que ele tá muito danado e não obedece, mas ele só tem um ano e quatro meses. Se ele fizer alguma coisa errada, a pessoa que está cuidando dele deve dizer não, tirar com carinho, com cuidado, até botar ele num lugar, porque ele vai crescendo, tá vendo o que ele tá fazendo, certo ou errado. Bem, assim é a de três anos (outra filha que a mãe tem na creche), ela é muito danada, mas as tias dizem que ela já obedece, e o fundamental é que saiba educar ele, porque se briga com ele, se grita o tempo todo, eles vão ficar gritando também e vão ser mais sapecas ainda.”

Como se pode observar, embora possuam, na sua maioria, baixa escolaridade formal, as mães entrevistadas explicitam em seus depoimentos a percepção de que o atendimento poderia ser de melhor qualidade se as creches contassem com um pessoal mais qualificado, que tenha consciência da importância do trabalho que executam, principalmente no que se refere ao desenvolvimento psicossocial da criança; e, aí, há uma perfeita diferenciação entre educação no sentido da escolaridade formal e educação no sentido do tratamento adequado, que integre socialmente a criança. É o que se verifica no depoimento de uma dessas mães, quando afirma que

“..se lá eles recebem gritos, eles vão ficar gritando. ...e tem uma tia lá que é muito grossa, que eu achava muita coisa errada nela; quando os meninos “tavam” muito danados, ela ia prá cozinha e vinha com uma faca e gritava. ...eu sabia que ela não “tava” certa, porque no meio da agonia dela, do nervoso, ela gritava, reclamava. ...Esse “tava” menorzinho, quando ele via brigar com a irmã, ele pegava a sandália e brigava ...e balançava para a irmã. Eu ficava olhando. ...imagine se eu pego um pau e bato na cabeça dos outros, ele vai fazer a mesma coisa.”

O depoimento a seguir expressa as expectativas de uma das mães entrevistadas a respeito da atitude dos funcionários encarregados do atendimento na instituição:

“ Pessoas que gostem muito de crianças, que cuidem deles com carinho. Que ponha de castigo, que eu mesma faço, ...pode botar de castigo se tiver malcriada, mas que tudo na vida tem que ser construtivo, construa pro lado do bem. E se tivesse mais funcionários, porque é muito serviço pra uma pessoa só fazer, ela fica nervosa querendo dar conta de tudo e menino gritando, e menino sujo de cocô, ... ela diz que é muito difícil dar conta, porque um faz cocô, outro sobe no berço, outro pula a janela, aí só duas tias de manhã, e duas à tarde, e tem mais de 40 crianças. Precisa de mais funcionários, porque com educação se faz tudo, tem paciência, tem tudo.”

Nesse depoimento, fica evidente a percepção da mãe não só quanto à qualidade que a creche deveria oferecer no seu atendimento, mas também quanto às dificuldades que os funcionários das creches enfrentam no trabalho cotidiano. Todavia, deve-se destacar a idéia de que mesmo com essas dificuldades não se justifica o tratamento pouco adequado e agressivo dispensado às crianças, o que conduz a comportamentos socialmente inadequados, baseados na agressividade. Sob este aspecto, pode-se deduzir que, ainda que de maneira difusa, as mães que apontam este tipo de problema têm alguma percepção do papel educativo da creche, porque esperam que lá eles aprendam a se relacionar com maior sociabilidade.

“ Mais funcionários e elas tratar mais bem, ali é tudo tão ignorante, a mãe não pode falar mais nada, como hoje mesmo, ... a diretora que manda ali em tudo chegou e disse: olha, vocês fiquem aí que a luz já está chegando, e as outras gritaram, a gente não recebe mais criança, porque o alimento que fizemos foi pouco, só a conta dos meninos que estavam lá, e elas não quiseram receber, viemos embora por volta de 9 horas. E elas disseram: a diretora não sabe de nada, pode ficar aí o dia todo esperando, tratou a gente mal.” (depoimento de uma mãe).

De modo geral, além de manifestarem a expectativa, ou o desejo de que, ao deixarem seus filhos na creche, eles sejam bem tratados, as mães também esperam que as funcionárias gostem das crianças. Entretanto, o depoimento de uma das mães permite deduzir que o nível de dedicação às crianças varia, dependendo do tipo de relacionamento que a própria mãe estabelece com os funcionários da creche:

“Os funcionários devem se preocupar com as crianças, ... as da tarde gostam muito dos meus filhos, porque eu agrado elas, ...as da manhã já não gosto”.

Os depoimentos mostram também que as mães esperam que o governo dê uma maior atenção às creches, principalmente no que se refere à infra-estrutura de pessoal para o atendimento direto às crianças:

“... pra você ver... essas festas agora que está tendo aqui, o pré-caju, ele (o governo) apóia em tudo ...e as creches daqui faltando. Antigamente era 40 crianças, e agora 50, para duas funcionárias... quer dizer, se uma tá de folga, só tem uma para tomar das crianças.”

Para 21,0% das mães (Quadro 38), a maior preocupação da creche deve ser dar carinho e garantir o bem-estar da criança. Como revela o depoimento de uma mãe, a creche deve ser mais do que um lugar para as crianças ficarem e receberem comida. Para esta mãe, não basta fazer só isto

“(...) porque não é assim, botar lá e elas olharem, como algumas delas dizem: o negócio aqui é não ficar com fome e nem chorar, é dar comida na hora certa e não deixar brigarem (...). É um negócio assim, elas dizem. Mas não é bem assim, se uma delas assume o cargo de trabalhar em creche, então ela tem que ter uma certa responsabilidade, ela tem que gostar de criança, não adianta você fazer algum trabalho que você não goste, só pelo dinheiro. Jamais. Algumas das funcionárias é assim, mais amiga das crianças.”

Quadro 38 - Preocupação que a creche deve ter com relação à criança, na opinião das mães. Aracaju-SE, 2000

Preocupações	N	%
Saúde e alimentação	29	47,0
Carinho e bem-estar da criança	13	21,0
Educação	9	14,0
Segurança	8	13,0
Saúde	1	2,0
Não sabe	2	3,0
Total	62	100,0

Nesse mesmo sentido, outra mãe reclama do mau atendimento dispensado às crianças; embora ligue este fato ao problema da escassez de pessoal, ela afirma:

... (a criança) fica dentro de um berço o dia todo, fica lá chorando, cochila naquele desprezo...eu acho errado também colocar 40, 50 crianças pra uma pessoa só cuidar, isso não tem condições, tem que ter pelo menos duas só naquela equipe daquela sala, preparada pra organizar, dar um pouquinho de atenção, botar no braço um pouquinho, trocar uma roupa, enganar pra não tá chorando..."

Dentre as mães entrevistadas, 14,5% (Quadro 38) acham que na creche deveria existir uma preocupação maior com a socialização das crianças. Segundo essas mães, as creches deveriam

" (...) educar eles, porque eles brigam, eles têm que olhar um pouco. ...se tiver uma a mais para organizar, ai eles ficam mais tranquilos, eles não ficam misturados, nervosos. ...as crianças precisam brincar um pouco."

Deve-se destacar, entretanto, que a preocupação com a educação, aqui, diz respeito mais à questão da convivência com as outras crianças e, até mesmo, com uma certa noção de disciplinamento das crianças mais crescidas.

4.10. Envolvimento da família no funcionamento da creche

Em relação a esta questão, 45,0% das mães (Quadro 39) revelaram que sua maior participação se resume ao comparecimento, um dia a cada mês, para dar meio período de trabalho na creche. Segundo elas, nesses dias realizam atividades como ajuda no berçário e na cozinha ou, ainda, na realização da limpeza.

Algumas mães reclamam da obrigatoriedade de trabalhar esse período na creche, pois nem sempre conseguem conciliar essa exigência da direção da instituição com as rotinas e os horários de suas atividades profissionais. Quanto a isto, afirma uma mãe:

“(...) eu vou, ou as mães vão, porque elas mandam a gente ir. ...às vezes, a patroa não quer.. mas ela (a direção da creche) obriga a gente ir, é obrigado. ...você, se não puder dar o dia todo, fica meio dia, mas tem que vir.”

Quadro 39 - Opinião das mães sobre sua própria participação na creche
Aracaju - SE, 2000

Participação da Mãe na Creche	N	%
Trabalha uma vez por mês na creche	28	45,2
Não participa nunca	12	19,4
Participa só de reuniões	3	4,8
Participa sempre	3	4,8
Observa e acompanha a criança na creche quanto aos cuidados e comportamento	16	25,8
Total	62	100,0

É importante observar que os depoimentos obtidos neste estudo revelam uma apreensão inadequada, por parte da administração das creches, da questão da participação das famílias e, particularmente, das mães das crianças usuárias. Aquilo que deveria ser visto como um comportamento de respeito à cidadania, de abertura para as famílias de um

espaço que é público e que, por isto, pode e deve ser objeto de sua supervisão e crítica, transformou-se num dever, numa espécie de retribuição obrigatória a um serviço que não é percebido pela administração das creches como um direito das famílias e das crianças usuárias. É o que se depreende do depoimento que se segue, no qual se destaca o aspecto impositivo da participação das mães, a ponto da própria direção da creche ameaçá-las com a recusa do atendimento às crianças:

...às vezes, no caso, quando (a mãe) não pode ficar, a gente fica lá até 8 ou 8h30min, que ela (a direção da creche) não quer receber (as crianças na creche) ...só recebe se uma mãe ficar (...), hoje nenhuma mãe 'tava' podendo ficar, aí foi uma que 'tava' sem trabalhar, e disse: eu fico. ...ela depois me disse que nem poderia ficar, porque tinha muita roupa pra passar, mas ficou porque, se não ficasse, as crianças não seriam recebidas." (grifos da autora)

Outro aspecto importante destacado por 25,8% das mães (Quadro 39) é que, apesar dos problemas apontados, o período em que realizam trabalho na creche permite, de algum modo, a observação e o acompanhamento da criança naquele ambiente, assim como das questões relativas aos cuidados e ao comportamento de seus filhos.

4.11. Qualidade do atendimento na creche do ponto de vista das famílias

Nas entrevistas com as mães, é interessante destacar que, apesar de todos os problemas que foram apontados nas questões anteriores, quando indagadas especificamente quanto à satisfação com o atendimento oferecido pelas creches a quase totalidade do grupo (90,3%) respondeu que estava satisfeita; todavia, ao longo das entrevistas, à medida que iam se sentindo mais à vontade, estas mesmas mães reafirmaram algumas críticas já apontadas nas questões anteriores, o que faz supor que, na verdade, não estão de fato satisfeitas com a qualidade dos serviços prestados pelas creches. Esta percepção se confirma no relato de uma mãe, que começa

afirmando que gosta da creche, mas em seguida reclama de uma determinada funcionária e também da atitude da direção:

“... Eu gosto muito de todas da creche, só não gosto de uma que é do berçário, que pega a criança parece que está com nojo da criança. ...a mãe chega lá na porta, ela pega a filha dela, parecendo que tá com nojo da menina. Traz os problemas de casa, quer descontar no trabalho, aí não pode. ...a mãe (da criança) já reclamou com a diretora, que se continuar assim vai reclamar na Prefeitura, e a diretora diz (que) ela é assim mesmo. Mas, não pode ser assim, com as outras não é.”

Outro aspecto importante dos depoimentos é que, na maioria dos casos, quando a mãe afirma estar satisfeita, há uma conexão imediata com o fato de a presença do filho na creche resolver o difícil problema da conciliação entre os cuidados maternos e as atividades profissionais. O que se pode perceber então é que a satisfação vem do fato de poder trabalhar e, com isto, garantir ou contribuir para o sustento da família, e não da qualidade do atendimento dispensado ao filho. Assim, segundo o relato de uma mãe, ela estaria satisfeita *“... porque, se não fosse a creche, (eu) não estaria nem trabalhando.”*

Foi possível constatar em depoimentos de mães “satisfeitas” críticas não só aos funcionários, mas também à própria administração da creche, uma vez que esta permite a ocorrência de fatos considerados pelas mães como evidências de descaso. É também possível perceber que, até certo tempo atrás, o atendimento oferecido era melhor do que o atual:

“Eu gostava muito da outra direção, era uma pessoa muito calma e tinha alguns funcionários fazendo bem o que (ela) queria. Já teve outras direções que foram bem melhores. Teve época que minha filha só chegava em casa com cabelo preso, perfumada... Ultimamente, não. ...eu quando ia pegar esse menino, encontrei ele várias vezes com o cabelo cheio de cocô; eu pegava ele, quando beijava meu filho ‘tava’ com a cabeça cheia de cocô duro. No outro dia eu perguntava, e elas diziam que ele passou a mão na cabeça e ficou fedendo. Eu

não quero procurar mais confusão, porque não adianta, eles ficam descuidando dele...” (depoimento de uma mãe).

Assim como no caso da participação das mães na creche, observou-se uma percepção inadequada, por parte da administração, do significado e do que seria esta participação. O relato das mães quanto ao grau de satisfação com a creche indica que os funcionários das instituições pesquisadas reagem mal às críticas e reclamações por elas feitas. Cabe destacar que as mães se dizem pouco à vontade para assumir tais atitudes, porque receiam, como consequência de suas reclamações, ou que as crianças sofram maus-tratos, ou que venham a perder a vaga na creche. É o que fica claro no depoimento que se segue:

“(...) qualquer reclamação (das mães) que tem em reunião, a gente fica ouvindo piada o tempo todo, passam a cuidar mal das crianças. ...não adianta a gente ficar reclamando de crecheira, porque sobra pras crianças. ...a diretora disse (que isso) não pode acontecer, (mas) uma (funcionária) que trabalha na creche confirmou na reunião (que), realmente, se a mãe ficar com muita confusão, reclamação, que tire o filho, porque a gente (os funcionários) não tá pronta prá receber reclamação.”
(grifos da autora)

Como se pode observar, essa atitude das mães, de receio de explicitar seu descontentamento, decorre da postura que os funcionários das creches assumem diante das famílias das crianças usuárias. O depoimento anterior e o que se segue evidenciam uma compreensão absolutamente equivocada, por parte daqueles funcionários, do que seja uma instituição pública e do compromisso profissional e ético do servidor público. Segundo uma das mães entrevistadas

“... (as profissionais afirmam) a gente é empregado da Prefeitura e não das mães. ...acontece muito isso, eu vou com muito cuidado, quanto tem coisa errada, eu vou com muita calma na direção, pra olhar, prestar atenção no que está acontecendo, porque se a gente for reclamar

diretamente com a crecheira, elas desprezam as crianças, que eu já vi desprezarem muitas crianças e dizer: sua mãe quando chegar limpa você. ...sua mãe é muito 'reclamação'. ...as crianças sujam às 4 horas, e (elas) esperam a mãe chegar às 5 ou 5h30min, pra tirar o cocô da criança..." (depoimento de uma mãe).

5. RESUMO E CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivos principais conhecer e analisar as motivações e as expectativas das famílias de crianças usuárias de creches públicas da cidade de Aracaju, assim como as metas institucionais e as práticas educativas desenvolvidas nestas instituições, visando identificar em que medida os interesses e as expectativas dessas famílias, assim como os objetivos e o funcionamento das creches, estão vinculados a uma visão da creche como espaço de políticas assistencialistas ou de políticas educacionais mais amplas.

Foram analisados documentos e outros materiais disponíveis na SMASC, bem como realizadas entrevistas semi-estruturadas com os profissionais que atuam na elaboração dos programas seguidos nas creches e com os profissionais que trabalham com as crianças nas creches.

No manuseio das informações documentais e das entrevistas, constatou-se que, até o período de realização deste estudo, as creches municipais de Aracaju-SE estavam ainda subordinadas à Secretaria Municipal da Ação Social e Cidadania - SMASC, deixando, desta forma, de ser aplicado o que determina o artigo 89 da LDB nº 9.394/96, que vincula o atendimento de crianças de 0 a 6 anos à área educacional.

Do ponto de vista formal, os objetivos oficiais propostos pela SMASC para o programa das creches estão condizentes com os objetivos propostos pela LDB nº 9.394/96. No entanto, verificou-se, em documentos impressos

pela SMASC, que, ao privilegiar o atendimento às famílias carentes, cujas mães estão trabalhando, deixa-se em segundo plano a formulação de uma proposta pedagógica, o que acaba determinando que as creches funcionem unicamente como espaços de guarda das crianças, e não como espaços verdadeiramente educativos, contrariando inclusive o direito que as crianças de 0 a 6 anos têm de receber, nas creches, um atendimento educacional que contribua para seu desenvolvimento integral (LDB nº 9.394/96, artigo 29).

Na medida em que não se valoriza o aspecto pedagógico, nas creches estudadas não existe um sistema de avaliação, acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, conforme estabelece a LDB.

“A avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro de seu desenvolvimento sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.” (Lei nº 9394/96, art. 31).

A avaliação se apresenta como um instrumento por meio do qual as instituições educacionais acompanham e redirecionam, quando necessário, o processo ensino-aprendizagem. Entretanto, esse processo deve ser acompanhado também pelos pais, para que eles possam se inteirar dos avanços e das conquistas de seus filhos e, com isto, discutir os objetivos e as ações desenvolvidas na creche (MEC, 1998). Esta concepção de avaliação compreende, portanto, uma participação efetiva dos pais e a criação, na instituição educacional, de um ambiente no qual os pais tenham liberdade de observar e de explicitar suas percepções. Esta não parece ser a realidade identificada nas creches pesquisadas. Além da pouca ou nenhuma valorização dos aspectos pedagógicos, o relacionamento estabelecido pelos funcionários e pelas direções das creches com as famílias dos usuários é no sentido de considerar como uma interferência indevida qualquer crítica que os pais façam à instituição.

Em seu artigo 36, a LDB nº 9.394/96 ressalta que os professores da Educação Infantil devem possuir licenciatura de graduação plena, sendo admitidos também profissionais com formação de nível médio, desde que tenham feito o Curso Normal. Entretanto, nas creches municipais de Aracaju pesquisadas, foi constatado, além da escassez de funcionários, o fato de

que as equipes existentes em cada uma delas são compostas por pessoas de baixa escolaridade e sem qualquer capacitação formal específica do tipo de trabalho que realizam. Esta é uma realidade que confirma o diagnóstico do MEC:

“(...) vários estudos têm mostrado que muitos desses profissionais ainda não têm formação adequada, recebem remuneração baixa e trabalham sob condições precárias (...), nas creches ainda é significativo o número de profissionais sem formação escolar mínima, cuja denominação é variada: berçalista, auxiliar de desenvolvimento infantil, babá, pajem, monitor, recreacionista etc.” (MEC, 1998, p. 39).

Nas entrevistas realizadas com os técnicos da SMASC e os demais encarregados do funcionamento das creches, observa-se que em todos os segmentos os depoimentos dão maior ênfase ao caráter assistencialista e de política compensatória que as creches acabam assumindo. Neste sentido, pode-se afirmar que existe uma certa sintonia entre a percepção dos profissionais que atuam na supervisão e elaboração dos programas a serem executados nas creches e a percepção de seus diretores. No entender de Arroyo, são percepções que ignoram a criança na sua totalidade, isto é, que só consideram a criança como indivíduo que integra uma parcela determinada da população, no caso aquela que sobrevive com maiores dificuldades.

“...(é) como se a infância pobre, carente, popular, fosse apenas objeto de suprir carência de moradia, de carinho, de médico, de saúde, de alimentos etc. Esta concepção ainda está muito forte entre nós. E é a concepção que vem dominando durante séculos: a infância como objeto de assistência. E, nesta concepção (a instituição educacional) assume uma finalidade meramente supletiva: educar para evitar a carência da infância.” (ARROYO, 1994, p.90).

Seguindo essa concepção predominantemente assistencial, nas creches pesquisadas as atividades sociais e educativas são praticamente inexistentes. Observe-se ainda que, embora não seja de fato realizado, o

projeto pedagógico elaborado pela SMASC abrange apenas as crianças com mais de dois anos de idade. De todo modo, o cotidiano das creches evidencia não somente uma atitude de alheamento em relação à função educativa que agora se exige destas instituições, como também a incapacidade de cumprir de maneira adequada até mesmo as suas funções tradicionais, de guarda e cuidados básicos com as crianças. Os depoimentos das mães e funcionárias evidenciam que, seja porque não percebem o acesso à creche como um direito da criança, seja porque trabalham em condições precárias, isto é, porque não gostam e não estão preparadas para o que fazem, as equipes das creches não dispensam às crianças sequer a atenção mínima necessária, isto é, os cuidados de higiene, a atenção e o carinho nas situações de desconforto ou de choro. Quanto a isto, cabe lembrar o Referencial Curricular do MEC sobre a educação infantil, que destaca a importância de se estar atento ao comportamento e às diferentes reações das crianças, porque na verdade são expressões de suas necessidades.

“A identificação dessas necessidades sentidas e expressas pelas crianças depende também da compreensão que o adulto tem das várias formas de comunicação que elas, em cada faixa etária, possuem e desenvolvem. Prestar atenção e valorizar o choro de um bebê e responder a ele com um cuidado ou outro, depende de como é interpretada a expressão de choro. E dos recursos existentes para responder a ele. É possível que alguns peguem-no imediatamente no colo, embalando-o. Em determinados contextos socioculturais, é possível que o adulto que cuida da criança, tendo como base concepções de desenvolvimento e aprendizagem infantis, de educação e saúde, acredite que os bebês devem aprender a permanecer no berço, após serem alimentados e higienizados, e, portanto, não considerem o embalo como um cuidado, mas como uma ação que pode “acostumar mal” a criança. Em outras culturas, o embalo tem uma grande importância no cuidado de bebês, tanto que existem berços próprios para embalar.” (MEC - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.25).

A realidade identificada neste estudo permite ainda supor que um dos motivos da precariedade e da má qualidade do atendimento oferecido pelas creches pesquisadas está diretamente relacionado à predominância da visão assistencialista da creche. O caráter compensatório que se atribui às atividades da creche pode levar à idéia de que, por se tratar de crianças que vêm de ambientes extremamente carentes, mesmo que o atendimento a elas dispensado não seja bom, ainda será melhor do que o que teriam em suas próprias casas; esta é uma percepção que sobressai nas atitudes e nos depoimentos dos funcionários e técnicos entrevistados. Mais que isto, mesmo nas situações em que esse atendimento fosse precário, ainda assim as mães ou as famílias das crianças deveriam se sentir gratas à creche; neste caso, esta é uma percepção que se confirma tanto no depoimento dos técnicos e funcionários das creches pesquisadas, como nos depoimentos obtidos junto às próprias mães das crianças usuárias.

“Constituir-se em um equipamento só para pobres, principalmente no caso das instituições de educação infantil, financiadas ou mantidas pelo poder público, significou em muitas situações atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das famílias. A tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda. Nessa perspectiva, o atendimento era como um favor oferecido para poucos, selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade”. “MEC – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998 . p.25

Esse caráter assistencial, de política compensatória para os muito pobres, acabou por determinar uma vinculação da aceitação da criança na creche ao fato de a mãe estar trabalhando. Vista desta forma, e conforme explicitam os depoimentos obtidos, principalmente os dos técnicos e funcionários, a creche é muito mais uma instituição que “resolve” os problemas das mães, do que uma instituição que atende às necessidades das crianças. Sobre esta questão, ROSEMBERG (1984) afirma que

“..o fato da reivindicação/concessão de creches ter se justificado principalmente pela necessidade/vontade de a mãe trabalhar fora de casa, acabou por emprestar à creche o caráter de instituição provisória, de emergência ou de substituição, acarretando-lhe uma história crítica, restringindo-a apenas a uma parte das famílias, dificultando o acúmulo das experiências, tanto a nível de seu funcionamento interno quanto da população usuária”.

Por outro lado, grande parte das famílias chefiadas por mulheres encontra-se nas camadas mais pobres da população, porque, na sua grande maioria, elas arcam sozinhas com as despesas de casa, têm de conciliar o trabalho remunerado com as funções domésticas e, na maioria dos casos, com os cuidados que exigem as crianças pequenas. Deve-se considerar, ainda, que se é verdade que em geral as mulheres que trabalham recebem menos que os homens, esse problema se agrava quando se trata de mulheres de menor escolaridade, como é o caso do grupo aqui estudado.

“...as famílias com filhos menores de 18 anos cujos os pais têm ambos menos de nove anos de estudo – são as de maior probabilidade de se encontrar em pobreza.” (CEPAL, 1997, citado por SOUZA, 1998, p. 7).

No Brasil, especialmente entre os estratos da população mais pobres, com o aumento substancial de famílias chefiadas por mulheres, é relevante que esses dados sejam levados em consideração na formulação de políticas sociais, uma vez que essas mulheres geralmente assumem responsabilidade múltiplas:

“A pobreza extrema, especialmente nas zonas urbanas, afeta predominantemente esses tipos de família. As recomendações da CEPAL para contornar esse problema encontra-se em torno da políticas destinadas a facilitar a incorporação no mercado de trabalho das mulheres chefes de família com filhos, tais políticas como políticas de políticas de aumento da cobertura pré-escolar e modificação da duração da jornada escolar.” (CEPAL, 1994, citado por SOUZA, 1998, p.9).

É importante observar que, embora reclamem da forma como as creches tratam a elas e a seus filhos, as mães entrevistadas também demonstram uma certa aceitação desta perspectiva assistencialista, o que é bastante compreensível, na medida em que a grande maioria delas de fato depende da creche para trabalhar. Todavia, é significativo o grupo de mães que, mesmo nesta situação, conseguem perceber, ainda que de maneira não muito clara, que seus filhos merecem um melhor tratamento, que envolva carinho e comportamentos mais adequados das “crecheiras”, o que contribui para a socialização da criança e para um melhor desenvolvimento, tanto físico quanto psíquico.

Da parte dos funcionários da SMASC, o destaque é para a percepção positiva do trabalho que desenvolvem, ao mesmo tempo em que, considerando o que os depoimentos de funcionárias e mães indicam, parecem desconhecer a realidade do trabalho cotidiano das creches. Sob este aspecto, o máximo que se pode deduzir dos depoimentos dados é que sabem da existência de dificuldades de relacionamento entre mães e “crecheiras”, sem que isto as mobilize, de uma maneira mais efetiva, para um maior conhecimento e busca de soluções para as dificuldades existentes.

Já no âmbito específico das creches, é preciso que realmente se leve em consideração os problemas decorrentes dos baixos salários, da rotatividade de pessoal, da falta de infra-estrutura e de pessoal qualificado para as funções a que as instituições se destinam. Entretanto, todos estes problemas, que de fato interferem na qualidade dos serviços prestados, não podem, de forma nenhuma, ser usados como justificativa para o tratamento dispensado pelo pessoal das creches às mães e às crianças, como também não devem justificar a idéia errônea de que estão fazendo um favor às mães e que, por isto, não lhes devem nenhuma satisfação de seus atos. Trata-se de instituições públicas e de servidores públicos que, como tal, devem considerar cada usuário como um cidadão, como aquele que, em última análise, justifica a existência dos serviços públicos e contribuem, por meio dos impostos que pagam, para a manutenção desses serviços.

A conclusão final que se pode extrair dos dados e depoimentos coletados neste estudo é que não basta que a legislação mude o conceito e

os objetivos da creche e a considere, acertadamente, como uma etapa da educação, à qual todas as crianças têm igual direito. A superação da perspectiva assistencialista que orienta a atuação das creches depende da própria percepção que a população e, em particular, os profissionais da área têm delas. Esta perspectiva só estará superada no momento em que mães e funcionários da área se perceberam como iguais, como cidadãos que têm direitos e deveres, e que nesta percepção estejam incluídas as crianças, independentemente das condições socioeconômicas e culturais de suas famílias. Considerando a história de desigualdade e discriminação social que caracteriza a sociedade brasileira, pode-se supor que, apesar da legislação educacional, ainda resta um longo e difícil caminho a percorrer.

Muitas foram às dificuldades encontradas nessa etapa do estudo. Inicialmente, nas creches, foram encontrados muitos prontuários e formulários a respeito das crianças e de sua respectiva família, com dados incompletos ou desatualizados. Este foi um problema que interferiu razoavelmente na condução da pesquisa, uma vez que, por exemplo, dentre esses dados incompletos encontrava-se o próprio endereço das crianças matriculadas, o que dificultava o acesso às suas famílias. Outro entrave encontrado foi o fato de muitas crianças residirem em áreas de invasão e, nestes casos, muitas residências não tinham um endereço formal, com nome de rua e número da casa; além disto, constatou-se o caso de crianças que moravam com suas famílias em quartos de aluguel e, ainda, aquelas que mudavam constantemente de endereço.

Portanto, sugere-se que para a melhoria do atendimento das crianças nas creches estudadas seja superada a visão assistencialista e compensatória predominantemente no atendimento das mesmas. Para tanto, é necessário ter profissionais qualificados no atendimento a este contingente da população, pois cabe a eles desenvolver trabalhos bem diversificados, que vão de cuidados básicos à educação e socialização das crianças. Este trabalho deve estar vinculado às características socioculturais das famílias usuárias das creches, bem como devem ser levados em consideração as suas necessidades e expectativas.

Entretanto, para se ter um melhor atendimento nas creches que serviram de base para realização deste estudo, sugere-se que sejam

oferecidas maiores oportunidades de capacitação dos profissionais que ali atuam e melhores recursos materiais, que se procure superar o caráter assistencialista dessas instituições, procurar aproximar delas as famílias atendidas, perceber a creche como um direito que a criança tem à educação infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO. Aracaju: SEPLAN, 1999. 48p.
- ARAÚJO, A. A pobreza no Caminho da Infância. In: **Jornal O Povo Online – Especiais 5-10-1999**. File:///A/05IN0201.htm.
- ARIÉS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 279 p.
- ARROYO, M. G. O significado da infância. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL. 1, 1994. **Anais...**, Brasília: MEC; SEF; DPE; COEDI, 1994. p.88-92.
- BARBOSA, E.M.M. Os direitos da criança e a assistência social. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v.3, n.1, p.89-96, 1993.
- BARRETO, A.M.R.F. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: INFANTIL, subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação. Brasília, DF: MEC, 1998, v.2, MEC. p.23-33.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: 1988. 292p.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 1997. 112p.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: 1998. v.3, 103p.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. **Política de educação infantil**. Brasília, 1993, 28p.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação-Geral de Educação Infantil. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Brasília: 1998. Não paginado. www.mec.gov.br/

BRUSCHINI, C. Maternidade e trabalho feminino: Sinalizando tendências. In: **Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil**. Campinas: UNICAMP; Núcleo de Estudos de População, 1994.

BRUSCHINI, C. RIDENTI, S. Família, casa e trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.88, p.30- 36, 1994.

CAMPOS, M.M., ROSEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**, Brasília: MEC; SEF; COEDI, 1995. 40p.

CAMPOS, M.M.M., Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica. **Caderno de Pesquisa**, n.71, p.53-59, 1979.

CAMPOS, M.M.M. Atendimento à infância na década de 80: as políticas federais de financiamento. **Caderno de Pesquisa**, n.82, p.5-20, 1992.

CAMPOS, M.M., ROSEMBERG, F., FERREIRA, I.M. **Creches e pré – escolas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas; 1995. 134p.

CIVILETTI, M.V.P. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. **Caderno de Pesquisa**, n.76, p.31-40, 1991.

COSTA, A.C.G. Falta vontade política para garantir os direitos da cidadania das crianças. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v.3, n.1, p.17-23, 1993.

CUNHA, L.A. **Educação e desenvolvimento no Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. 291p.

D'ANTOLA, A. (Coord.) **A participação de mães na pré - escola: a monitoria de mães em questão**. São Paulo: Pioneira, 1983, 120p.

DEMO, P. A política de educação infantil no contexto da política da infância no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1, 1994, DF, Brasília. **Anais...** Brasília: Editora, 1994. p. 13-18.

DIDONET, V. A criança de 0 a 6 anos no Brasil e seu atendimento educacional - questão a considerar. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.3, n.1, p. 43-52, 1993.

- FILGUEIRAS, C.A.C. A creche comunitária na nebulosa da pobreza. **Caderno de pesquisa**, n.88, p.18-29, 1994.
- GAYOTTO, M.L.C., LANGER, R.J., CAMPOS, M.A.F., HÜLLE, L.T., GUBANOV, G.D., BICHARA, M.A.A.C., CATALDI, M.C.C. Creches, desafios e contradições da criação coletiva da criança pequena. São Paulo: Editora Icone, 1992. 134p.
- GOLDANI, A.M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, n.91, p.7-22, 1994.
- HADDAD, L. A relação creche – família: relato de uma experiência, **Caderno de Pesquisa**, n.60, p.70-78, 1987.
- HADDAD, L. Creche: reflexões sobre uma trajetória. In. COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. **Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina**. São Paulo: Revista dos Tribunais: 1989. 32p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa sobre padrões de vida 1996-1997**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1999. 149p.
- KUHLMANN JUNIOR, M. Instituições pré-escolares assistencialista no Brasil (1899-1922). **Caderno de Pesquisa**, n.78, p.17-26, 1991.
- LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília: MPAS; SAS, 1998. 36p.
- MACHADO, M.A.M. Por uma política nacional de educação, In Simpósio Nacional de Educação Infantil, 1, 1994, DF, Brasília. **Anais...** MEC; SEF; DPE;COEDI, 1994. p.14-17.
- NICOLAU, M.L.M. **A educação pré – escolar: fundamentos e didática**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. 186p.
- OLIVEIRA, Z.M.R., MELLO, A.M., VITÓRIA, T., FERREIRA, M.C.R. **Creche: crianças faz de conta & cia**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. 124p.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIOS. **Síntese de indicadores 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 166p.
- PRESTANDO Contas. SMASC. **Jornal Ação**. Aracaju, mar. 2000. p.6.
- PRONAICA - Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – **Dados Sobre a Criança e ao Adolescente no Brasil**. <http://renex.org.br/dados.html>.
- RAMOS, L.F.C. Estatuto da criança exige o cumprimento das Leis Sociais. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v.3, n.1, p.24-33, 1993.
- RIZZO, G. **Educação pré-escolar**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985. 344p.

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil- O Caso da Creche. **Caderno de Pesquisa**, n.51, p.73-79, 1984.

ROSEMBERG, F. Qualidade na educação infantil: uma perspectiva Internacional, SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1, 1994, Distrito Federal, Brasília. **Anais....** Brasília: MEC; SEF; DPE; COEDI, p.154-156.

SABOIA, J. Trabalho infanto-juvenil no Brasil dos anos 90. In: **Cadernos de Políticas Sociais**, Série Documentos para Discussão, n.3, 1996. <http://www.UNICEF.org.br/>.

SERGIPE. Prefeitura Municipal de Aracaju. Fundação Municipal do Trabalho e Ação Social. **Manual de creche**. Aracaju: 1996. 32p.

_____. Prefeitura Municipal de Aracaju. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. **Registro das atividades desenvolvidas nas unidades de creche durante o ano de 1999**. Aracaju: 1999. Não paginado.

_____. Prefeitura Municipal de Aracaju. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. **Relatório das atividades pedagógicas desenvolvidas nas creches**. Aracaju: 1999. 4p.

SILVA, M.O. Os movimentos de luta por creches: breve histórico dessas unidades no município de Aracaju. Aracaju: UFS; CCSA; DSS, 1999. Não paginado.

SOUZA, Marcelo M.C. A importância de conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **IPEA**. Home page:<http://www.ipea.gov.br>. 17p. 1998.

VIEIRA, L.M.F., MELO, R.L.C. A creche comunitária "Casinha da Vovó": Prática de Manutenção/Prática de Educação. **Caderno de Pesquisa**, v.62, p.60-78, 1987.

VITÓRIA, T., ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Processos de adaptação creche. **Cadernos de pesquisa - Revista de Estudos e Pesquisas em Educação. Fundação Carlos Chagas**, n.86, p.55-64, 1993.

ZYLBERSTAN, Hélio. **A mulher e o menor na força de trabalho**. São Paulo: Nobel; Brasília: Ministério do Trabalho, 1985.160 p.

UNICEF. **O Direito de Ter Direito**. <http://www.UNICEF.org.br/>.

APÊNDICES

APÊNDICE A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

ANEXO IV

FICHA DE EVOLUÇÃO DIÁRIA DA CRIANÇA[illegible]

APÊNDICE B

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Coordenadoria Técnica de Assistência Social e Cidadania
Departamento da Criança e do Adolescente
Pontuário de Creche

Creche: _____
Endereço: _____
Nº de matrícula: _____
Data de matrícula: _____
Data de desligamento: ____/____/____
Motivo: _____

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1.1 – Nome da Criança: _____
1.2 – Data do Nascimento: _____
1.3 – Filiação
Pai: _____
Mãe: _____
1.4 – Endereço: _____

II – SITUAÇÃO DE TRABALHO

DADOS	PAI	MÃE
Local de Trabalho		
Tipo de Ocupação		
Horário de Trabalho		
Salário		
Tempo de Serviço		
Vínculo C/Previdência		
Documentação Apresentada		

III – ASPECTO SÓCIO – ECONÔMICO

Membros da Família(Pai, Mãe, Irmãos e Outros)	Parentes	Idade	Grau de instrução	Estado civil	Ocupação	Salário

IV – HABITAÇÃO

() Própria () Cedida () Conjunto Aluguel
() Alugada () Vila () Outro Cômodos

V – ASPECTO DE SAÚDE

5.1 – Enfermidades:
() Sarampo () Coqueluche () Doenças Cardíacas
() Caxumba () Deficiência Física () Doenças Mentais
() Catapora () Doenças Respiratória () Ataques ou Desmaios

5.2 – Imunização

- | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|---|
| ☐ BCG | ☐ Anti Sarampo | ☐ Anti Difteria e Tétano |
| ☐ Triplice | ☐ Anti Variola | ☐ Outras Vacinas |
| ☐ Anti Pólio | ☐ Anti Tétano | |

5.3 – Peso: _____ Altura: _____

5.4 – Como foi a gravidez e o parto?

VI – ASPECTO NUTRICIONAL

6.1 – Iniciação Alimentar (Leite materno)

☐ Sim ☐ Não motivo: _____

6.2 – Nº de refeições _____

6.3 – Alimentos mais freqüentes: _____

6.4 – Alimentos mais rejeitados: _____

Pôr falta de hábito: _____

Pôr problema médico: _____

VII – DESENVOLVIMENTO PSICO-MOTOR

- | | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|---|
| ☐ Engatinha | ☐ Balbucia | ☐ Imita |
| ☐ Senta | ☐ Fala | ☐ Compreende frases |
| ☐ Anda | ☐ Faz gestos | ☐ Controla excreções |

VIII – OUTROS ASPECTOS

Em Relação a Criança

8.1 – Houve algum acidente ou fato marcante na vida da criança?

8.2 – A criança tem algum medo? Tem algum hábito?

8.3 – Quando contrariada qual a reação?

8.4 – Como dorme a criança?

8.5 – Como a criança se diverte? Brinca? Passeia? Vê TV?

8.6 – Descreva a criança (personalidade)

8.7 – Em relação a Família . Como é a relação afetiva da família (pai x mãe / pais x filhos)

8.8 – Tem alguém doente na família? (pai, mãe, irmão, outros)

8.9 – Tem problema de alcoolismo na família?

8.10 – Os pais dispõem de tempo para brincar e / ou conversar com a criança?
Costuma fazer isso?

Em relação à creche

8.11 – A criança já freqüentou alguma Creche ou escola? Qual?

8.12 – Por que resolveu colocar a criança na Creche?

8.13 - O que espera da Creche?

Em relação à Comunidade

8.14 – Participa de algum grupo ou associação da comunidade?

() Sim

Porque?

() Não

IX - PARECER TÉCNICO

OBSERVAÇÕES:

Técnico Responsável pela Entrevista

APÊNDICE C



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Ação Social
DEPARTAMENTO DE CENTROS COMUNITÁRIOS
DIVISÃO DE CRECHE

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins que a Sr^a _____
é minha funcionária e cumpre _____ horas de trabalho diário de
_____ à _____ horário das _____ às _____
horas, recebendo o salário de R\$ _____

Aracaju, _____ de _____ de 199 _____

Assinatura do Empregador

NOME DA FIRMA OU PATROA: _____
ENDEREÇO DO TRABALHO: _____

OBS: Caso não tenha telefone, coloque um para recado e o nome da pessoa.
Pedimos preencher esta declaração para que tenhamos em nosso arquivo, comprovante de
que a mãe trabalha. E também uma forma de entrarmos em contato com a mãe em caso de
urgência.
Desde já, agradecemos a coalaboração.

Atenciosamente,

CRECHE: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____

OBS: Quando sua empregada for dispensada, por favor, comunique-se conosco.

✉ Pça. Olímpio Campos, 205 - Centro - Aracaju-SE
☎ 211-1710 224-4990

APÊNDICE D



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Ação Social

TERMO DE RESPONSABILIDADE DOS PAIS

EU, _____, responsável
pelo(a) menor _____, matricula-
do(a) na Creche _____, da Prefei-
tura Municipal de Aracaju, localizada à _____
_____, estou ciente das normas abaixo alinha-
das, que comprometo-me a seguir fielmente:

- 1 - A Creche somente receberá as crianças no horário de 6:00 às 17:30 horas.
- 2 - A saída se dará a partir das 17:00 horas, com tolerância de 01 (uma) hora, para que os responsáveis apanhem suas crianças, portanto até às 18:00 horas. Caso uma criança permaneça após as 18:00 horas, o responsável será alertado pela Direção, e havendo reincidência por três vezes, dar-se-á o desligamento da criança.
- 3 - Visitas às crianças só serão permitidas a convite da Direção.
- 4 - No final do dia, as crianças serão entregues somente às pessoas credenciadas no ato da matrícula, que apresentarem o "CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA", distribuído pela Creche.
- 5 - Os responsáveis deverão atender aos convites e solicitações da Direção para comparecimento às reuniões na Creche, no objetivo de se aprimorarem a educação e os cuidados dispensados aos seus filhos.
- 6 - A criança que tiver dez (10) faltas em dias úteis consecutivos sem justificativa do seu responsável, será automaticamente desligada da Creche.
- 7 - Qualquer problema de saúde ou de relacionamento das crianças X crianças ou de mães X funcionários, procurar a Direção da Creche para a devida solução.
- 8 - Durante o dia, as crianças usarão roupas da Creche, sendo entregues com as roupas que vieram de casa, pela manhã.

✉ Pça. Olímpio Campos, 293 - Centro - Aracaju-SE
☎ 211-1710 224-4996

APÊNDICE E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS DIRETORES DA CRECHE

Nome _____

Idade _____

Formação _____

profissional _____

Tempo de serviço _____ Situação funcional _____

1. Quais são os objetivos da creche, em relação às crianças?
2. Quais são os objetivos da creche, em relação às famílias das crianças?
3. Vocês realizam visitas domiciliares?
4. Qual a frequência das reuniões com os pais ou responsáveis pelas crianças?
5. As mães fazem algum comentário da creche? De que elas falam?
6. Qual é a vinculação organizacional das creches com a Prefeitura?
7. Qual o número de crianças atendidas na creche?
8. Qual a faixa etária das crianças atendidas?
9. Quais os critérios utilizados para seleção das crianças?
10. Quais os documentos exigidos no ato da matrícula das crianças?
11. Qual o horário de funcionamento da creche?
12. Quantas crianças são atendidas em cada turno?
13. Quantas pessoas trabalham na creche?
14. Qual é a formação do pessoal que trabalha na creche?
15. Qual é a vinculação empregatícia dos funcionários da creche?
16. Quais são os critérios utilizados para seleção do pessoal?
17. A prefeitura promove cursos de capacitação do pessoal que trabalha na creche?
18. De onde vem a verba que mantém a creche?
19. Existem outras fontes de recursos? Quais?
20. Os pais dão alguma contribuição financeira? Qual a frequência?

21. Como você caracteriza a situação econômica das famílias usuárias da creche?
22. A creche costuma requisitar a participação dos pais nas atividades?
Como se dá essa participação?
23. Quais os membros das famílias que mais participam da creche?
24. A creche realiza alguma atividade dirigida à comunidade? O que a creche tem feito nesse sentido?
25. Quais as mudanças que foram adotadas na creche a partir da LDB/96?
26. Como é feita a distinção entre creche e pré-escola?
27. Qual é o sistema de avaliação adotado na creche?
28. Como você caracteriza um atendimento de qualidade na creche?
29. Você acha que a oferta de vagas que a creche tem é suficiente para atender à demanda?
30. As observações e os comentários dos pais são levados em consideração no momento da avaliação?
31. Quais os tipos de dificuldades, de caráter técnico-administrativo e pessoais, com que você se depara com relação aos pais, às crianças, aos auxiliares e serviços. Você poderia descrevê-las?
32. Você recebeu treinamento para realizar esse trabalho. De que tipo?

APÊNDICE F

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA
ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES E RECREADORES

Nome_____

Idade_____

Formação

profissional_____

Tempo de serviço_____ Situação funcional_____

Creche que

trabalha_____

1. Quais são as razões que levaram você a procurar trabalho numa creche?
2. Na sua opinião, quais são as funções de uma creche?
3. Como você interpreta a sua função, no trabalho junto às crianças da creche?
4. Qual sua opinião sobre o envolvimento dos pais com a creche?
5. O que você acha que falta para melhorar o seu trabalho na creche?
6. Qual é a sua função na creche? Que tipo de atividades você desenvolve?
7. Na sua opinião, qual é o relacionamento entre as pessoas que trabalham na creche?
8. Você recebeu treinamento para realizar esse trabalho. De que tipo? Com que frequência são realizados esse treinamento?
9. Quais os tipos de dificuldades, de caráter técnico-administrativo e pessoais, com que você se depara com relação aos pais, às crianças, auxiliares e serviços. Você poderia descrevê-la?
10. O que mais você teria a dizer sobre o seu trabalho na creche, que não foi perguntado?

APÊNDICE G

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – MG DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA QUESTIONÁRIO DA FAMÍLIA						
Número de controle do questionário: _____						
I. INFORMAÇÕES GERAIS						
1. Município/Estado Aracaju – SE		2. Data _____		3. Entrevistador _____		4. Entrevistado (Nome/endereço) _____ _____
II.			II. COMPOSIÇÃO E PERFIL FAMILIAR III.			
Tamanho da família		Tipo de família			Nº de filhos	Nº de filhos na creche
(1)		(2)			(3)	(4)
_____		_____			_____	_____
	Coluna 1	Coluna 2			Coluna 3	Coluna 4
C Ó D I G O S	Número de pessoas integrantes da família e residentes no domicílio.	1. <u>Nuclear</u> (pai, mãe e filhos) 2. <u>Extensa</u> (pai, mãe, filhos e outros familiares). <u>Quebrada ou monoparental</u> 3. (mãe com filhos). 4. Pai com filhos. 5. <u>Compostos</u> (pai, mãe, filhos e outros membros não familiares).			Número de filhos residentes no domicílio e número de filhos total.	Número de filhos matriculados na creche.
Nº de Ordem	Residentes no domicílio. Coluna 5	Sexo Coluna 6	Idade Coluna 7	Estado civil Coluna 8	Tempo de residência Coluna 9	Escolaridade Coluna 10
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
	Coluna 5	Coluna 6		Coluna 7 e 10	Coluna 8	Coluna 10
C Ó D I G O S	1. Cônjuge 2. Filhos 3. Netos 4. Outros parentes 5. Agregado 6. Empregado	1. Feminino 2. Masculino		Número de anos	1. Casado(a) 2. Solteiro(a) 3. Separado(a) 4. Viúvo(a)	Em anos de estudo.

III. ASPECTOS RELATIVOS AO EMPREGO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA										
Nº de or-dem	Ocupação Principal	Trab.	Fixo/ eventual	Cart. de trab.	Tempo	Remune-ração	Contribui com orçamento	C Ó D I G O S	Coluna 1	Questão aberta
	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7			
1									Coluna 2,4 e 7	1.Sim 2.Não
2									Coluna 3	1.Fixo 2.Eventual
3									Coluna 5	Em meses
4									Coluna 6	Renda mensal em reais
5									Obs.	
6										
7										
8										
9										
10										

IV. ASPECTOS RELATIVOS ÀS INSTITUIÇÕES	
Nome da Instituição: _____ Opinião das famílias. 1. Por que você matriculou seu filho nesta instituição? _____ 2. O que você espera da creche com relação ao seu filho? 1. local para ele(a) se alimentar 2. Local para aprender as coisas 3. Para conviver com outras crianças 4. Local para ter onde ficar enquanto trabalha. Outros _____ 3. Quais documentos foram exigidas pela creche para matricular seu filho? _____ 4. Seu filho gosta de freqüentar a creche? Por que? _____ 5. A criança traz alguma atividade para casa? 1. Sim 2. Não 6. Você notou alguma mudança depois que colocou seu filho na creche? 1. Sim 2. Não 7. O tempo que seu filho esta na creche o que acha que ele aprendeu? O que? _____ 8. Na sua opinião qual é o envolvimento dos pais com a creche? _____	9. Qual é sua participação na creche? _____ 10. Com o que você acha que a creche deve se preocupar? _____ 11. O que você acha que a creche precisa para funcionar do jeito como você gostaria? _____ 12. O que precisa ser mudado na creche para melhorar o seu atendimento? _____ 13. Em que você acha que a creche ajuda no dia-a-dia da família? _____ 14. Se seu filho não estivesse na creche, o que estaria fazendo? _____ 15. O que você gostaria de acrescentar, e que não foi perguntado? _____ 16. Você está satisfeito com o atendimento na creche? 1. Sim 2. Não. Porque? _____

APÊNDICE H

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA
ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NO DIA-A-DIA DA CRECHE

1. Quem leva e pega a criança na creche?
2. Como se dá a entrada da criança na creche?
3. A pessoa que leva a criança na creche conversa com alguém na mesma? Com quem ela costuma conversar?
4. Existem conflitos no relacionamento entre as profissionais e a família das crianças?
5. Quais as atividades que são realizadas com as crianças?
6. As crianças são separadas por faixa etária nas salas?
7. Os pais costumam conversar entre si? O que normalmente eles conversam?

APÊNDICE I

QUADRO DE AGRUPAMENTO DE OCUPAÇÕES, CONFORME A FIBGE¹

AGRUPAMENTO 1:

Banqueiro, deputado, senador, diplomata, capitalista, alto posto militar (como general); alto cargo de chefia ou gerência em grandes organizações, alto posto administrativo no serviço público; grande industrial (empresas com mais de 100 empregados); grande proprietário rural (com mais de 2.000 hectares); e outras ocupações com características semelhantes.

Agrupamento 2:

Profissional liberal de nível universitário (como médico, engenheiro, arquiteto, advogado, dentista etc.), cargo técnico-científico (como pesquisador, químico - industrial, professor de universidade, jornalista, ou outra ocupação de nível superior), cargo de chefia ou gerência em empresa comercial ou industrial de porte médio (de 10 a 100 empregados); posto militar de tenente, capitão, major, coronel; grande comerciante; dono de propriedade rural de 200 a 2000 hectares; e outras ocupações com características semelhantes.

Agrupamento 3:

Bancário, oficial de justiça, professor, primário e secundário, despachante, representante comercial; auxiliar administrativo, auxiliar de escritório ou outra ocupação que exija o 1º grau completo, incluindo funcionário público com esse nível de instrução e que exerce atividades semelhantes, posto militar de sargento, subtenente e equivalentes; pequeno industrial (até 10 empregados); comerciante médio, proprietário rural de

¹ Extraído de CUNHA, Maria Neli R.

20 hectares a 200 hectares; e outras ocupações com características semelhantes.

Agrupamento 4:

Datilógrafo; telefonista; mecanógrafo; contínuo; recepcionista; motorista (empregado); cozinheiro; ou garçom de restaurante; costureiro; operário qualificado (que tem um mínimo de aprendizado profissional, como mecânico, gráfico, metalúrgico, ferramenteiro); porteiro; chefe de turma, mestre de produção fabril; serralheiro, marceneiro; comerciário, como balconista, empregado de loja de artigos finos ou de estabelecimento comercial de grande porte (casa de roupa, sapataria, joalheria, farmácia, drogaria, loja de aparelhos domésticos, imobiliárias); funcionário público no exercício de atividades semelhantes; posto militar de soldado, cabo e equivalentes; pequeno comerciante, sitiante, pequeno proprietário rural (até 20 hectares); e outras ocupações com características semelhantes.

Agrupamento 5:

Operário (não-qualificado); servente; carregador; empregada doméstica, como cozinheira, passadeira, lavadeira, arrumadeira; lixeiro; biscateiro; faxineiro; lavrador; garrafeiro; pedreiro; garçom de botequim, lavrador ou agricultor (assalariado); meeiro; caixeiro de armazém ou de outro pequeno estabelecimento comercial varejista (quitanda, mercearia, peixaria, lanchonete, lojas de ferragens); e outras ocupações com características semelhantes.